

Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP

TERRITORIALIDADE E RETERRITORIALIDADE NO ESPAÇO AGRÁRIO

BAIANO:

O Caso da Monocultura Algodoeira do Vale do Iuiú

OZENICE SILVA DOS SANTOS

Cidade do Porto/Portugal

2011

Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP

OZENICE SILVA DOS SANTOS

TERRITORIALIDADE E RETERRITORIALIDADE NO ESPAÇO AGRÁRIO

BAIANO:

O Caso da Monocultura Algodoeira do Vale do Iuiú

Tese submetida à Faculdade de Letras da
Universidade do Porto como requisito para
obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Orientador: Dr. Helder Trigo Gomes Marques

Coorientadora: Dra. Jana Maruska Buda da
Matta

Cidade do Porto, novembro de 2011

Aos meus pais, que, no seu universo de simplicidade, me ensinaram que o valor do saber está em enxergar o outro. Obrigada pelo amor incondicional e pelos carinhosos irmãos, motivos que me encorajam a prosseguir.

AGRADECIMENTOS

Muitas vezes, na passagem pelo ambiente acadêmico, perguntei-me: Qual o valor do conhecimento geográfico no discernimento dos valores sociais? Questionamento resultante dos descompassos entre teoria e prática. Mas, no decorrer do trabalho, ao deparar com a realidade do homem simples, senti-me privilegiada por possuir tal conhecimento, arma que pode ser usada para lutar por uma sociedade mais justa, fazendo lembrar Yves Lacoste (1983) quando diz: “A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra.” E Paulo Freire: “Para realizar transformação, é necessário trabalhar em conjunto, pois, as crises não são individuais, mas sim coletivas” Freire & Beto, (2000); desta forma, o sucesso não pode ser atribuído a um único indivíduo. Este trabalho, portanto, só foi possível por contar com a colaboração direta e indireta daqueles que fizeram parte do universo da pesquisa, a quem digo muito obrigada!

De modo particular, agradeço ao meu orientador professor Dr. Helder Trigo Gomes Marques, pela compreensão, apoio e condução dos trabalhos; à coorientadora Dra. Jana Maruska Buda, presente desde o início desta caminhada; à Senhora Maria José Ferreira e ao meu sobrinho Marcos David Silva dos Santos interlocutores com a Universidade; à minha irmã Josenice; aos amigos Carlinne e Evandro, Alberto, Suely e Otaviano (*in memoriam*).

SUMÁRIO

Lista de Figuras	I
Listas de Tabelas	III
Listas de Quadros	IV
Listas de Siglas	V
Resumo	VI
Abstract	VIII
Introdução	01
CAPÍTULO 1	
1. Abordagem conceitual sobre territorialidade e reterritorialidade e aporte metodológico.....	08
1.1. Aporte Metodológico	21
1.2. Campo Empírico	22
1.3. Pressuposto Metodológico	23
CAPÍTULO 2	
2. Política econômica do período colonial.....	32
2.1. América latina: Produção na periferia do sistema mundial	32
2.2. Acumulação flexível e o fordismo	40
2.3. Globalização e produção	46
Capítulo 3	
3. A produção do espaço	54
Capítulo 4	
4. Vale do Iuiú no contexto da produção algodoeira	73

4.1. Passeando na história do vale do Iuiú e município de Guanambi.....	73
4.2. Caracterização do meio físico da microrregião	78
4.3. Chegada do algodão a microrregião	86
4.4. Estrutura fundiária.....	92
4.5. Crescimento da malha urbana	101
4.6. Processo de industrialização	106
4.7 Comercialização.....	115
4.8. Formas de produção.....	118
4.9. Elementos da dinâmica do cultivo e beneficiamento do algodão.....	135
4.10. Política creditícia	145
4.11. Praga: a Presença do bicudo.....	150
4.12. Questões de ordem tecnológica	152
4.13. (Re) organização do espaço monocultor	154
4.14. Perfil dos produtores	167
Considerações Finais.....	180
Referências Bibliográficas	184
Anexos	196
Anexo I - Questionário - Territorialidade do Estabelecimento Rural	197
Anexo II - Questionário Aplicado no Vale do Iuiú Produtor Rural.....	203
Anexo III - Questionário Aplicado no Vale do Iuiú Beneficiadores de Algodão	205
Anexo IV - Roteiro de Entrevistas - Governantes	206
Anexo V - Roteiro de Entrevista - Moradores Antigos.....	207

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Microrregião de Guanambi.....	74
Figura 02 – Vale do luiú	75
Figura 03 – Precipitação anual da microrregião de Guanambi – 1960/1996.....	80
Figura 04 – Área plantada (ha) de algodão e sorgo no vale do luiú.....	84
Figura 05 – Poço no lajedo - Guanambi/BA	85
Figura 06 – Descarçador - Responsável pela separação do capulho do caroço	87
Figura 07 – Arco – abre a pluma antes de ser levado para a roca.....	88
Figura 08 – Roca – transforma a pluma em linha de fiar.....	88
Figura 09 – Fuso – tem a mesma função da roca, embora seja mais lento	89
Figura 10 – Meadeiro – utilizado para fazer o rolo ou meada de linha.....	89
Figura 11 – Número de estabelecimento, segundo a condição do produtor	97
Figura 12 – Área (há), segundo a condição do produtor	98
Figura 13 – Taxa de urbanização dos principais municípios da microrregião de Guanambi.....	103
Figura 14 – Parte do maquinário abandonado, utilizado no beneficiamento do algodão (bairro dos brindes/Guanambi)	107
Figura 15 – Produção de algodão sequeiro e irrigado no vale do luiú	111
Figura 16 – Tulha e chupador (Guanambi/BA).....	114
Figura 17 – Máquina de beneficiamento (Guanambi/BA).....	114
Figura 18 – Enfardamento dos sacos (Guanambi/BA)	115
Figura 19 – Total de trabalhadores temporários.....	121
Figura 20 – Principais inseticidas utilizados no vale do luiú	131
Figura 21 – Posto de recolhimento de embalagem de agrotóxicos de Palmas de Monte Alto, área externo (a) e área interno (b)	133

Figura 22 – Rua no Monte Pascoal – Guanambi-BA.....	138
Figura 23 – Parte nobre da cidade – Guanambi-BA.....	139
Figura 24 – Número de tratores segundo a região.....	140
Figura 25 – Área plantada de algodão em hectares.....	145
Figura 26 – Algodão em Mutans – Guanambi-BA.....	150
Figura 27 – Produção de algodão no município de Guanambi/BA.....	153
Figura 28 – Trincheira para avaliar o solo compactado – Palmas de Monte Alto	157
Figura 29 – Bovino – efetivo de cabeça na microrregião de Guanambi	164
Figura 30 – Distribuição dos produtores por local de origem	168
Figura 31 – Tempo de permanência no campo dos produtores.....	169
Figura 32 – Características das habitações dos produtores	171
Figura 33 – Formas de aquisição da terra pelos produtores	172
Figura 34 – Distribuição da atividade agrícola nas propriedades.....	173
Figura 35 – Nível de escolaridade dos produtores	174
Figura 36 – Distribuição dos produtores segundo a faixa etária.....	175
Figura 37 – Cisterna <u>para</u> coleta e armazenamento da água da chuva (em segundo plano, à esquerda da casa)	177
Figura 38 – Expectativa de permanência na propriedade em 10 anos	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Principais produtos agrícolas do município de Guanambi e do Vale do Iuiú no período de 1990 a 2009.....	81
Tabela 02 – Utilização das terras do Vale do Iuiú e município de Guanambi	82
Tabela 03 – Agrupamento dos estabelecimentos e áreas (ha) dos municípios do vale do Iuiú e Guanambi.....	99
Tabela 04 – Estabelecimentos industriais e pessoal ocupado - Microrregião de Guanambi/BA	109
Tabela 05 – Pessoal ocupado na agropecuária no município de Guanambi/BA	119
Tabela 06 – Quantidade de embalagem recolhida, ano 2010.....	133
Tabela 07 – Estabelecimentos comercial e pessoal ocupado - Microrregião de Guanambi/BA	137
Tabela 08 – Utilização de adubos químicos e orgânicos – Município de Guanambi/BA	141
Tabela 09 – Comparativo da produção de algodão entre Nordeste/Brasil, Bahia/Nordeste, Microrregião de Guanambi/Bahia, Guanambi/Microrregião	141
Tabela 10 – Produção e área plantada de algodão em Guanambi e Vale do Iuiú	142
Tabela 11 – Principais produtos de lavoura no município de Guanambi - 1990 - 1999.....	165
Tabela 12 – Utilização das terras no município de Guanambi	166

LISTAS DE QUADROS

Quadro I – Entrevista com autoridades municipais	26
Quadro II – Entrevista com representantes de órgãos públicos	27
Quadro III – Moradores antigos.....	27
Quadro IV – Representantes dos setores produtivos.....	28
Quadro V – Representantes de instituição não-governamental	28
Quadro VI – Usinas de beneficiamentos de algodão do município de Guanambi/BA	108
Quadro VII Usina de beneficiamento de algodão na microrregião de Guanambi	148

LISTA DE SIGLAS

AGF – Aquisição do Governo Federal

BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A

CAIs – Complexos Agro-industriais

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CDL – Clube dos Diretores Lojistas

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

EGF – Empréstimo do Governo Federal

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização para Alimentação e Agricultura

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FINAME – Financiamento Nacional de Máquinas e Equipamentos

IAC – Instituto Agrônômico de Campinas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro

SEAGRI – Secretaria da Agricultura

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TN – Tesouro Nacional

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UTD – Unidade de Tecnologia Demonstração

SANTOS, Ozenice Silva dos. **Territorialidade e reterritorialidade no espaço agrário Baiano**: o caso da monocultura algodoeira do Vale do Iuiú. 2011. 207p. Tese (doutoramento em Geografia) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

RESUMO

A presente investigação refere-se à territorialidade e reterritorialidade da monocultura algodoeira no vale do Iuiú. As transformações ocorridas nesse espaço foram resultantes da conjuntura nacional que favoreceu o cultivo do algodão, cultivo que se tornou elemento chave das questões territoriais; para tal, contou com políticas governamentais que objetivavam canalizar recursos para as áreas que apresentassem atrativos ao desenvolvimento do setor agrícola de base monocultura, através de subsídio de crédito agrícola. O vale do Iuiú, a partir da década de 1970, impulsionado pela expansão monocultora algodoeira, passa a destacar-se entre os principais territórios da Bahia. A cidade de Guanambi recebe, na década de 80, o título de capital do algodão, por concentrar o maior parque industrial de beneficiamento de algodão do norte e nordeste do Brasil, favorecendo a expansão dos setores de comércio e serviço, gerando intenso fluxo de pessoas e capitais, firmando-se como a cidade mais atrativa da microrregião. A partir de 1990 o cultivo de algodão começou a apresentar sinais de declínio; logo, a crise passou a refletir seus impactos na economia local. O campo cada vez produzia menos e os capitais que estavam nessa área, devido a seu caráter volátil, buscaram novos espaços de territorialização para se reproduzir. Os subsídios governamentais, que na década anterior tinham sido abundantes e constituíram elementos de territorialização e reterritorialização, tornaram-se poucos, levando os produtores à inadimplência e dificultando cada vez mais a retomada da lavoura, que, devido à exigência de qualidade, necessita de mudanças nos padrões tecnológicos, requerendo maior demanda de capitais para poder impulsionar a

produção e torná-la mais dinâmica à economia local. Assim, a microrregião de Guanambi se reorganizou espacialmente e, para responder a esse novo padrão, necessita de incentivos que contemplem não só as questões econômicas, como também as sociais.

Palavra chave: Território, Territorialidade, Reterritorialidade, Espaço, Monocultura, Algodão.

SANTOS, Ozenice Silva dos. **Territoriality and re-territoriality in the Baiano agrarian landscape: the case of Iuiú Valley cotton monoculture.** 2011. 207p. Thesis (Ph.D. in Geography) – Faculdade of Arts, University of Porto, Porto, Portugal.

ABSTRACT

The present investigation refers to the territoriality and reterritoriality of the cotton monoculture in Vale do Iuiú. The transformations happened in that space were resulting of the national conjuncture that favored the cultivation of the cotton becoming key element in the territorial questions. For such, it counted with government politics that aimed to channel resources for the areas that presented attractions to the development of the agricultural section of base monoculture, through subsidy of agricultural credit. The Vale do Iuiú, after the decade of 70, the municipal district of Guanambi was impelled by the expansion cotton monocultural and came to highlight among the main cities of Bahia. In the decade of 80 Guanambi receives the title of capital of the cotton, concentrating the largest industrial park of improvement of cotton of the North and Northeast of Brazil, favoring the expansion of the trade sections and service and generating intense flow of people and capitals. Then, it becomes the most attractive city of the region. Starting from 1990 the cotton cultivation began to present decline signs, therefore, the crisis started to reflect their impacts in the local economy. Every time the country produced less and the capitals that were in that area, due to its volatile character, looked for new spaces of territoriality to reproduce. The government subsidies, that in the previous decade had been abundant, in then, they form territoriality and reterritoriality became scanty, taking the producers the breach of contract and hindering the retaking of the farming that needs changes in the technological patterns due to the quality demand more and more, requesting larger demand of capitals to impel the production and to turn them more dynamics to the local

economy. Thus Guanambi, to answer to this new pattern, needs incentives that meditate not only the economical subjects, as well as the social ones.

Keywords: Territory, Territoriality Reterritoriality, Space, Monoculture, Cotton.

INTRODUÇÃO

A cultura do algodão no Brasil tem experimentado um crescimento em área e produtividade, pautado no afastamento dos padrões de produção tradicional e no engajamento das novas formas de produção exigidas pelo mercado global. O período técnico-científico-informacional impõe novo uso agrícola do território, e o Estado representa um agente ativo na globalização da agricultura brasileira. Assim, a Globalização potencializa a territorialidade, através do meio técnico- científico- informacional, o que provoca uma hierarquia dos territórios, constituindo um novo meio geográfico, responsável pelo aprofundamento dos desequilíbrios territoriais, que podem ser expressos em escalas variadas. Na hierarquização dos territórios, alguns lugares anteriormente sem expressão são incorporados a fluxos dinâmicos, a exemplo do Vale do Iuiú na década de 1980, enquanto outros perdem seu poder de atração, setores e atividades tradicionais são desarticulados. No Brasil, este processo é recorrente, principalmente nos espaços de monocultura.

O Estado é responsável pela dinâmica espacial, por meio da implementação de políticas territoriais, equipamentos e infraestruturas, assumindo o papel de gestor dos fundos territoriais. Outro papel desempenhado pelo Estado é o de grande indutor da ocupação do território, um mediador essencial, no mundo moderno, das relações sociedade-espço e sociedade-natureza, principalmente nos países periféricos. Os vários papéis assumidos pelo Estado visam dar respostas ao atual momento econômico, colocando-se o Estado a serviço das empresas hegemônicas, a partir da montagem de infraestrutura, para atender a demanda dos projetos de políticas públicas.

Este estudo tem o propósito de analisar o processo de territorialidade e reterritorialidade no Vale do Iuiú, buscando explicar os fatores intrínsecos e extrínsecos à constituição do território monocultor. Para a consecução dos objetivos, foi necessário delimitar as implicações sócioespaciais e políticas no desenvolvimento da territorialidade. Assim, mostra-se fundamental

trazermos uma análise que possibilite identificar as forças que atuaram, nas mais diversas escalas, principalmente em nível local e regional, embora o incentivo ao desenvolvimento da cultura do algodão não possa ser compreendido independente do contexto político e econômico em escala nacional e internacional.

Para empreender a análise sobre a territorialidade no Vale do Iuiú, foi necessário fazê-lo sob duas perspectivas: uma abordagem que busca o território como objeto de debate e teorização e outra que visa investigar a territorialidade e reterritorialidade do espaço agrário do Vale, identificando os fatores de ordem política, econômica e social, definidores dos arranjos territoriais locais. Para tanto, foram elaborados objetivos específicos que nortearam o trabalho no decorrer de suas etapas, tais como:

- Identificar e analisar os recursos territoriais que proporcionaram a organização e expansão da cultura algodoeira;
- Identificar as ações e estratégias de territorialidade utilizadas pelos beneficiadores de algodão no município de Guanambi;
- Identificar e analisar as características do sistema produtivo algodoeiro no Vale do Iuiú;
- Identificar as relações de produção e trabalho no espaço agrário do Vale do Iuiú;
- Identificar a mobilidade da produção do algodão no Vale do Iuiú;
- Analisar o processo de desenvolvimento do algodão no Vale do Iuiú para compreensão do processo de reterritorialidade;
- Analisar em que medida o sistema monocultor impõe uma nova territorialidade na produção algodoeira do Vale do Iuiú.

Nas últimas décadas estiveram concatenadas com os avanços tecnológicos as mudanças no mundo do trabalho e as novas orientações para o processo produtivo e formação humana. As invenções técnicas atingiram a agricultura, criando novo padrão de produção, reorientando o uso da terra e do solo, encurtando ciclos vegetativos, entre outros. O processo de mundialização

do Capital propiciou a circulação de produtos e informação e alavancou as exportações e, com isso, a disponibilidade de créditos.

O processo de modernização intensificou a expansão de fronteiras agrícolas, criando novos arranjos, valorizando terras, introduzindo novos produtos ou expulsando outros. A incorporação da fronteira agrícola vem especialmente para atender as culturas de exportação. Essas áreas passam a ser privilegiadas, atraindo infraestrutura para atender o setor produtivo, com recursos oriundos do capital estatal. A monocultura algodoeira no Vale do Iuiú foi implantada dentro deste contexto de modernização e de expansão de fronteiras. Todavia, na década de 1990, com a redução dos incentivos governamentais, atrelada a fatores inerentes às áreas monocultoras, a produção de algodão foi reduzida drasticamente.

A busca da retomada dessa cultura tem levado a constantes debates sobre as razões e consequências da crise. Esses discursos tomam como linha norteadora uma proposta de retomada da cultura com base no desenvolvimento econômico sustentável, alegando que os principais problemas da crise e migração da atividade desse território na década de 1990 estão pautados na forma como se conduziu o processo produtivo. Todavia, há aqueles que exaltam os riscos quanto à fertilidade natural dos solos, utilizando como pano de fundo a busca de uma nova consciência social.

A agricultura sustentável discutida no Brasil faz parte de um discurso iniciado pelos norte - americanos na década de 1980, quando se perceberam as reivindicações dos movimentos ambientalistas em nível internacional (Graziano da Silva: 1999). A defesa da sustentabilidade é parte da filosofia neoliberal com intuito de reinventar os prejuízos causados ao meio ambiente, toma como discurso a racionalidade dos recursos e a tecnologia como provedora de ordenamento ecológico.

A implantação da atividade monocultora faz parte desse contexto de exploração de recursos naturais, como solos, rios, entre outros. A modificação em escalas variadas (espaço-temporal) induz a mais uma configuração da área monocultora, territorializando e reterritorializando espaços de poder, estabelecidos a partir de forças internas e externas. O território, nesse contexto, é entendido como uma fração do espaço que guarda uma relação de

poder. Ao analisarmos concretamente, ele resulta do processo de apropriação de um grupo social, sendo que a territorialidade corresponde às ações desenvolvidas por vários agentes sociais em uma determinada área geográfica e em um determinado momento histórico.

A monocultura no Vale do Iuiú, vista sob o contexto sócio – histórico e espaço- temporal, cria territorialidade calçada na intervenção estatal, que trouxe maiores benefícios não à região do Vale, mas sim à cidade de Guanambi. As atividades econômicas e urbanas foram aceleradas, projetando Guanambi como centro regional de beneficiamento e comercialização.

Após a crise algodoeira, o Estado, sob a égide do desenvolvimento local endógeno, tenta alocar investimentos a fim de retomar a produção algodoeira voltada para o mercado externo. Assim, este estudo visa saber como se dá o processo de territorialização e reterritorialização do espaço agrário baiano a partir da monocultura algodoeira do Vale do Iuiú, nesse contexto de globalização. Desse modo, é válido questionar se está ocorrendo um processo de territorialização e reterritorialização da cultura algodoeira no Vale do Iuiú, e perseguir as questões fundamentais que determinaram o seu desenvolvimento e retrocesso.

Na Microrregião de Guanambi, o algodão foi cultivado tanto de forma tradicional (artesanal) como em bases modernas (utilizando defensivos e equipamentos), embora hoje se perceba que essa modernização aconteceu de forma parcial e fez com que o produto perdesse competitividade no mercado. A monocultura do algodão levou a um processo de concentração da propriedade, especialmente nos municípios que compõem o Vale do Iuiú, desencadeando, entre outros efeitos, o êxodo rural e, conseqüentemente, um crescimento urbano, principalmente na cidade de Guanambi.

Com a crise do algodão, o município e a microrregião que se constituíram em polo de atração populacional passaram a área de repulsão. O declínio do cultivo do algodão no Vale do Iuiú cria nova territorialidade, que aponta para a importância do território e o que seu uso representa para proporcionar o estabelecimento das condições de produção dos agentes territoriais. Nesse sentido, o uso do território é estruturado por meio das ações estratégicas e das materialidades sociais que passam a influenciar o quadro sociocultural, econômico

e político do território, interferindo, assim, na sua dinâmica, de modo a atender aos interesses dos agentes que implementam as ações. Nesse sentido, a territorialidade representa as ações e práticas econômicas e políticas utilizadas na produção da lavoura algodoeira no Vale do Iuiú, constituindo-se em fatores imprescindíveis na permanência e desenvolvimento das estruturas territoriais.

Ao analisar a literatura local sobre o tema, foi verificado que a investigação sobre a produção algodoeira é quase inexistente, encontradas apenas duas dissertações de mestrado, uma ligada às condições pedológicas de parcelas específicas de solo no CENTREVALE, localizado no município de Palmas de Monte Alto, e a outra ligada a variedades utilizadas na região. Isso demonstra que a principal fonte de investigação se constitui de histórias de vida dos produtores. Desse modo, é importante averiguar os efeitos da expansão do cultivo do algodão no Sudoeste da Bahia, mais especificamente no Vale do Iuiú, enfocando em que medida se materializam as relações de poder estabelecido pelos grandes produtores e a presença do estado como mediador do sistema produtivo.

Nesse contexto, para melhor justificar o desenvolvimento deste trabalho, será necessário analisar questionamentos, tais como: A expansão e a decadência do algodão influenciaram nas mudanças territoriais do Vale do Iuiú? Que territorialidade se configura na produção da cultura algodoeira no Vale do Iuiú e município de Guanambi? A importância do município de Guanambi como polo regional ocorreu em função do plantio ou do beneficiamento do algodão? Como os recursos territoriais vêm contribuindo para expansão e retração da atividade monocultora algodoeira no Vale do Iuiú? Como se processava a territorialidade do algodão no Vale do Iuiú antes da adoção do sistema monocultor? Quais os fatores decisivos para a implantação e expansão do sistema de monocultura no Vale do Iuiú? Quais foram as mudanças ocorridas nos aspectos: cultural, econômico, político e social com a instauração da monocultura algodoeira no Vale do Iuiú? Quais os fatores responsáveis pela migração da cultura algodoeira do Vale do Iuiú para outras áreas? Visando responder a tais questionamentos e norteados pela lógica da territorialidade e reterritorialidade é que será analisada a importância do Vale do Iuiú e do município de Guanambi no cenário baiano e nacional.

Com esse propósito, como procedimento inicial, retomaremos o percurso teórico-metodológico, oportunidade em que expomos as orientações que definem a natureza da pesquisa e os procedimentos empregados para alcançar os objetivos traçados através da utilização de técnicas específicas para atendimento das etapas elencadas na proposta inicial de investigação.

Para uma melhor apresentação do objeto em análise, este trabalho encontra-se estruturado em capítulos, os quais têm por objetivo discutir alguns elementos que se articulam com a temática, tornando a abordagem passível de compreensão. O primeiro capítulo apresentará uma discussão conceitual sobre território, buscando entender como se deu o processo de desenvolvimento e quais as principais formulações, traçando um perfil da metodologia de pesquisa adotada neste trabalho.

No segundo capítulo será abordada a política econômica mundial como uma forma de entender como se estabeleceram as relações entre os países centrais e periféricos, Divisão Internacional do Trabalho, o que determina a orientação da agricultura na periferia do sistema, permitindo, assim, evoluir para a análise espacial dos sistemas locais e territorialidades.

No terceiro capítulo, trataremos do conceito de espaço, bem como traçar uma caminhada histórica da produção do algodão em escala mundial; bem como a entrada do Brasil no contexto da produção, voltada para atender as necessidades do mercado externo; verificando a injeção do capital no Nordeste monocultor e a inserção da Bahia na cadeia produtiva algodoeira. Dessa forma, será feita uma caracterização da área de estudo, uma análise sobre a inserção no contexto da ocupação e apropriação do espaço brasileiro e nordestino, identificando os processos históricos e geográficos que influenciaram a constituição das territorialidades, vista como elemento de análise da organização do espaço geográfico.

No quarto capítulo intitulado “Vale do Iuiú no Contexto da Produção Algodoeira”, será analisada a territorialidade a partir da dinâmica da monocultura, os fatores que levaram a região a se tornar monocultora de algodão, a redução da produção e suas repercussões, bem como os esforços em busca da revitalização da cultura.

As considerações finais foram tecidas em conformidade com a literatura consultada e o trabalho de campo que nos permitiu chegar a conclusões de que no Vale do Iuiú a cultura do algodão foi responsável pela introdução de novas formas de produção, alterando o fluxo de pessoas e capital, modificou a relação com a terra, promoveu a grande propriedade, base da estrutura monocultora.

CAPÍTULO 1

ABORDAGEM CONCEITUAL SOBRE TERRITORIALIDADE E RETERRITORIALIDADE E APORTE METODOLÓGICO

O território tem sido utilizado como categoria conceitual por várias ciências que tratam de processos de produção do espaço, o que gera diversos significados, a depender da intencionalidade do sujeito, e parte dos trabalhos utilizam o território como superfície, base ou palco das relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico com aspecto multidimensional.

Assim, o conceito de território não é de uso exclusivo das ciências geográficas, haja vista que, enquanto o geógrafo enfatiza a materialização do território na perspectiva sociedade - natureza, a ciência política pauta-se na relação de poder, ligada à concepção de Estado. A economia percebe o território como um fator locacional ou como uma das bases de produção. A antropologia aponta para a dimensão simbólica. A sociologia para as relações sociais e a psicologia para a construção da subjetividade ou da identidade pessoal. É essa gama de definições que fazem com que Geiger (1994) afirme que o acompanhamento ou aprofundamento do conhecimento em torno dos objetos modifica os conceitos anteriores referentes às categorias geográficas.

Observa-se que o conceito de território perpassa por diversas áreas do conhecimento e respalda a implantação de políticas na esfera pública e privada, resultando em conflitos de interesses, disputa no plano material e imaterial. O território, no aspecto materialista-idealista, é visto sob duas perspectivas: uma parcial, segundo a qual o território resulta de uma das vertentes: política, econômica, cultural ou natural; e a integradora, fruto da relação entre essas vertentes. Souza (2001) afirma que o território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados.

Heasbaert (2006), tomando como base a variedade de conceitos, agrupa a concepção de territórios em três vertentes básicas: uma de ordem política, uma de ordem cultural e outra econômica. A primeira refere-se às relações de poder estabelecidas pelo Estado; a segunda prende-se à dimensão simbólica, sendo o território produto da apropriação e valorização de um grupo em relação ao espaço vivido; e a terceira enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, ou seja, produto da divisão territorial do trabalho. Posteriormente acrescenta uma interpretação naturalista que se baseia nas relações entre sociedade e natureza.

A noção de território na Geografia foi introduzida a partir das ciências sociais, pela etologia, estudo comparativo do comportamento de vários animais, no fim do século XIX, por meio de Friedrich Ratzel, com a publicação da obra Antropogeografia, onde se desenvolve uma leitura jurídica como base de sustentação do conceito de território, obra em que se procura transmitir a noção de domínio natural para as ciências sociais através da ideia de propriedade. O território passa a representar uma parcela do espaço terrestre identificada pela posse, uma área de domínio de uma comunidade ou Estado. Percebe-se que nesta concepção há uma preocupação em evidenciar a importância da natureza exterior ao homem, condicionado à expansão no espaço, à miscigenação e à própria organização social, o que implica a constituição do Estado como a principal forma de poder e controle (SAQUET, 2010, p. 30).

O discurso do território que emerge na obra de Ratzel atesta sua grande preocupação com o caso da unificação do Estado Alemão, dirigindo sua argumentação sobre a escala Estado-Nação. Para atender essa necessidade, ele efetua uma abordagem geopolítica em que o território é entendido como área e recursos naturais. Sendo assim, o território é concebido como uma porção do espaço, demarcada, habitada ou não pelos homens, e que pode sofrer ou não mudanças provocadas pelos povos, sem necessariamente o Estado estar presente. O território pode existir sem a presença do homem.

O solo é o elemento fundamental do Estado; essa visão marca a concepção naturalista do território. Além do caráter naturalista, Saquet (2010, p.31) evidencia o caráter positivista do autor quando assinala:

Detalhando a reflexão sobre a obra de Ratzel, em especial sobre a Antropogeografia (1990), posso afirmar que fundamenta sua análise geográfica nos pressupostos metodológicos e filosófico positivista. Seu método está centrado na indução: observação, descrição, comparação e classificação, compreendendo a Antropogeografia como uma ciência comparada, partindo do pressuposto de que uma análise fundamentada cientificamente deveria ter como fonte as ciências mais desenvolvidas até então: as naturais.

Entretanto, é notório que a obra de Ratzel foi batizada pelo momento histórico: o século XIX. Nesse século o território é um espaço dominado por um Estado-Nação marcado, principalmente, pela escala nacional. Esta escala vai respaldar objetivos políticos reforçados pela manutenção e conquista de poder. Para ele, quando a sociedade se organiza, forma-se o Estado, o qual pressupõe a existência de um território.

Os estudos posteriores aos de Ratzel, que predominaram até aproximadamente a década de 1960 e que conformavam a Geografia Política Clássica, tinham como centro de atração a temática territorial vista através da esfera nacional, enfatizando questões tanto políticas e econômicas quanto ideológicas e culturais. Embora apresentassem enfoques diferenciados, reconheciam uma única instância territorial de poder, portanto, uma única categoria de análise geográfica.

O poder e a atuação do Estado Nacional definiam a territorialidade do espaço, que era dada através das construções das rodovias, canais, estradas de ferro, redes comerciais bancárias, enfim, através da fixação do capital e do trabalho materializados no solo, os quais, por sua vez, marcam os limites políticos territoriais. Para Claude Raffestin (1993), a delimitação dos territórios inclui bem mais do que uma simples relação com a área, pois esta é mediatizada pelas relações entre os homens, e não seria uma pura e simples relação entre homem e meio que acabaria levando ao renascimento de um determinismo sem interesse. E dessa forma, o autor concebe a territorialidade como o conjunto de

relações que se originam num sistema tridimensional: sociedade - espaço-tempo, o que implica analisar a territorialidade em função da apreensão das relações recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço - temporal.

As associações estabelecidas entre os estudos ratzelianos e as políticas e ideologias expansionistas, assim como a forte influência naturalista que predominava em seus trabalhos, levaram à marginalização da temática territorial nos discursos acadêmicos e limitaram a esfera das estratégias geopolíticas do estado maior. Entretanto, em virtude das grandes transformações históricas que se processaram, a valorização da temática território, nos anos 70, foi enriquecida por uma série de novas discussões, abrindo espaço para um conjunto de debates sobre a difusão do conceito de territorialidade, não mais apenas como produto de materialização no âmbito do trabalho e do capital, mas valorizando o desvendar do significado da individualidade e da subjetividade presentes nos fenômenos e eventos relativos ao homem.

O território na Geografia repousa em um significado concreto, o que envolve não apenas o aspecto físico ou material, mas também tudo o que uma sociedade pode comportar como ideal, como representação, sentimento de vinculação, de comportamentos individuais ou de instituições que participam de uma organização espacial. Para analisar concretamente o território, é necessário entendê-lo como um produto da história da sociedade, que está, portanto, em constante transformação. Ele é o resultado de um produto de apropriação de um grupo social e do quadro de funcionamento da sociedade, comportando, assim, ao mesmo tempo, uma dimensão material e cultural dada, historicamente construída. Para entender os territórios materiais e imateriais, é necessário compreender a tridimensionalidade das disputas nos âmbitos político, teórico e ideológico.

A noção de territorialidade, assim como a de território, nasce das ciências naturais, associada à concepção naturalista, cujas interpretações a colocam como uma ramificação do comportamento animal. Na Geografia, segundo Roncayalo (1986), a discussão de territorialidade parece ter sido inserida por Edward Soja, através de seu trabalho “ The Political Organization of Space”. Soja define a territorialidade como um fenômeno de comportamento

associado à organização do espaço em esfera de influência ou em territórios nitidamente delimitados, que assumem características distintas e podem ser considerados como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define. Ainda conforme Roncayalo e Soja, a territorialidade afeta o comportamento humano em todos os níveis da atividade social, seu conceito é construído a partir da idéia ocidental de propriedade privada.

Em termos geográficos, conforme Sack (1986), a territorialidade humana é uma forma espacial de comportamento social. É uma estratégia de um indivíduo ou um grupo de afetar ou influenciar pessoas, fenômenos e relações através da delimitação e controle sobre uma determinada área geográfica, área essa entendida como território. Para Scheibling (1994), a noção de território pode ser utilizada, sem problemas, em todas as escalas de análise. O desenvolvimento da análise geográfica contemporânea exige que sejam consideradas as grandes transformações mundiais e as mudanças e funcionamento do território em nível local. Sack acrescenta que, ao serem postas em prática as estratégias territoriais, um simples lugar, um simples ponto, ou uma dada região da superfície terrestre se transforma em território.

O processo de globalização, ao promover a especialização da economia, atingiu as estruturas territoriais tradicionais, na realidade tanto pela ampliação das escalas de novas formas de organização, como pela fragmentação em pequenas unidades. Ao se globalizarem, as empresas criam necessidades de encarar o território e, conseqüentemente, a territorialidade, como categoria temporária, uma vez que no espaço nada é permanente, tudo se acha em constante transformação.

A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as pessoas (ANDRADE, 1994, p. 214). O autor acrescenta que, dialeticamente, a expansão do território, ao mesmo tempo em que promove a ampliação da territorialidade, provoca desterritorialidade e reterritorialidades. O território é uma objetivação multidimensional da apropriação do espaço a territorialidade, a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de

vida (CARA,1994 p.262). A mudança social é um movimento de territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidades (BAREL,1986).

Territorialidade é uma qualificação do território. A territorialidade indica a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano. A desterritorialidade, de acordo com Correia (1994), corresponde à perda de territórios apropriados e vividos em razão de diferentes processos resultantes de contradições capazes de desfazerem o território. Isso gera novas territorialidades ou reterritorialidades e conseqüentemente a formação de novos territórios.

Na abordagem, a dimensão espacial dos fenômenos sociais é a inegável indissociação entre os processos de territorialização e desterritorialização, que estão ligados à competitividade econômica de disputa de novos territórios. O território, segundo Heasbaert (1997), nasce na discussão sobre o domínio /controle político do espaço, especialmente a partir da formação dos Estados-nações, e se desdobra em íntima vinculação com elemento geográfico como fronteiras e redes, cujo papel é mutável conforme o período histórico.

Sobre a questão conceitual da temática estudada, Raffestin (1993) é considerado um dos mais veementes na discussão, incluindo as suas derivações: territorialização, desterritorialização e reterritorialização. O autor chama atenção para a diferenciação entre as categorias espaço e território. Assim:

O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...) o autor "territorializa" o espaço. (Raffestin, 1993, p.143).

Nota-se, portanto, que o território é visto dentro de uma perspectiva política administrativa, como produto dos atores sociais, partindo da realidade

espacial, embrionária, por uma relação de poder que está presente em toda produção social. Dessa forma:

Há portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relação de poder , que se traduz por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. O território é também um produto “consumido”, ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio. (Raffestin, 1993, p. 143).

Ao demonstrar o caráter administrativo do território, Raffestin (1993) pauta-se no aspecto físico de uma nação, assinalada pela projeção do trabalho humano e das relações de poder que se estabelecem sobre essa base. Para o autor, na produção territorial há uma conexão entre malhas, redes e nós, que constituem elementos invariantes, mas com morfologia variável. Ao estudar o território, baseia-se na concepção de poder de Michel Foucault, que define poder como uma rede de relações variáveis e multiformes, historicamente constituído, portanto, produzido nas relações.

Andrade (1994) alerta sobre a necessidade de diferenciar o conceito de território, espaço e lugar. O território deve sempre estar ligado à ideia de poder, poder este que pode estar na esfera pública ou nas grandes empresas. Considera que o território das empresas é mais elástico do que o constituído pelo Estado, pois o segundo está a serviço do primeiro. Dessa forma, a temporalidade dos territórios é confirmada e por essa razão o processo de gestão do território e as questões políticas de formação do Estado e da forma de governo devem ser analisadas em consonância com a compreensão do poder, limites e competência.

O território pode ser caracterizado pelo menos em quatro níveis e situações distintas e complementares: o território do cotidiano, das trocas, de referência e o território sagrado. O território do cotidiano corresponde à territorialidade de nossas ações de todos os dias, através do qual garantimos a

satisfação e as necessidades; há relação entre os indivíduos e lugares. O território das trocas também é cotidiano, mas envolve uma conexão entre o regional, o nacional e o internacional, num movimento perpétuo caracterizado pela descontinuidade temporal, espacial e linguística. O território de referência tem um caráter predominantemente histórico e imaginário, material e imaterial. O território sagrado está ligado diretamente à atuação das igrejas e às ações políticas (Raffestin, 1993). São campos de força estabelecidos historicamente por relações de controle e influência política e/ou sagrada (Saquet, 2009).

A retomada do conceito de território, nos anos 1970, está intrinsecamente ligada à expansão do capital, constituição e expansão do poder do Estado – Nação. Nesse momento, a discussão de território passa por uma abordagem interdisciplinar, marcada, principalmente, por obras de autores como: A. Gramsci, G. Deleuze, F. Guattari, J. Gottmann, G. Dematteis, M. Foucault, além de Lefebvre, que, ao tratar da produção do espaço, noção de cotidiano e redes, representa um importante papel na reelaboração do conceito de território. Para Lefebvre, a produção do espaço está diretamente ligada à reprodução das relações de produção, explicada a partir da teoria do valor de Marx (SAQUET, 2010). Na análise dos processos territoriais, Gottmann (1973) representa importante papel. Os seus estudos de território baseiam-se nos clássicos da Filosofia Política, da Economia e da História. Para ele, o conceito de território foi elaborado pelos homens no processo de organização do espaço, mudando no tempo e no espaço, conforme se transforma a sociedade.

A discussão do território travada nesta década pauta-se em diferentes categorias: espaço geográfico, região, paisagem, entre outros. Na Itália, país de maior efervescência na discussão territorial, os debates giraram em torno de duas abordagens: analítico-quantitativa e na teoria dialética, e como maiores representantes dos princípios do materialismo histórico - dialético estão Dematteis e Quaini. Este debate é substantivado pelas relações natureza-história e na organização territorial do capitalismo. Para Quaini (1974), são as relações de produção que constroem e organizam o território. Quaini entende o território como produto social historicamente constituído, econômica, política e culturalmente.

Na França, o debate epistemológico e político em torno das ciências sociais e da filosofia é de fundamental importância para a geografia, e tem como grandes ícones Deleuze e Guattari. Além da discussão do território, esses autores trazem a noção da desterritorialização e reterritorialização com base em Karl Marx. A grande contribuição desses teóricos está na reflexão sobre a desterritorialização e o movimento na constituição do território. Quaini (1974) reconhece a unidade espaço-tempo em estudos territoriais, e em Dematteis (1963) ficam claras a processualidade histórica e as relações sociais e territorialidade humana. Já Raffestin (1993) evidencia a materialização do território e imaterialidade das sensações e representações. De acordo com Souza (1995, p. 99), “a territorialidade seria relações espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial”. Souza delimita a ideia de territorialidade às relações de poder que atuam em espaços definidos, vinculando o conceito às interações ocorridas entre os homens, neste sentido, vincula-se a definição de Raffestin.

No Brasil, a discussão do território baseada na visão dialética está representada, principalmente, nos trabalhos de Saquet e Santos. A categoria principal dos estudos de Santos (1988) é o espaço geográfico. Todavia, em sua obra *Metamorfose do Espaço Habitado*, ele sinaliza para o reconhecimento da política, da cultura e da natureza, no espaço e na configuração territorial. Para ele, o conceito de território é subjacente, composto por variáveis, tais como a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, os fixos, relações de trabalho, interdependentes umas das outras. Essas variáveis constituem a configuração territorial.

Deleuze e Guattari (1976) defendem que as mudanças no sistema capitalista, nas relações de trabalho e nas formas e conteúdos propostos pela sociedade, deveriam ser compreendidas como processos que se desterritorializam e se reterritorializam em diferentes tempos, lugares e circuitos. Para Modanese (2009), o território, além de uma construção social, é também natural e psicossocial, o qual incorpora elementos de ordem cultural, política e econômica, o que favorece outras territorialidades, dá novos sentidos ao território. Para Corrêa (1994, p. 252), as territorialidades “dizem respeito à criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, in situ, de

velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um novo território que contém, entretanto, parcela das características do velho território”. Para ele, as re-territorialidades resultam na formação de novos territórios constituídos a partir da construção de antigos territórios. Andrade (1994,p.220) ao falar da re-territorialidade afirma:

[...] quando o território, unidade de gestão, se expande pelo espaço não conquistado cria novas formas de territorialidade que dialeticamente provoca novas formas de territorialidades e dá origem a novas territorialidades”.

Para os autores acima citados a nova territorialização e reterritorialização estão presentes como elementos do território anterior. O sistema capitalista é por essência promotor de fluxos descodificados, em permanente modificação e criando e recriando papéis que se apresentam de forma contraditória e que darão origem ao processo de TDR (Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização), no qual se estabelecem novas relações de poder. Para Raffestin , historicamente, as sociedades se territorializam, desterritorializam e reterritorializam, numa sucessão de diferentes territorialidades, materiais e imateriais. No trabalho de Saquet (2003), o processo de territorialialização é substantivado por diferentes temporalidades e territorialidades e resultado da reprodução das relações sociais e de uma complexidade das forças produtivas.

A internacionalização, ao promover a especialização da economia, atinge as estruturas territoriais tradicionais. No desenvolvimento da análise geográfica, é possível estudar o território, observar que existem várias escalas em que o território pode ser estudado. A importância das escalas pode ser observada no exposto abaixo:

O território do Estado, qualquer que seja sua extensão e as diferenciações entre os seus habitantes, observa-se a ação de forças centrífugas que tentam desmembrá-lo e de forças centrípetas que tentam concentrar os poderes em função do Governo nacional. E a sobrevivência do Estado depende do

equilíbrio que se possa estabelecer entre o Poder Central, os poderes regionais e locais. (Andrade:1994:215).

A questão da escala é importante na análise territorial, seja ela aplicada ao indivíduo ou a um grupo social. Cara (1994) faz referência às escalas para dar sustentação aos diversos territórios: identidade, presença, referência e ação. É preciso entender que, na análise dos fenômenos territoriais, vão demandar escalas variadas, pois esses fenômenos são construídos em diferentes redes e territorialidades. As escalas são referenciadas nas diversas discussões territoriais relacionadas à análise de desenvolvimento, elas são uma ferramenta útil para compreender a internacionalização da informação. As redes assumem papel importante na economia globalizada, em virtude das diferentes manifestações dos fenômenos. Sobre a questão, Sposito (2008, p. 69) coloca:

Enfim, se associarmos a capacidade de pessoas e de territórios em assumir uma posição no uso das redes de comunicação, com diferentes intensidade e finalidades, o que aponta para diferentes escalas de manifestações do fenômeno, estamos diante de processos que se inovam e inovam as formas de uso dos territórios permitindo transformações importantes que podem motivar, a jusante, a incorporação de novas tecnologias e novas formas de consumo, transformando hábitos e capacitando as pessoas para as novas dimensões espaciais que se apresentam no início do século XXI.

Esse autor se refere a essas mudanças no plano das novas configurações espaciais geradas nas relações de produção, a exemplo da flexibilização do emprego, aumento e disponibilidade de força de trabalho, agentes mais empreendedores nos países periféricos. Essas mudanças alteraram as configurações territoriais nas últimas três décadas e geraram um aparato tecnológico com forte fluidez da informação, trazendo uma nova percepção do tempo e constituindo redes logísticas. A noção de rede é relativamente recente e

surge praticamente junto com a modernidade capitalista. O termo aparece no século XIX, associado á estratégia militar.

No estudo de Lévy et al. (1992), a distinção entre território e redes acontece a partir das horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades correspondem à ocupação contínua de um espaço claramente delimitado, e as verticalidades são estabelecidas a partir de pontos e linhas que constituem uma hierarquia. Esse autor analisa a “sociedade-mundo” a partir de um ponto de vista federativo (espaço) e agrupa três modelos que conformam a sociedade mundo: modelo de dominação geopolítica; economia-mundo e distância cultural. O autor, em busca de compreender melhor o mundo contemporâneo, propõe quatro modelos sincrônicos e diacrônicos, assim classificados: o mundo como conjunto de mundos; o mundo como campo de forças; o mundo como rede hierarquizada e o mundo como sociedade. O primeiro corresponde às áreas culturais definidas pelos particularismos de diversas ordens, em especial os religiosos e linguísticos. O segundo refere-se ao modelo geopolítico, corresponde ao conjunto dos processos que têm por meta a existência e a integridade territorial do Estado. O penúltimo refere-se à economia – mundo, definidor da relação centro – periferia; e finalmente o mundo como sociedade, que resulta da combinação dos modelos anteriores. O processo de desterritorialização é fundamental para entender o sistema de rede.

Ueda (2008), ao estudar as redes, afirma que elas podem ser analisadas a partir de três eixos comuns e complementares que se territorializam, desterritorializam e reterritorializam. Dessa forma, é interessante, ao discutir os territórios, fazer um link com as redes e articulá-las com a economia e a política. As relações existentes na organização territorial que são produzidas em diferentes escalas, do global ao local, não são possíveis de serem esquecidas. Na análise de Haesbaert (1997, p. 43), “o território, mesmo o mais isolado ou fechado, não pode prescindir de redes e hierarquias (internas, pelo menos) para se estruturar, a diferença (e, conseqüentemente, a identidade)”. No mundo globalizado as territorialidades contínuas e descontínuas do Estado estariam perdendo espaço para múltiplas territorialidades. As redes estão para os territórios, assim como a territorialização para a desterritorialização, as redes não podem ser

consideradas destruidoras de territórios, pois uma articulação de redes pode servir de alicerce a um processo de reterritorialização.

Os processos técnicos foram realizando-se com implicações sobre a produção do território e as relações de trabalho, provocando a extinção de grupos sociais e a utilização de riquezas, mas, à proporção que a riqueza se concentrava e a tecnologia avançava, novos problemas iam surgindo e novas implicações abriam perspectivas para novas mudanças. Ao analisar a ação desses agentes, tem-se uma visão dinâmica e dialética das estruturas sociais e dos processos de transformação por que passa a agropecuária brasileira e, no caso específico, o algodão. Para Storper (1994, p. 15) uma atividade é territorializada quando “sua efetivação econômica depende da localização (dependência do lugar) e quando tal localização é específica de um lugar, isto é, tem raízes em recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os tem”. A análise desenvolvida pelo autor está baseada na concepção de que determinadas atividades ainda permanecem dependentes de um território definido, no que concerne à aquisição de recursos a serem desenvolvidos pelo setor produtivo.

A agricultura brasileira sempre esteve voltada para atender as demandas internas e cumprir seu papel principal de fornecedor de matéria-prima, constituído pela periferia. As alternativas de transformar o Vale do Iuiú em uma área de produção monocultora fazem parte do processo de expansão capitalista. Nesse território evidenciaram-se mudanças de padrão da população e de orientação econômica, ou seja, declínio do poder aquisitivo da população, mensurado a partir da redução de estabelecimentos comerciais, de casas e usinas. Tal fato gerou o desafio de buscar novas orientações econômicas, frente às carências financeiras das unidades produtivas.

1.1. Aporte Metodológico

A construção da pesquisa científica, no campo das ciências sociais, é permeada de constantes debates sobre a subjetividade do pesquisador. Existe um consenso de que o sujeito, representado pelo pesquisador, e o objeto da pesquisa interagem, constituindo as bases para a elaboração do conhecimento. Nessa relação, faz-se mister precisar as lentes teóricas que orientam o olhar do pesquisador, bem como as circunstâncias que envolvem o objeto de investigação no intuito de demonstrar a dinâmica das relações sociais em uma organização humana com uma cultura distinta, orientação política e econômica demarcada, e que sofre transformações ao longo de sua história.

A ação do pesquisador não deve estar imune a essas questões em nome de uma neutralidade que é impraticável para um ser que é fruto de um agir no mundo e que por ele é modificado ao longo do tempo, à medida que o modifica. Contudo, as teorias críticas nos alertam para a distinção entre a prática e a práxis. Um agir orientado por leis externas e aceito de maneira passiva torna-se uma prática, no entanto, quando esse agir reflete sobre as condições externas e se lança na aventura de uma ação autônoma, portanto, crítica da realidade imposta, com vista à transformação das condições desfavoráveis para a vida humana, trata-se de uma práxis. “A investigação social é uma práxis distintiva, um tipo de atividade (como ensinar) que, ao ser executada, transforma a própria teoria e os próprios objetivos que a orientam”. (Denzin e Lincoln, 2006, p.195).

Adotar uma perspectiva crítica para direcionamento desta pesquisa significa compartilhar a ideia de que temos um sistema social que sofre interferências das organizações políticas e atividades econômicas, e que, em um embate constante entre forças concorrentes, a realidade é materializada por meio de ações provenientes de disputas entre grupos hegemônicos na tentativa de manutenção das condições necessárias para a garantia dessa hegemonia. As instituições sociais são reflexos dessas tensões que não estão compostas em um corpo sólido, mas que estão dissolvidas nas relações cotidianas e nos diversos ambientes que compõem a estrutura social como um todo. Portanto, não podemos pensar em uma estrutura rígida e pré-

determinada, mas em uma construção pautada em ideais e propostas que são mais efetivas em determinados momentos de nossa história, e que influenciam de forma significativa as intenções e intervenções políticas. Uma perspectiva crítica, na concepção de Gramsci, envolve a habilidade de seus adeptos de criticar as estruturas ideológicas que eles utilizam para entender o mundo. (Coben, 1998).

O objeto de estudo delimitado nesta proposta investigativa e as questões a ele pertinentes orientaram como referencial para o desenvolvimento da pesquisa os pressupostos da abordagem qualitativa, tendo como procedimento metodológico de pesquisa o estudo de caso. Com referência à abordagem qualitativa, seu arcabouço teórico apresenta diversas possibilidades de melhor apreensão do objeto proposto. Na compreensão de Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998), as pesquisas qualitativas se destacam por seguirem a tradição 'compreensiva' ou interpretativa. Assim, o pesquisador, ao utilizar a abordagem qualitativa, pretende compreender de que forma as pessoas, em um contexto particular, pensam e agem e as razões que orientam esse pensar e agir.

A perspectiva assumida nesta proposta, que teve como objetivo central analisar a territorialidade e reterritorialidade do algodão no Vale do Iuiú considerou a análise particular dos produtores de algodão como fonte principal de coleta de dados, na tentativa de elucidar suas compreensões referentes a esta metodologia. Assim, investigar as significações atribuídas pelos sujeitos sociais envolvidos na configuração territorial do Vale do Iuiú, com referência à produção monocultora, foi a pretensão deste estudo. Todavia, não se perde de vista a relação entre as concepções e as tendências políticas expressas no contexto da produção integrado à dinâmica social, política e econômica, portanto, há uma interação, de forma dialética com essas áreas.

1.2. Campo Empírico

A produção do algodão no Vale do Iuiú adquiriu expressão regional e nacional e acumulou riqueza local na década de 1980. Após o seu declínio,

assim como a soja migrou para novas fronteiras agrícolas, o mesmo aconteceu com o algodão na microrregião de Guanambi. A luta pela recuperação da atividade ainda é emblemática. Assim é evidente a constante reorganização dos espaços de influência do capital.

Visando entender essas mudanças, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de territorialidade e reterritorialidade do Vale do Iuiú e Guanambi a partir da cultura algodoeira, focalizando o período de 1970 a 2010, fase em que se dá a expansão e retração da cultura do algodão, dando início à abertura de novas fronteiras agrícolas, que também agrega a migração da produção algodoeira e suas respectivas agroindústrias de beneficiamento.

A produção algodoeira no Vale do Iuiú representa uma das estratégias de obtenção de matéria-prima, através de reformulação das relações com os produtores e beneficiadores de algodão, e, ao mesmo tempo, expressa um dos mecanismos pelos quais sua territorialização se processa. Assim, é imprescindível analisar a dinâmica da territorialidade e reterritorialidade do algodão, com o objetivo de explicar e analisar a dimensão sócioespacial dessa monocultura.

1.3. Pressuposto Metodológico

A opção pelo estudo de caso se justifica pela possibilidade de captar a ação dos sujeitos em suas várias dimensões. Além disso, a essência de um estudo de caso, ou a tendência central de todos os tipos de estudo de caso é que eles tentam esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: Por que elas foram tomadas? Como elas foram implementadas? Quais os resultados alcançados? (Martins, s.d., p. 1).

Macedo (2004) traz importantes contribuições na definição desse quadro metodológico ao explorar o caráter inquietante de um estudo de caso, haja visto que esta perspectiva considera o conhecimento inacabado, e na sua constituição vislumbra a abertura para novas inquietações. Assim, os estudos de caso “buscam retratar a realidade de forma densa, refinada e profunda, estabelecendo planos de

relação com o objeto pesquisado, revelando-se aí a multiplicidade de âmbitos e referências presentes em determinadas situações”. (Macedo, 2004, p.150)

A análise da questão de pesquisa, através de dados oriundos da realidade em foco, com auxílio de um universo ampliado e variado de evidências, através de documentos, entrevistas e observações, se constitui em procedimento possível através do estudo de caso. Dessa forma:

Os estudos de caso enfatizam a ‘interpretação em contexto’[...] para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. Assim, para entender melhor a manifestação de um problema, as ações, as percepções das pessoas devem ser relacionadas às situações específicas onde ocorrem ou à problemática determinada a que estão ligados. (Ludke e André, 1986, p.19)

A importância do contexto nas opções assumidas nessa metodologia tem um destaque diferenciado, pois é através do contexto que irão emergir as possibilidades e limitações presentes no processo investigativo, e, para tanto, é fundamental delimitá-lo neste momento.

A constituição deste trabalho baseou-se em fontes bibliográficas que fundamentaram as normas e informações para temática específica. A bibliografia inicial foi pautada em autores consagrados que tratavam das categorias norteadoras deste trabalho, a exemplo do território. Essas leituras foram fundamentais na definição de uma literatura secundária.

As fontes documentais utilizadas como recurso secundário, serviu-nos para contextualizar a produção algodoeira e elucidar os seus objetivos prioritários. Nesse momento de levantamento dos fundamentos ideológicos, teóricos e metodológicos, foi realizada a revisão bibliográfica acerca da constituição do território, teoria do desenvolvimento e relação centro-periferia, espaço geográfico, agricultura brasileira. Além da literatura específica, foram utilizados documentos oficiais, tais como mapas. As fontes documentais foram utilizadas considerando as proposições apresentadas a seguir:

O material coletado e analisado é utilizado para corroborar evidências de outras fontes e/ou acrescentar informações. É preciso ter em mente que nem sempre os documentos retratam a realidade. Por isso, é importantíssimo tentar extrair das situações as razões pelas quais os documentos foram criados. Os documentos podem fornecer “pistas” sobre outros elementos. (Martins, s.d., p.2-3)

A metodologia proposta teve a entrevista e questionário como fontes primárias para obtenção de dados, devido à possibilidade de manifestação das compreensões dos sujeitos sociais acerca do contexto em que estão imersos, externando as percepções, fragmentações e contradições no seu entendimento da realidade. Portanto, para além de um simples recolhimento de dados para uma análise solitária, foram estabelecidos diálogos com os atores sociais e, através de uma polifonia, ou seja, do encontro de várias vozes, vislumbramos uma sistematização a partir dos limites que o próprio objeto de pesquisa e a metodologia impõem. Dessa forma:

A entrevista é um rico e pertinente recurso metodológico na apreensão de sentidos e significados e na compreensão das realidades humanas, na medida em que toma como premissa irremediável que o real é sempre resultante de uma conceituação; [...] podemos verificar que se trata de um encontro, ou uma série de encontros face-a-face entre o pesquisador e atores, visando a compreensão das perspectivas das pessoas sobre sua vida, suas experiências, expressas na sua linguagem própria. (Macedo, 2004, p.165-166).

As entrevistas são consideradas como indicações para a construção do conhecimento, mas é preciso atentar para o caráter fragmentado proveniente

das elaborações mentais imediatas e as imbricações da subjetividade. Desse modo, elas são utilizadas como percepções dos sujeitos na tentativa de identificar a internalização do contexto em que foi desenvolvida a produção de algodão, constituindo-se em mais uma fonte de interpretação da realidade.

Os trabalhos de investigação tiveram início em 2003, a partir de um diagnóstico *in loco* da área de estudo e a necessidade de criar intimidade com o território produtor de algodão, o que serviu como base na elaboração do projeto submetido ao doutoramento. No primeiro momento foi consultada uma bibliografia técnica com o objetivo de compreender o algodão no contexto da cultura, as necessidades humanas criadas em seu entorno e sua repercussão econômica mundial. Como forma de compreender o processo de territorialidade e reterritorialidade do Vale do Iuiú, foram realizadas entrevistas em dois momentos diferenciados, com atores locais envolvidos com a produção de algodão. Através dos roteiros semiestruturados foram realizadas as entrevistas para a composição do banco de dados (Anexos). As especificações dos entrevistados compõem os quadros abaixo:

QUADRO I - Governantes municipais

Nome fictício	Função
Técnico A	Secretário de Agricultura
Técnico B	Ex- Secretário da Agricultura
Técnico C	Secretário de Obras
Técnico D	Ex- Prefeitos

Fonte: Trabalho de Campo, 2010/2011.

QUADRO II – Representantes de órgãos públicos

Nome fictício	Função
Técnico A	Diretor da EBDA – Regional de Caetité
Técnico B	Ex- Diretor – Regional de Caetité
Técnico C	Coordenador do Centrevale
Técnico D	Coordenador da EBDA – Regional de Guanambi
Técnico E	Representante da ADAB - Guanambi
Técnico F	Representante do IBGE
Técnico G	Representante do Banco do Brasil
Técnico H	Representante da Caixa Econômica
Técnico I	Representante do CAR
Técnico J	Representante do Banco do Nordeste
Técnico L	Professor da Universidade do Estado da Bahia

Fonte: Trabalho de Campo, 2010/2011.

QUADRO III – Moradores antigos

Nome fictício	Função
Grupo A	Moradores antigos de Guanambi = 20 pessoas
Grupo B	Moradores antigos do Iuiú = 10 pessoas
Grupo C	Moradores antigos de Malhada = 10 pessoas
Grupo D	Moradores antigos de Palmas de Monte Alto = 10 pessoas
Grupo E	Moradores antigos de Sebastião Laranjeiras = 10 pessoas

Fonte: Trabalho de Campo, 2010/2011.

QUADRO IV - Representantes dos setores produtivos

Nome fictício	Função
Técnico A	Usineiros = 5 pessoas
Técnico B	Representante do Conselho Logista de Guanambi
Técnico C	Ex- usineiros = 6 pessoas
Técnico D	Pequenos = 10 pessoas
Técnico E	Médios = 10 pessoas
Técnico F	Grandes Produtores = 05 pessoas

Fonte: Trabalho de Campo, 2010/2011.

QUADRO V- Representantes de Instituições não-governamentais

Nome fictício	Função
Grupo A	Pastoral da Terra
Grupo B	Revista Integração

Fonte: Trabalho de Campo, 2010/2011.

A realização do trabalho de campo é fundamental nas pesquisas geográficas, pois sem ele o geógrafo não consegue abstrair de forma mais concisa os fatos ao seu redor. Os homens sempre observaram a paisagem em busca de informações que possam fazer melhor entender e compreender os fenômenos à sua volta.

Para entender essas transformações, ou seja, a territorialidade no Vale do Iuiú fez-se necessário contar com diferentes atores: trabalhadores rurais, beneficiadores de algodão, produtores de categorias dimensionais variadas: grandes, pequenos e médios. Os pequenos agricultores

referenciados são aqueles que cultivam áreas de até 20 hectares; o médio, de 20 a 200 hectares; e o grande, acima de 200 hectares, de acordo com a definição elaborada pelos órgãos ligados ao sistema de produção como: EBDA, EMBRAPA e SEAGRI.

Para a análise documental sobre a monocultura no Vale do Iuiú, primeiramente foi feito um levantamento, principalmente em órgãos da administração pública, mais diretamente na Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA); Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB); Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI); Banco do Brasil; Banco do Nordeste do Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), através dos Censos Agropecuários, Censo Populacional, Censo Industrial da Bahia e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola; Secretaria da Fazenda; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Também se recorreu a jornais, folhetos e revistas locais e regionais, a fim de obter uma melhor visão das mudanças ocorridas no território da monocultura do Vale do Iuiú.

A população alvo do presente estudo é formada pelos produtores de algodão da microrregião de Guanambi - BA, onde, segundo a EBDA, estima-se uma população entre 250 a 300 produtores. Pela classificação desse órgão, aproximadamente 90% destes são pequenos produtores, 6,7% médios produtores e 3,3% grandes produtores. Constam também, no estudo, os beneficiadores de algodão (quatro no total) e moradores antigos.

Para dar maior confiabilidade aos dados e melhor compreender as relações processadas na microrregião e município, desenvolveu-se a pesquisa de campo com aplicação de questionários aos pequenos produtores; e com os médios e grandes produtores, beneficiadores de algodão e com os antigos moradores realizou-se entrevista. Para a aplicação do questionário aos pequenos produtores foi definida a amostragem estratificada. Segundo Bolfarine e Bussab (2007), a estratificação consiste em dividir a população em estratos (sub-grupos) a partir de uma característica de sua amostra e em cada um desses estratos foram selecionadas amostras em proporções convenientes. Desta forma, foram aplicados 65 questionários aos pequenos produtores, sendo 15 distribuídos aleatoriamente para cada um dos municípios mais

populosos, Guanambi e Palmas de Monte Alto. Os 35 questionários restantes foram divididos em partes iguais para Sebastião Laranjeiras, Malhada e Iuiú, compondo uma amostra com aproximadamente 25% do universo de pequenos produtores da microrregião de Guanambi.

A dinâmica existente entre o município de Guanambi e o Vale do Iuiú, foi constatada a partir dos relatos dos seus moradores, sobretudo, os antigos. Então foram entrevistados, de forma aleatória, 60 moradores antigos dessa região. Tendo em vista que o número de médios, grandes produtores e beneficiadores de algodão é relativamente baixo, optou-se por trabalhar com todo o universo, através de entrevistas semiestruturadas. Enquanto os pequenos produtores, totalizando 120, que constituem um número mais representativo, foram interpelados como o auxílio de um questionário. De acordo com Triviños (2006), este é um instrumento que parte de certos questionamentos básicos, amparados em teorias e hipóteses capazes de oferecer extenso campo de interrogativas e gerar novas hipóteses à medida que ouvimos o interlocutor.

Utilizou-se a estatística descritiva e exploratória para descrever os dados obtidos, ilustrados em tabelas, quadros e figuras. Foram realizados também registros fotográficos para retratar diferentes paisagens, por entender que a imagem e a representação do momento falam por si, tal como Edith Derdyk (1999, p. 74) enuncia: “a imagem reproduz o momento de percepção, força a suscitar dentro de si o objeto um dia percebido. Evoca, ressuscita, desperta, recria. Não representa, apresenta. Revive a nossa experiência real”. Buscou-se, então, o testemunho através do registro da imagem da fração do espaço, o testemunho de instantes do real, no dia a dia. O procedimento fotográfico foi tomado como instrumento que traduz as marcas, a legitimidade do real e sinaliza o ato do pesquisador, pelo veio seletivo do próprio olhar sobre os episódios e os eventos. Indubitavelmente uma fonte de análise e informação que muito nos auxilia para assegurar a visão da realidade, sua instantaneidade, a memória dos fatos na relação espaço- tempo.

A fotografia, como componente dessa rede complicada de significações, revela, através da produção da imagem, uma pista. É indiscutível a importância da fotografia como marca cultural de uma época, não apenas

pelo passado que ela traz à tona, mas também como instrumento fonte de memória e análise de processos.

Os cartogramas apresentados obedeceram às bases cartográficas dos órgãos responsáveis oficialmente pela elaboração da cartografia do Estado da Bahia e do Brasil, respectivamente, SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e sociais da Bahia) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A utilização de fontes secundárias, a exemplo de obras de autores que discutem o processo de expansão do sistema capitalista no campo e a constituição do setor agroindustrial no Brasil e formação territorial do Vale do Iuiú, também foi de grande relevância na abordagem da temática.

CAPÍTULO 2

POLÍTICA ECONÔMICA

2.1. América Latina: produção na periferia do sistema mundial

Para entendermos as relações estruturais do sistema produtivo monocultor na América Latina, estruturaremos nossa análise em torno do Sistema Centro – Periferia. Assim, nos possibilitará compreender as relações de poder que se estabelecem entre os países fornecedores e consumidores de matéria prima mundial, ou seja, centrais e periféricos. A análise a partir desse eixo de abordagem nos permitirá compreender o papel das trocas comerciais em escalas e momentos históricos diferentes, o que servirá de lastro para entender a produção algodoeira do Vale do Iúí.

É importante entender a noção do sistema mundial, e o comércio como elemento de integração política e econômica a partir da circulação de mercadoria e informação. Esse sistema de trocas será responsável por gerar formas variadas de integração entre a periferia e a metrópole, sendo a primeira reprodutora das diretrizes da segunda a partir da organização do sistema produtivo, valendo das forças de poder local para definir questões econômicas, que podem estar ou não alinhadas aos interesses do Estado, a depender dos anseios do Centro. O desenvolvimento do sistema econômico mundial e por excelência complexa, pautada numa hierarquia de trocas resultantes da hegemonia do centro em relação à periferia, portanto, definidora de políticas e padrões culturais, ou seja, um sistema de ordenamento das práticas sociais e políticas de poder.

O conceito de economia - mundo tem como ícone Immanuel Wallerstein (1979). De acordo com a sua concepção o mundo constituía um sistema dividido em partes: um centro, uma periferia e uma sub-periferia. Na organização do citado sistema é levado em consideração: a escala de

interdependência entre as elites regionais; as formas variadas de integração com base nos recursos e métodos de exploração; constituição de um centro geopolítico na periferia, capaz de reproduzir as diretrizes da metrópole sustentada na organização dos meios de produção, relações de trocas, controle social, administrativo local e integração desigual, cujos interesses do Centro serão sempre superiores. A contradição do sistema tem como o papel desenvolver umas áreas em detrimento de outras.

O sistema mundo é pautado no processo de integração entre as sociedades, constituídas mediante a relação hierárquica de trocas que se manifestam pela presença de centros hegemônicos difusores de elementos culturais e ações políticas. A periferia é caracterizada pela existência de um grupo ou sociedade local que se articulam ao centro hegemônico por motivos políticos, econômicos e culturais. Wallerstein propôs a existência de uma série de pequenos sistemas mundiais que foram suplantadas pela ascensão do capitalismo como sistema homogêneo, o que redundaria na formação de um complexo mundial somente a partir do século XVI. A expansão de uma economia mundo expande as distâncias tanto no âmbito da econômica quanto no âmbito social, entre as duas diferentes áreas no próprio processo do seu desenvolvimento. Um fator que tende a mascarar este fato é que o processo de desenvolvimento de uma economia mundo traz consigo avanços tecnológicos, possibilitando a elasticidade dos seus limites, podendo os estados do centro passarem a ser semiperiféricos e os semiperiféricos a periféricos. Discordando dessa posição, Ekholm e Friedman defendem que o sistema mundial tem origem na antiguidade, variando somente sua conformação política e cultural. Desta forma, o centro é a fonte geradora de poder político que, através duma relação de dominação, controla e influencia o conjunto de práticas culturais, econômicas e políticas das periferias. Apesar das periferias estarem dentro da hierarquia do sistema, é evidente que algumas áreas em função da capacidade de negociação ou até mesmo pela posição geográfica, se diferenciarão das demais. Esse processo é bastante representativo para a América Latina, no caso específico, Brasil. As periferias mais organizadas economicamente ou culturalmente mais ligadas ao centro possuem maior condição de barganha, processando um conjunto de mudanças internas.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, baseada no conceito de centro e periferia procurou demonstrar que os atrasos relativos a esta região decorriam das relações de trocas internacionais, onde o centro do mundo capitalista ao concentrar os frutos do progresso técnico, exportar bens industrializados e possuir melhor organização sindical se beneficiava nas relações de troca com a periferia que exportava bens primários, cujos preços não subiam com o aumento da demanda, pelo excesso de fatores (terra e trabalho) e sempre caía quando a demanda reduzia. Esse mecanismo criou ao longo do tempo, um processo de deterioração das relações de troca contra a periferia. A saída proposta era a industrialização. Na ausência de uma burguesia capaz de levar o projeto adiante pela escassez de recursos econômicos e técnicos, impunha a ação do Estado e, para isso, do planejamento Prebish, 1950 (Cepal, 1950).

O sistema produtivo monocultor da América Latina deve ser compreendido dentro do espírito do Pacto Colonial, caracterizado pela submissão do comércio ao controle das autoridades metropolitanas que visavam reunir os meios financeiros e técnicos necessários para estimular a produção de exportação fora do continente.

As relações comerciais mundial foram se modificando historicamente, circunstanciada pela formação e ruptura do Império Colonial o que resultou em novas formas produtivas e comportamentais do mercado mundial. Celso Furtado (2007) ao falar da formação econômica e social da América – Latina analisa o seu desenvolvimento dentro do contexto da Divisão Internacional do Trabalho, mostrando a debilidade das trocas comerciais entre os países latinos americanos, que enraizados no processo colonial tornaram-se concorrentes, pois produziam as mesmas matérias primas e importavam produtos, sem constituir laços econômicos (Centro-periferia) o que contribuiu para o acirramento das questões regionais, principalmente na crise de 1929.

A Estrutura social e econômica da América – Latina tem origem nas instituições portuguesas e espanholas. Em ambas o capitalismo comercial esteve ligado à monarquia, portanto, as atividades econômicas concentravam-se no Estado. Os portugueses, nos dois primeiros séculos da colonização, pautaram a exploração da colônia americana na agricultura tropical, o que

necessitava de grandes investimentos principalmente na aquisição da mão - de- obra, originária de outro continente. A etapa considerada primário-exportadora é pautada no sistema tradicional de dominação social, a exemplo da escravidão. *“A própria escravidão pôde ser conservada por muito tempo a serviço da produção de matérias primas, no quadro do sistema de divisão internacional do trabalho surgido da revolução industrial”* (Furtado, 1985) .

Os dois primeiros séculos da colonização na América espanhola foram marcados pela destruição dos povos indígenas e a articulação de amplas regiões em torno de pólos dinâmicos, geradores de uma produção excedente de metais preciosos, enviados para a Espanha. Para Furtado (2007) na primeira fase de colonização, a classe dominante era formada por pessoas ligadas diretamente à metrópole e integrado ao aparelho de Estado, portanto, definidoras do sistema produtivo. Na segunda fase, a estrutura de poder toma novos rumos, com a emergência da classe de senhores de terra, que ao desvincularem da metrópole fortalece os interesses locais.

A colonização da América Portuguesa se diferencia da espanhola, constituindo desde a primeira fase uma economia sustentada na produção agrícola exportadora, alicerçada em unidades isoladas o que não permitia articulação entre as áreas. Assim sendo, a classe dirigente nasce ligada ao latifúndio e ao poder da Coroa. Na segunda fase, o poder estava atrelado às atividades comerciais internas, fortalecendo assim, a unidade regional.

O enfraquecimento e desagregação do poder colonial na América estavam intrinsecamente ligadas às transformações políticas e econômicas ocorridas na Europa no século XIII, a exemplo das guerras napoleônicas, propagação das ideias liberais e a forte penetração inglesa, favorecida pela Revolução Industrial. A influência inglesa é elemento importante para organização de um comércio importador e difusão das manufaturas europeias o que resultou na mudança nos padrões de consumo e desarticulação do artesanato local. O crescimento das importações gerou a depreciação cambial o que contribuiu para o aumento da dívida externa com a tomada de empréstimos para regularização da balança de pagamento.

Na primeira metade do século XIX desencadeou efetivas lutas na América Latina pela independência e formação dos Estados Nacionais. A

estruturação dos Estados Nacionais foi conturbada, devido à debilidade da burguesia liberal em organizar sistemas de poder capaz de substituir a estrutura anterior controlada pela Metrópole, o que fortaleceu o localismo político, para Furtado (2007, p. 78):

A estruturação dos novos Estados foi condicionada por dois fatores: a inexistência de interdependência real entre os senhores da terra, que se ligariam uns aos outros ou se submeteriam a um dentre eles em função da luta pelo poder; a ação da burguesia urbana, que manteria contatos com o exterior e exploraria toda possibilidade de expansão do intercâmbio externo, ao qual se iriam vinculando segmentos do setor rural.

A primeira fase da Revolução Industrial levou a Inglaterra a abrir as portas aos produtos primários de todo mundo, impulsionados pela industrialização. Nos países de base agrícola as mudanças foram lentas e alteradas a partir de utilização de máquinas, capazes de gerar o aumento da produtividade o que resultou no aprofundando da divisão do trabalho, provocando crescentes rendimentos. Na metade do século XIX, grande parte da manufatura que circulou no mercado internacional era de origem inglesa. A indústria de equipamento e transporte criou um mecanismo de exportação de capitais que foram cruciais na estruturação do sistema mundial.

A passagem da primeira para a segunda fase da Revolução Industrial é marcada pela penetração da tecnologia desenvolvida em conexão com as indústrias manufatureiras. Ainda de acordo com Furtado (2007) no período entre as Guerras Napoleônicas e a primeira guerra mundial formou-se um sistema de economia mundial baseado na divisão internacional do trabalho pautada nas seguintes características: elevação das taxas de crescimento econômico tanto dos países que se especializaram em atividades beneficiárias de rápido progresso técnico como dos que utilizaram mais racionalmente os seus recursos naturais no quadro da especialização geográfica; dinamização do quadro demográfico, em virtude da urbanização, melhoria dos serviços públicos e a elevação dos salários reais. A última característica marcante foi à

rápida formação e expansão de fundos de conhecimento técnico transmissíveis, relacionadas as formas de produção. Esses fatores intensificaram a divisão internacional do trabalho e elevaram as taxas de crescimento resultando na internacionalização da economia.

A inclusão dos países latino-americanos no comércio internacional se intensifica a partir de meados do século XIX, classificando as economias exportadoras de produtos agrícolas, pela sua natureza geográfica. As exportadoras de produtos agrícolas de clima temperado, as de clima tropicais e as exportadoras de produtos minerais.

O século XIX foi marcado pela formação de um sistema de divisão internacional do trabalho, com desenvolvimento pautado em duas modalidades: As dos centros indústrias, sustentado no processo tecnológico e no acelerado processo de acumulação de capital e o das regiões periféricas. Nos países periféricos a difusão da civilização industrial ocorreu em função da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho, apresentando no seu processo de acumulação características próprias. A divisão do trabalho além de intensificar a vulnerabilidade das economias periféricas em relação às flutuações dos mercados internacionais implicou termos de intercâmbio negativo para as exportações primárias.

O período que compreende a Primeira Guerra Mundial e culmina com a crise de 1929 afetou a exportação dos países exportadores de produtos primários. Foi catastrófico para a América Latina, devido ao sistema monetário destas economias estarem ligadas ao comércio exterior. O século XX é marcado por significativas mudanças na economia mundial, a começar pela reversão da elevação do coeficiente do comércio exterior dos países industrializados; diminuição dos preços dos produtos primários no mercado internacional e a persistente modificação na composição do comércio mundial, principalmente pelo aumento do petróleo.

Nos países subdesenvolvidos cerca de um terço do capital reprodutivo era controlado por grupos estrangeiros e a dívida externa condicionava o comportamento da balança de pagamento, finanças públicas e do sistema monetário. Assim, o setor público foi o mais afetado pela crise. Ainda de acordo com Furtado todos os países periféricos, com exceção da

Argentina, suspenderam o pagamento da dívida externa o que gerou dificuldades para conseguir financiamentos externos necessários a importação de equipamentos. A crise apresentou diversas conseqüências, em virtude do grau de integração no sistema de divisão internacional do trabalho e da natureza dessa integração.

Entretanto, as mudanças apresentam certa diferenciação a depender da especialização da exportação. Os países exportadores de produtos de origem temperada tiveram menor impacto, pois a demanda desses produtos apresentava renda baixa; o ciclo vegetativo anual era relativamente elástico e por se tratar de produtos concorrentes com os oriundos dos países centrais. Os países exportadores de produtos tropicais devido à inelasticidade da oferta, caráter perene e a diminuição da demanda tiveram queda de preços. Já os países produtores de recursos minerais sofreram um colapso de produção provocado pela queda da produção industrial nos países importadores.

Quando as economias centrais começaram a dispor de massas de capitais acumulados prontos para investimentos dentro dos seus territórios ou fora dele, acontece a transferência de investimentos direto nos países periféricos, com grande emprego de tecnologia avançada. Todavia, foram alocados recursos para alguns setores e de forma localizada, fator este, responsável pela criação de entraves. A partir da segunda guerra mundial as nações centrais aceleraram o desenvolvimento de suas agriculturas e indústrias extrativas. Entretanto, para Brandão (2007, p.17) *a partir dos anos de 1970 os agentes econômicos, em escala mundial, passaram a ter dificuldades para acumular na esfera produtiva; daí a tendência a buscar valorizar seu capital e ampliar seu patrimônio na esfera financeira da economia.* Nesse período, com a crescente internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos geram certa debilitação de centros nacionais de decisão, e nos países subdesenvolvidos aprofundam as questões de desigualdades regionais. Diante do exposto, a temática territorial ganha espaço e a questão da escala perpassa o debate regional, em todo mundo.

Para entender as desigualdades precisamos recorrer à constituição da estrutura agrária na América Latina, pois, além de ser um constituinte do

sistema de produção, também é elemento básico da organização social, independente da base econômica, se voltada para agricultura de exportação ou produção mineradora. Na América Latina, a grande propriedade é o fator marcante desta estrutura, porque somente após a independência é que foram promovidas em alguns países, políticas de colonização que serviram de alicerce à constituição das unidades familiares. Essas unidades foram solidificadas em regiões isoladas e áreas de predominância de recente população europeia a exemplo do sul do Brasil, pautada em uma economia de subsistência, o que favoreceu à maior mobilidade social.

O sistema de exploração familiar apresentou características distintas na América Latina, no entanto, a estrutura agrária do continente é pautada no binômio latifúndio - comunidade indígena e latifúndio- minifúndio, cujo binômio constituirá a base da estrutura agrária regional. A formação do latifúndio baseia-se na distribuição de grandes lotes de terra a poucas pessoas, que se apoderavam da terra e exerciam um controle sobre as populações pobres. Segundo Furtado (2007, p. 130)

Os indígenas que não dispusessem de recursos financeiros para adquirir terras e não desejassem trabalhar nos latifúndios, ou nestes não encontrassem trabalho, tinham que instalar-se em terras de inferior qualidade ou de localização economicamente desvantajosa, transformando-se, necessariamente, em minifundistas.

Os minifundistas representavam quase a metade da força de trabalho agrícola da América Latina, o que significa mão - de - obra barata. As grandes propriedades desde a sua formação, além de ocuparem as melhores terras, eram beneficiadas pelo poder público, através de investimento em infraestrutura.

2.2. Acumulação Flexível e o Fordismo

Para Furtado (2002) o processo de acumulação capitalista em sua caminhada o faz de forma bifurcada, pautada na inovação, que admite discriminar entre consumidores, e a difusão que leva à homogeneização de certas formas de consumo. Com base neste ponto de vista o consumidor apresenta um papel passivo, devendo responder ao estímulo. O autor acrescenta que:

Todas as formas que assumem a criatividade humana podem ser postas a serviço da acumulação. Mas aquela cujos resultados são por natureza cumulativa – a ciência e a tecnologia – é que melhor satisfazem as exigências desse processo, o que explica a posição privilegiada que ocupam na civilização industrial. (Furtado, 2002, p. 61)

As mudanças ocorridas no âmbito do modo capitalista de produção, associada à passagem das formas de produção fordista para a acumulação flexível fez com que o setor industrial se adequasse ao conjunto das relações. O regime de acumulação baseado no consumo de massa dá origem a era do Fordismo. O regime fordista para o regulacionismo correspondeu a um regime de acumulação que é identificado com a generalização da organização científica do trabalho e a expansão da produção em série ligada à intensificação e extensificação da divisão técnica do trabalho, a grandes investimentos em capital fixo e à realização de economias de escalas suportadas pelo crescimento constante da procura.

A crise do fordismo aconteceu por um esgotamento dos ganhos de produtividade, em virtude das questões tecnológicas o que impediu de intensificar os lucros e não acompanhou as demandas diferenciadas de produtos. Somando a estas questões ocorreu a decomposição dos salários, perda de poder de negociação dos sindicatos e desemprego que resultou na desarticulação do sistema fordista, cedendo espaço a produção flexível.

A ruptura do regime fordista se manifesta a partir dos anos de 1970, quando surgem novas formas de produção e articulação territorial e uma maior divisão social do trabalho. A transição do fordismo para o pós-fordismo equivale a um período de organização econômica e social do mundo. O regime de acumulação fordista, regulado pelo keynesianismo, é um paradigma explicativo para a expansão do capitalismo defendido inicialmente pelos chamados regulacionistas franceses como Michel Aglietta, Robert Boyer e Alain Lipietz. (Sene, 2007, p. 68). Os alicerces da Escola Francesa de Regulação foram formulados por marxistas que fundamentaram sua abordagem ao processo de desenvolvimento econômico, alternativa ao estruturalismo tradicional. Segundo Rodrigues (1988) A designação da regulação foi importada da Teoria Geral dos Sistemas e, na sua essência, o regulacionismo estabelece que um sistema econômico nem é auto-regulado pelo mercado, nem comandado pelo Estado, antes por formas institucionais ligadas a princípios de organização. O conjunto de normas, hábitos, leis e redes de regulação que asseguram que o comportamento individual (estratégias e expectativas dos indivíduos) se ajuste a um regime de acumulação, chama-se “Modo de Regulação” (Peet, 1991.p.153).

Após a Primeira Guerra Mundial o regime de acumulação extensivo, pautado na expansão das indústrias de bens de produção, não favorecia ao crescimento de bens de consumo. Nessa situação, o modo de regulação concorrencial estava bem adaptado. Entretanto, esta aparente calma foi abalada pela teoria de Frederick Taylor sobre a organização científica do trabalho e do controle dos tempos de sua execução. Assim, inicia uma nova forma de produção que se espalha pela indústria norte-americana fazendo com que ela produzisse a um ritmo mais rápido se comparada a europeia e japonesa. Desta maneira, houve uma ampliação para a demanda de bens de consumo produzido em maior escala. É exatamente aqui que ocorre uma inadequação entre o regime de acumulação fordista que estava nascendo e o modo de regulação concorrencial que já estava ultrapassado (Lipietz, 1988). Essa produção aceleradora em relação à demanda geraria uma crise de superprodução.

O Fordismo gera um compromisso social baseado num constante aumento salarial, que ensejava a incorporação das massas trabalhadoras ao consumo. Isso acontece à medida que cresce o ganho de produtividade na indústria gerado pelo desenvolvimento das técnicas e métodos de produção fordista-tayloristas. A partir deste momento, houve um aumento do valor dos salários o que estimulou as compras, elevando o padrão de consumo e consequentemente ampliando os lucros dos capitalistas. O Estado passou a ter um papel fundamental no sentido de ensejar as condições de criação e ampliação da demanda, elemento fundamental para a alimentação do regime de acumulação fordista.

Para Menezes (2003), os princípios do Taylorismo podem ser resumidos em três ações: a) reunir todo conhecimento tradicional, classificá-lo, tabulá-lo e reduzi-lo a regras, leis e formulações. Desta maneira, acontece a dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhos; b) banir todo trabalho intelectual da oficina, centrando-o no departamento de planejamento, ou de projeto, da empresa. Assim, separa-se a concepção da execução da atividade fabril; c) encarar o trabalho como tarefa que deve ser planejada pela gerência. O homem recebe a tarefa e os meios para executá-la, enquanto a gerência prepara essas tarefas e define suas formas de execução.

A expansão econômica beneficiou o Estado gerando maiores receitas e constituindo uma densa rede de proteção social, principalmente no Japão e Europa Ocidental onde ocorreu uma melhoria significativa das condições de vida das massas trabalhadoras, como consequência, consolidou-se, em maior ou menor grau, o *welfare state*, nas áreas acima citadas.

O compromisso fordista-keynesiano para os regulacionistas criou as condições para o crescimento do capitalismo pós Segunda Guerra Mundial. Neste período ocorreram os maiores avanços das conquistas sociais e trabalhistas nos países industriais. Segundo Sene (2007), neste momento, aconteceu maior poder de organização dos sindicatos, o capitalismo quase alcançou a utopia keynesiana do pleno emprego. Contudo, houve embate entre capital e trabalho e ficou evidente, os privilégios de alguns. Para Harvey (1993) nos países desenvolvidos setores sociais foram marginalizados das conquistas do fordismo, a exemplo, das mulheres, negros e imigrantes.

A implantação de um novo modo de regulação condizente com o regime de acumulação vai levar aos governos, empresários e trabalhadores dos países industriais a adoção de políticas econômicas keynesianas, isso se traduz em novas práticas na relação Estado-capital-trabalho. Para fortalecer o regime de acumulação fordista passa a ser imprescindível resolver a questão da demanda e criar um novo compromisso social para viabilizar a expansão capitalista sem o risco de uma nova crise. É nesse ponto que o keynesianismo tem a resposta e gradativamente vai se firmando como o novo modo de regulação (Sene, 2007, p. 71-72).

Para o regulacionismo, o Fordismo correspondeu a um regime de acumulação que é claramente identificado com a generalização da organização científica do trabalho – Taylorismo - e a expansão da produção em série associada a intensificação e extensificação da divisão técnica do trabalho, a grandes investimentos em capital fixo e à realização de economias de escalas suportadas pelo crescimento constante da procura. Para Leborgne & Lipietz (1988), o discurso regulacionista é marcado pela tentativa de validar um modelo em consolidação, sucessor de outro anterior, esgotado e falido – vivia-se na transição do Fordismo para o Pós-Fordismo. De um regime de acumulação intensiva para um novo regime marcado pela extensificação capitalista e dominado por formas flexíveis da produção e dos processos de trabalho.

Na década de 1970 o crescimento econômico foi interrompido, deixando claro o esgotamento do paradigma produtivo fordista-keynesiano. Os países subdesenvolvidos entraram em crise, provocando uma elevação do emprego, gerado pela dificuldade de manter um aumento constante da produtividade.

A crise fez com que os governos dos países industrializados adotassem políticas de contenção da inflação. Os custos de produção nesses países aumentaram como consequência da elevação salarial e dos custos sociais, havendo uma tendência geral de queda nas taxas de lucro. Desta forma, as transformações no capitalismo central se acirraram em busca da superação das contradições do regime de acumulação fordista e do modo de regulação keynesiano. Ao tratar deste assunto Harvey (1993, p. 140) coloca

que: “a profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente tirou o mundo capitalistas do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Como consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de restauração econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetos da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulação política e social bem distinto”. Harvey vai denominar esse sistema capitalista de acumulação flexível, já Lipietz (1991) nomeou como liberal produtivismo. .

As crescentes contradições do Fordismo cederam espaço ao regime flexível. O esgotamento das possibilidades de crescimento da produtividade atrelada às pressões sindicais por aumento de salário levou a uma redução da acumulação de capitais, acarretando uma queda da taxa de lucro. Harvey (1993) e Lipietz, (1988) acrescenta aos fatores acima o fato da competição dos novos países industrializados, que se estruturaram calcado principalmente na alta taxa de exploração do trabalho. Frente a essa situação, o regime de acumulação flexível representava um caminho para dar continuidade ao processo de acumulação capitalista, particularmente nos países centrais.

As relações produtivas ganharam novas roupagens orientadas pelo objetivo da competitividade. Assim, processos e produtos inovadores nortearam as produções das fabricas no intuito de racionalizar os custos.

A filosofia da acumulação flexível assenta fundamentalmente nos princípios de organização da produção pautada em valores de flexibilização. Basicamente existem dois padrões de flexibilidade, numérico e funcional. O numérico refere-se ao produto e ao emprego referenciando a capacidade de uma estrutura produtiva modificar, em curto prazo, as quantidades de produtos produzidos ou os níveis de emprego, sem perdas de resultados. O funcional refere-se à capacidade das estruturas produtivas alterarem, em curto prazo, a configuração dos produtos, sem perdas de resultados e eficiência. Assim,

podem ser determinantes as tecnologias de informação e as estratégias de marketing atuando sobre o mercado. É possível conseguir uma flexibilidade funcional em estruturas verticalizadas desde que haja uma separação entre o ciclo de vida do produto e a máquina. É necessário salientar que qualquer um dos dois tipos de flexibilidade requer grande versatilidade ou capacidade de adaptação a mudanças rápidas: tecnologias flexíveis, formas e práticas de trabalhos flexíveis, máquinas flexíveis, formas flexíveis de organização e reestruturação da produção e flexibilidade do mercado de trabalho.

Nas fábricas os novos processos produtivos são implantados. A economia de escala, dominada pelo fordismo gradativamente foi superada pela economia de escopo, de produção descentralizada em variadas grandezas(escalas). Nos anos 1950, os processos produtivos desenvolvidos no Japão, foram incorporados em vários lugares no mundo. A produção em série e o trabalho repetitivo da fábrica fordista perde espaço para as equipes de trabalho ou células de produção. O novo método organizacional leva a um controle de qualidade da produção, ocasionando uma redução no número de empregados, além de baixar significativamente os defeitos das peças. Neste momento, as máquinas introduzidas no processo produtivo são cada vez mais sofisticadas.

A produção flexível e seu principal método de produção, o toyotismo, sofisticaram a exploração do trabalhador, agravando as condições sociais, pelo fato do toyotismo ter sido adotado em indústrias de alta tecnologia favorecendo a uma elite trabalhadora, que tem maiores garantias, entretanto, disseminou novas relações de trabalho com salários baixos e poucas garantias trabalhistas. Essa precarização das relações de trabalho tem se implantado principalmente na periferia do capitalismo, mas também nos países centrais: subcontratação – principalmente em firmas terceirizadas- trabalho temporário, trabalho em tempo parcial, trabalho familiar (relação parcial) em microempresas de fundo de quintal é até trabalho sem remuneração alguma (Havey,1993). A organização da produção, as mudanças geradas pela acumulação flexível, alteraram a divisão técnica e social do trabalho, constituindo novos padrões territoriais.

2.3. Globalização e Produção

De acordo com Sene (2007) a passagem de um regime de acumulação, com seu concernente modo de regulação, para outro, calha com uma etapa do capitalismo que vem sendo denominada de globalização.

No mundo globalizado representa o desenvolvimento do sistema capitalista operacionalizado em um processo de mudanças e transformações. O movimento cíclico do capitalismo se traduz em um processo de superação de crises, assim requer transformações nas relações produtivas, como forma de reforçar o processo de acumulação. O capitalismo constitui-se enquanto totalidade sistêmica em permanente mudança, a qual se traduz em movimento de continuidade, ruptura e relações mútuas perfazendo um universo extremamente diverso. A lógica globalizante do capital e o seu movimento cíclico expressa uma determinada regularidade em seus parâmetros funcionais fundamentais. O capitalismo globalizante produz como resultado processo de desenvolvimento econômico caracterizado por um princípio de desigualdade. No trabalho de David Harvey (2006) procura explicar como o capitalismo, de acordo com o significado de seu mecanismo reprodutivo, implementa um processo de desenvolvimento que reflete a busca incessante do capital individual em se apropriar de uma parcela cada vez mais elevada da mais valia social.

O desenvolvimento capitalista e por excelência desigual e contraditório, o capitalismo global implica em novas formas sociais e produtivas. Para Ianni (1997, p. 149),

“O padrão flexível de organização da produção modifica as condições sociais e técnicas de organização do trabalho, torna o trabalho polivalente, abre perspectiva de mobilidade social vertical e horizontal, acima e abaixo, mas também intensifica a tecnificação da força produtiva do trabalho, potenciando-a. o trabalhador é levado a ajustar-se às novas exigências da produção de mercadoria e excedente, lucro ou mais valia ” .

O capitalismo com suas relações sociais de produção e seus aspectos superestruturais, apresenta grande complexidade. Complexidade essa que só será possível ser compreendida dentro de um processo histórico de mudança. A fixação do sistema enquanto modo de produção com seus contornos relativamente bem definidos ocorrem entre os séculos XVIII e XIX. A evolução do sistema capitalista no decorrer do século XX, incorporou um determinado número de nações, estabeleceu as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, definindo por relações integradas entre nações capitalistas desenvolvidas e nações capitalistas subdesenvolvidas. Desta forma, fica clara uma hierarquia que traduz relações em domínio, dependência e subordinação vinculada à reprodução da acumulação do capital nos países centrais do sistema. Com a consolidação do núcleo de países capitalistas pioneiros constituiu-se efetivamente o centro do sistema. “O sistema-mundo dominado pela Europa espalhou-se a partir da base euro-americana para abranger cada vez mais regiões do mundo e incorporá-las a sua divisão do trabalho” (Wallerstein, 2007, p. 65).

A relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento ocorre dentro de um universo definido por relações integradas entre países capitalistas desenvolvidos e países capitalistas subdesenvolvidos. Constituindo uma hierarquia que traduz relações de domínio, dependência e subordinação ligada à reprodução da acumulação do capital nos países centrais do sistema.

A teoria do desenvolvimento econômico trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e se utiliza o produto social (Furtado, 2009, p. 25). A produtividade social é vista como produto total por unidade de tempo de ocupação da força de trabalho de uma coletividade. Antes da revolução industrial, o desenvolvimento econômico era constituído basicamente de um aglutinado de unidades econômicas e da divisão geográfica do trabalho. Entretanto, os lucros eram absorvidos em grande parte pelos grupos dirigentes das comunidades promotoras do comércio, concentrando capital financeiro.

Com a consolidação do núcleo de países capitalistas pioneiros constituiu-se efetivamente o centro do sistema. A expansão e desenvolvimento do capitalismo mostram que, em certo sentido, qualquer outro país dificilmente seguiria a trajetória histórica dos centrais. Isso denota a importância que a relação entre centro e periferia constitui no mecanismo de integração e revela o papel do mercado para a constituição de uma economia mundial. Assim, respeitando determinados limites históricos, o conjunto dos países em todo o mundo encontra-se sob o controle do mercado capitalista mundial.

O delineamento definitivo da economia mundial no século XIX iniciou uma estrutura integrada comandada pelas principais leis reprodutivas do capitalismo estabelecendo a lógica globalizante da sociedade do capital. O mercado mundial estrutura uma regularidade própria à ordem econômica burguesa. Marx e Engels no Manifesto colocam:

“[...] As relações de produção e de circulação burguesa, as relações burguesas de propriedade, a sociedade burguesa moderna que, como por encanto, criou meios de produção e de circulação tão espetaculares-mais parecem o feiticeiro que não consegue controlar os poderes subterrâneos que ele mesmo invocou. Há décadas a história da indústria e do comércio se restringe à revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que constituem as condições vitais da burguesia e de seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que repetidas periodicamente e cada vez maiores, ameaçam a sociedade burguesa. Nessas crises, grande parte não só da produção, mas também das forças produtivas criadas, é regularmente destruída. Nas crises irrompe uma epidemia social que em épocas anteriores seria considerada um contra-senso - a epidemia da superprodução.[...] (Marx & Engels, 1998, p. 13)”.

O processo de industrialização fez com que a Inglaterra ocupasse uma posição de país hegemônico, demarcando um conjunto de ações, além

fronteiras em busca de novos mercados e matérias primas, viabilizando assim, a ampliação do capital inglês.

A consolidação do sistema capitalista fez com que os países de todo mundo estivessem ligados de forma direta ou indireta ao controle do mercado capitalista mundial, levando a uma integração comandada pelas principais leis reprodutivas do capitalismo, evidentemente, em particular e fundamentalmente, a lei do valor em sua atuação no espaço do mercado. Balanco (2003) afirma que as configurações espaciais constituídas pelo capitalismo decorrem da atuação da lei do valor, ou seja, da integração entre valor de uso e valor de troca. Para Roberto Boyer (1943) a priori as trocas dizem respeito a uma grande variedade de produtos e de qualidades, num dado período e num lugar bem determinado, a conjunção dessas trocas dessas trocas bilaterais não é, pois, governada pelo surgimento de um preço único. Para ele a definição da qualidade é condição básica na formação de um preço de mercado.

A integração da economia mundial, batizada como globalização assenta na centralidade dos mercados mundiais como mecanismos reguladores de fragmentos expressivos das economias nacionais. A crescente internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos do capital mundializado debilita os centros nacionais de decisão e comanda o destino de espaços nacionais. Segundo Cano (1977) ao falar do Brasil lembra que até a segunda metade do século XIX não se podia falar de desigualdades regionais, em virtude das experiências exportadoras serem feitas em regiões relativamente isoladas. Ele coloca que no período de 1880 a 1930 e que se formaram as bases dessas desigualdades regionais. Balanco (2003) afirma que o capitalismo quando atinge certos limites da concentração nos espaços geográficos nacionais, alarga espacialmente a acumulação para além fronteiras dos países que se apresentam como núcleo do sistema. A busca de novas áreas o desenvolvimento do capital ele o faz ao mesmo tempo um movimento dinâmico e contraditório. De acordo com Harvey (1990, p. 420)

“O resultado concreto é que o desenvolvimento da economia espacial do capitalismo se vê assediada por tendências contraditórias. Por um lado, há que se derrubar as barreiras

espaciais e as distinções regionais e, por outro, os meios para lograr isto provocam novas diferenciações geográficas, que formam novas barreiras espaciais que tem que ser superadas. A organização geográfica do capitalismo absorve as contradições dentro da forma valor. Isto é o que quer dizer o conceito de desenvolvimento, inevitavelmente pouco uniforme, do capital”.

O desenvolvimento desigual do capitalismo representa em termos geográficos, como concentração e dispersão no que diz respeito a circulação do capital.

Na globalização leva a uma concentração do poder, representada principalmente pelas grandes empresas, onde a tecnologia moderna vai favorecer este processo. A globalização apresenta conseqüências negativas como a vulnerabilidade externa e a agravação da exclusão social, agravada pela concentração de renda e da riqueza. Isso dificulta a adoção de políticas uniformes. De acordo com Furtado (1998, p.74) as disparidades entre economias não resultam apenas de fatores econômicos, mas também de diversidades nas matrizes culturais e das particularidades históricas.

A espacialidade que o sistema capitalista produz está ligada a dinâmica temporal da acumulação e a sua própria reprodução social, isso significa dizer que as configurações espaciais são resultantes da atuação da lei do valor, ou seja, valor de uso e valor de troca. O lucro pressupõe a existência do valor, por conseguinte, esta sociedade, que se reproduz através da acumulação do capital, se organiza através das formas sociais que expressam a manifestação do trabalho enquanto trabalho abstrato. O trabalho abstrato é fundamental pela ligação que os produtores estabelecem entre eles, por meio de uma divisão do trabalho, para a produção de bens que adquirem a forma de mercadoria. A troca representa o vínculo estabelecido entre produtores de mercadorias dispostos geograficamente em diferentes lugares e fixação de laços sob a iniciativa de diferentes capitais em espaços distintos.

O capitalismo apresenta um movimento integrador que visa superação de barreiras ao desenvolvimento das forças produtivas, do qual decorre a expansão das necessidades humanas e a diversificação da

produção. A essa necessidade de integração do capital mostra-nos que o mesmo enfrenta barreiras a sua expansão.

As transformações globais vêm modificando o formato e ação do Estado. Castro (2010) ao tratar do papel do Estado na periferia do sistema coloca que os países periféricos do sistema capitalista continuam sofrendo imposições externas, do sistema financeiro internacional, das políticas protecionistas, das potências centrais, das pressões para abertura de mercados e do atraso na corrida tecnológica pela competitividade na maior parte dos seus setores econômicos. A autora acrescenta:

Na atualidade, as forças de circulação do novo paradigma tecnológico que impõe competitividade, velocidade e inovações que favorecem o capital financeiro e as grandes empresas são condições que afetam tanto a forma como as funções do Estado. Na escala mundial, essas contradições resultam no processo de globalização com todas as conseqüências conhecidas: enfraquecimento das economias nacionais, redefinição das relações internacionais com a busca de novas solidariedades regionais, protecionismos, conflitos de interesses entre Estados centrais e periféricos. (Castro,2010. p.117-118).

O Estado, por princípio, incorpora a dinâmica das mudanças, mesmo que não apresente a mesma rapidez das modificações que acontecem na sociedade. O Estado evolui no tempo e no espaço, a partir da atuação das forças internas e externas. Segundo Daniel (1988, p. 26), no Estado capitalista o poder Estadual “desempenha as funções de acumulação e dominação através de diversos aparelhos e também por meio de distintas esferas: federal (União), regional (Estados) e local (Municípios) seja o poder econômico ou pelo poder demandado por grupos sociais distintos”. O poder do Estado atuando em todas as esferas e escalas.

Para Lanni (1992), a globalização vem provocando a perda de referência nos diversos aspectos da sociedade seja na economia, na política ou na cultura. Neste sentido, a globalização tende a formar um mundo único, em que determinados elementos estão em toda parte, mas não pertencem a

nenhum lugar. Portanto, a desterritorialização está atrelada à perda de identidade e das raízes, dos centros decisórios entre outros. Neste sentido Santos (2011, p.79) “A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas.

No processo de globalização a escala passa a exercer papel preponderante, frente à compreensão dos fenômenos. Castro (2010, p.81), escreve:

Nesse período, a escala dos fenômenos da globalização impôs-se a todas as reflexões na maioria dos campos das ciências sociais, tanto pela novidade neles contidas e pelo leque de questões colocadas às outras escalas como pela opção de uma abordagem conceitual fundamentada em modelos explicativos abrangentes na maioria dos estudos.

A autora argumenta que o paradigma mais aceito por algumas correntes da geografia política de que a globalização é um impacto sobre localidades pauta-se na teoria de sistema mundo de Immanuel Wallerstein, por oferecer uma estrutura conceitual que se propõe situar a nação-Estado e as políticas locais no contexto das determinações globais. Ai está o nosso aporte para compreender o contexto de produção algodoeira no vale do Iuiú.

No processo de expansão do capital os processos técnicos se realizam com implicações sobre a produção do território e as relações de trabalho, provocando a extinção de grupos sociais e a utilização de riquezas, mas à proporção que a riqueza se concentrava e a tecnologia avançava novos problemas vão surgindo e novas implicações abrem perspectivas para novas mudanças. Para Dollabrada & Fernández (2008) o desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudanças estruturais empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos materiais e imateriais existentes no local, visando à dinamização socioeconômica e melhoria de vida da população. Ao analisar a presença da ação desses agentes ter-se-á uma visão dinâmica e dialética das

estruturas sociais e dos processos de transformação por que passa a agropecuária brasileira e no caso específico o algodão no Vale do Iuiú.

CAPITULO 3

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Nos estudos territoriais, o espaço não pode ser desprezado como categoria de análise, baseado neste contexto é que resgataremos essa discussão. O espaço e o território não estão separados: um está no outro. O espaço é indispensável para a apropriação e produção do território (Saquet, 2009). Todavia, também faremos uma caminhada na dimensão conceitual de Espaço, vista por alguns autores como categoria chave dos estudos geográficos. Na concepção de Raffestin o espaço é visto como substrato, ou seja, palco pré-existente ao território.

A categoria espaço constitui objeto-chave no debate acadêmico. Definí-lo e interpretá-lo não é uma tarefa fácil, por não ser ele, de uso exclusivo da Geografia. Na ciência geográfica ele toma corpo, ou seja, identidade própria quando é constituído à luz do social. Nela todos os processos são resultantes da interligação de elementos variados e a produção do espaço é progressiva e modificada historicamente.

Sendo o espaço fruto da ação humana, à medida que as relações entre os homens se modificam, o espaço tende a ser transformado, ganhando nova configuração, e estas mudanças podem acontecer em ritmo e escalas diferentes. A produção do espaço dar-se-á de acordo com suas necessidades e valores; o homem, ao construir espaço, ele mesmo se reconstrói. Em Guanambi a relação espaço-temporal é bastante perceptível, concretizando-se, em parte, na reconstituição histórica da paisagem. O espaço é composto por elementos: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e infraestrutura (Santos, 1985, p. 6).

Os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso; trata-se de jovens, de

desempregados ou não empregados [...] as firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e idéias. As instituições produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infra-estruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc.

A sociedade e suas diferentes instâncias políticas, econômicas, sociais e culturais são premissas importantes para que se possa compreender o dinamismo que o espaço geográfico apresenta, pois, sendo ele fruto das relações sociais, não é estático e cada elemento possui um valor, tanto quantitativo como qualitativo.

O espaço é composto de uma gama de variáveis que se entrelaçam em escalas diferentes. Tais variáveis são frutos da injeção de capital que trazem novas formas de produzir o espaço. Ianni (1984, p. 101), abordando sobre o espaço agrário, diz:

As transformações ocasionaram a incorporação de recursos “racionais” de organização e administração das empresas, bem como de procedimento tecnológico avançado. Desde as modificações nos modos de exploração da força de trabalho até a adoção do avião como meio de comunicação, passando pelo trator, adubos, rotação de lavoura, exame científico das possibilidades das terras, etc., a economia agrária sofreu e continua sofrendo progressivamente a ação de fatores internos e externos que revelam, entre outros fenômenos, a expansão da mentalidade capitalista no campo.

O espaço apresenta uma dimensão temporal, e esta temporalidade se processa em escalas diferentes: local, regional, mundial. É dentro desse contexto que entenderemos as mudanças ocorridas no espaço brasileiro. O espaço é considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras; sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica de outro lado, situações que se apresentam na atualidade (Santos, 1985). No mundo atual

essas modificações ganham maior dinamicidade em função da apreensão da técnica pelo capital.

O sistema capitalista fez com que as técnicas se desenvolvessem e até se unificassem como forma de ampliar o processo produtivo e ter uma maior apreensão do espaço. A detenção da técnica significa apropriação dos meios de produção por um pequeno grupo, gerando um fosso entre aqueles que a detêm e os despossuídos, que, como alternativa de sobrevivência, contam apenas com sua força de trabalho. Estabelece-se também, cada vez mais, um afastamento entre o trabalho intelectual e o manual, servindo de engrenagem do sistema capitalista. O desenvolvimento da técnica e da ciência chega a tal ponto, que as distâncias foram aproximadas ou até anuladas, fazendo com que a discussão dicotomizada campo-cidade perdesse sentido.

As mudanças ocorridas no espaço são frutos de multiplicidades de fenômenos ligados à estrutura, processos, funções e formas. Os processos são resultantes das instâncias política, econômica, cultural-ideológica e espacial, mas, apesar de nenhuma das instâncias se anular, as modificações do espaço podem estar mais relacionadas com um dos fatores que, em determinada instância, se sobrepõe aos demais.

No espaço agrário brasileiro, a monocultura do algodão fez com que a instância econômica apresentasse uma maior expressão e os municípios produtores tornaram-se ponto de atração; os processos de ordem econômica, institucional e cultural que incidiram sobre o espaço criaram uma hierarquia de decisões e as mudanças processadas localmente levaram à aceleração das transformações. Para Santos (1985), as mudanças não são geradas apenas pelos fatores exógenos, pois estes apenas dão um novo impulso ao sistema; elas necessitam das ações internas para se concretizarem. Essas mudanças acontecem em todas as instâncias sociais e atividades produtivas.

A agricultura foi a primeira atividade econômica que levou o homem a ter maior apreensão do espaço, responder às suas necessidades básicas e gerar lucros. Surgiu quando uma determinada sociedade reuniu uma série de condições historicamente suficientes para retirar do meio produtos para sanar suas necessidades. Para obter o excedente, o capital se vale da evolução da técnica e da exploração do trabalho, concretizando o processo de mais valia. A

evolução da técnica fez com que a agricultura melhor respondesse aos anseios da sociedade a partir da intensificação do trabalho, assim como permitiu uma divisão social do trabalho.

Segundo Silva (1999, p. 14):

[...] enquanto o homem não atingiu um nível de produtividade tal que lhe permitisse dispor de um produto excedente, as atribuições do dia-a-dia consumiam-no inteiramente na luta contra a fome, o frio, as doenças, as intempéries, etc. Somente quando o homem passou a dispor de uma “sobra” do tempo de trabalho necessário à sua perpetuação é que alguns dos membros da sua espécie puderam se dedicar a outros afazeres ou até mesmo a não fazer nada, ou seja, a própria “divisão social do trabalho” que daí se segue iria permitir, inclusive, que alguns trabalhassem e outros não, que uns se tornassem escravos e outros, senhores.

O excedente não deve ser visto como a sobra daquilo que não tem valor de uso, posto que é esse o fator que gera o produto excedente e que define a economia, a sociedade e a cultura baseada no excedente, na margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típica da conduta racional com relação a fins seculares (Martins, 1986).

O desenvolvimento do sistema capitalista vai proporcionar a integração de novas áreas. A partir do século XV, com o desenvolvimento das técnicas, a expansão comercial vai gerar uma transformação radical nas relações espaciais.

A agricultura no Brasil nasce orientada por forças reprodutivas do capitalismo mercantilista. O setor agrícola, pautado na monocultura açucareira, vai suscitar o processo de acumulação de capital, materializando-se na propriedade da terra e força de trabalho escravo.

É nessa conjuntura de expansão do capital mercantil pelas empresas européias que se inicia a ocupação do espaço. Os portugueses intencionavam encontrar recursos minerais, mas, não atendidos os seus intentos, buscaram

outras alternativas, voltando-se para as *plantations* de cana-de-açúcar que se tornaram a base da economia colonial. O Brasil foi organizado como uma empresa comercial, resultado da união entre a nobreza e a burguesia mercantil (Backer & Egler, 1993). Respaldados pela empresa comercial, a formação da propriedade no Brasil se baseou na política do sistema de capitâneas hereditárias e sesmarias.

De acordo com Neves (1998, p. 51):

O sistema de sesmaria foi instituído no reinado de D. Fernando I (1367-1383), com o objetivo de distribuir terras para estimular o povoamento de áreas incultas ou conquistadas dos árabes que ocupavam a Península Ibérica, para desenvolver a agricultura e dinamizar a produção de alimentos em Portugal, que sofria escassez de cereais. A lei original das sesmarias é de 26 de julho de 1375.

Com base nesse sistema se originou e evoluiu a estrutura fundiária no Brasil e em particular no alto sertão da Bahia. Ainda segundo Neves (1998), a área estudada foi parte integrante do latifúndio adquirido por Antônio de Brito Correia e seu filho Antônio Guedes de Brito, através de doações de representantes do governo português e do Instituto da Sesmaria. A doação de terras objetivava promover a agricultura colonial, buscando sua integração no circuito mundial, ou seja, divisão internacional do trabalho.

O sistema de capitâneas hereditárias deixou como herança o latifúndio. A terra fazia parte do patrimônio pessoal do rei. A distribuição era feita de forma doméstica, ou seja, constituída à base de troca de valores. Recebiam terras aqueles que integravam seu círculo de amigos e que detinham recursos para implantar o empreendimento açucareiro, que ia desde o beneficiamento da terra, compra de escravos, exportação e pagamento de impostos. Assim, a terra passa a ser privilégio de poucos.

O latifúndio no Brasil, respaldado, principalmente, na exploração de mão-de-obra africana, servia como base à empresa monocultora colonial, geradora de circulação de capitais.

Backer & Egler (1993) relatam que “a principal característica da sociedade colonial acima de tudo era a escravidão de índios e sobretudo de negros. Uma escravidão original, que reviveu uma forma de trabalho historicamente extinta, proporcionando um recurso para explorar comercialmente a colônia”.

Apesar de ter sido usada, inicialmente, a mão-de-obra indígena, a exploração da monocultura açucareira baseia-se na mão-de-obra escrava. Para esses autores (1993, p. 42), havia a ambigüidade de interesses na exploração da mão-de-obra dos índios entre a Coroa, que desejava a cristianização para utilizá-los no povoamento, e os colonos, que tinham como objetivo escravizá-los. A Coroa estabeleceu que os índios só podiam ser aprisionados pela guerra justa. Então, recorreu-se ao tráfico de escravos africanos financiado, em parte, pelos holandeses.

Além da mão-de-obra escrava, há também a presença do trabalho livre. Os homens se estabeleciam em terras menos férteis, ligados aos cultivos de subsistência, e eventualmente trabalhavam na *plantation*. Eles mantinham uma relação de parceria e arrendamento.

Com o fim do sistema de sesmaria e a falta de uma legislação sobre a posse de terra, houve uma expansão de pequenas unidades de produção. Tal fato preocupou os grandes proprietários e em resposta foi criada a Lei de Terras de 1850, como uma forma de afirmação política dos latifundiários. A Lei de Terras significou, na prática, a possibilidade de fechamento para uma via mais democrática. Se a lei de terras favoreceu aos grandes proprietários, para os pequenos não veio alterar sua condição. A Lei não proibia os pequenos proprietários de comprarem suas propriedades, mas dificultava tanto, que era praticamente impossível realizar essa compra. Sendo assim, a não posse da terra coloca o trabalhador rural à mercê e na dependência dos grandes proprietários. Desta forma, o espaço se organizou atendendo às necessidades do capital com base numa injusta distribuição de terras, tendo como resultado o surgimento de conflitos pela posse delas.

Silva (1980, p. 26), afirma que:

A lei de terras significou, na prática, a possibilidade de fechamento para uma via mais democrática de desenvolvimento capitalista, na medida em que impediu ou, pelo menos, dificultou o acesso à terra a vastos setores da população. Ao mesmo tempo, criava condições para que este contingente estivesse disponível para as necessidades do capital.

Para atender os propósitos do capitalismo mercantil, o colonizador introduziu o sistema de *plantation*, tendo como espaço de maior representação o Nordeste. De acordo com Menezes (1999, p. 104):

Assim desde a época colonial a principal atividade econômica do Nordeste sempre foi a agricultura, quando os primeiros grandes estabelecimentos produtores de cana-de-açúcar se implantaram na zona da mata. O advento da produção açucareira introduziu a grande propriedade e o trabalho escravo, marcando a organização agrária da colônia constituída da monocultura, trabalho não remunerado e concentração da propriedade.

Desta forma de organização do espaço com objetivo de ampliação do capital, criou-se uma injusta distribuição de terras e foi introduzido o trabalho escravo. A atividade econômica açucareira vai se instalar, principalmente na região Nordeste. Esta atividade não anulou os cultivos de subsistência, mas fez uso deles para atender às necessidades do engenho e, claro, sempre nas áreas marginais, a lavoura açucareira, sua expansão e retração se deram de acordo com a demanda do mercado externo. Dentre os cultivos paralelos vai aparecer o algodão, usado apenas para produção artesanal e medicinal.

No Brasil, na época do descobrimento, os indígenas já cultivavam o algodão, transformando-o em fios e tecidos. Aproveitavam-se do caroço esmagado e cozido para alimentação e do sumo das folhas como remédio. No comércio internacional, nos primeiros tempos de ocupação do território brasileiro, o algodão tinha pouca expressão. As culturas de algodão não passavam de pequenas roças de fundo de quintal e o artesanato têxtil era considerado trabalho de mulheres. Foi nos fins do século XVIII e início do XIX que esta cultura se desenvolveu, inicialmente no Nordeste e mais tarde foi

introduzida no estado de São Paulo. Mas foi o Nordeste que liderou as exportações; São Paulo só veio a ter maior destaque na década de 30, após a crise cafeeira.

Almeida apud Vargas (1999, p. 68) afirma: “O milho, a mandioca, o feijão e o algodão foram largamente difundidos, seja na tentativa de comprovação do uso da terra, seja na tentativa de manter o abastecimento da área produtora de cana-de-açúcar bem como diminuiu a prevalência da produção de gêneros para os latifúndios.”

Segundo Kassab (1986, p. 11), o aproveitamento do algodão é milenar, pois “os hindus de épocas remotas já se utilizavam das suas fibras na fabricação de tecidos grosseiros e rudimentares”. Outros autores a exemplo de Passos (1977) registram que as primeiras referências ao algodão surgiram antes de Cristo, em escavações arqueológicas nas ruínas de Mohenjo-Daro, no Paquistão, onde foram encontrados vestígios de tela e cordão de algodão com mais de 5.000 anos.

No continente americano, segundo relatos, os incas já cultivavam e trabalhavam as fibras de algodão, deixando legados ao artesanato têxtil, confeccionavam redes, utilizavam o caroço na alimentação e com as folhas curavam enfermidades. No Brasil Colônia, esse produto fora motivo de grandes aventuras para os franceses que, com os seus navios piratas, apareciam de improviso nos portos nordestinos e, burlando a vigilância dos portugueses, comercializavam com os índios e carregavam os seus navios com pau-brasil, pimenta malagueta e algodão, vendendo-os na França por preços elevadíssimos (Martins, 1942).

O crescimento da produção algodoeira no mercado mundial se deve ao processo da Revolução Industrial, que introduziu novas técnicas de produção, gerando crescimento da indústria têxtil, especificamente a inglesa, que vai incentivar a produção nos Estados Unidos, garantindo, assim, o fornecimento de matérias-primas.

Os Estados Unidos projetam-se como grande produtor de fibras, lançando no mercado quantidades crescentes a cada ano. Segundo Canabrava (1984, p. 4), dos 990 milhões de quilos consumidos, em 1861, pelos fabricantes

de tecido da Europa, 750 milhões haviam sido importados dos Estados Unidos. Os colonizadores, ao chegarem ao Brasil, passaram a cultivar algodão, mas, este só conseguiu ter expressividade quando explodiu a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, que fez com que a exportação da fibra norte-americana decaísse, cedendo espaço à produção nacional e contribuindo, desta forma, para uma nova configuração espacial.

No Brasil, o cultivo do algodão realizado em dois eixos diferentes: na parte setentrional - região norte e nordeste - e no setentrional dos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Isso faz com que o país apresente duas safras anuais. A cultura do algodão passou por momentos de expansão e retração de acordo com a conjuntura internacional. Almeida (1991), ao falar da cultura algodoeira sergipana, define quatro momentos de apogeu que podem ser generalizados para a região Nordeste: a) século XVIII, quando a Guerra da Independência dos Estados Unidos desarticulou o comércio do algodão norte-americano; b) nas duas primeiras décadas do século XIX, com uma segunda guerra da independência dos Estados Unidos; c) nas décadas de 60 e 70 do século XIX, Guerra de Secessão dos Estados Unidos; d) década de 20, favorecida pelos movimentos nacionalistas do Egito e Índia e que se estende até a Segunda Guerra Mundial.

O cultivo do algodão no Brasil desempenhou importante papel na agricultura brasileira, principalmente no Nordeste. Para Menezes (1999), foi o segundo sistema agrícola bem definido nessa região, sendo que esse cultivo estimulou uma melhor ocupação da terra, pelo fato de a agricultura combinar gado–algodão. Segundo Andrade (1986), o algodão, de 1750 até 1940, foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito na disputa às terras e aos braços. Acrescentou que uma das grandes vantagens do algodão era que podia compartilhar as terras com os cultivos de subsistência, permitindo que os pequenos agricultores produzissem, em uma mesma área, com um só trabalho de preparação da terra e de limpeza dos cultivos, o alimento e o produto comercial, bem como usar a rama na alimentação. Assim como a pecuária, o algodão também sofreu coibição; devido ao medo de que ocupasse áreas de cana, foi suprimido para o interior,

apesar de em algumas áreas plantadores de cana diversificarem o plantio desta com o algodão. O cultivo do algodão no Nordeste mobilizou mão-de-obra escrava e livre e fez com que produtores enriquecessem, disputando status social com os senhores de engenho. Os homens de cor que conseguiram ascender socialmente em algumas áreas nordestinas foram chamados de brancos do algodão, conforme esse mesmo autor.

O ciclo cotonicultor no Nordeste do Brasil fez também surgir uma categoria de trabalhador, “o morador de condição”. O morador de condição foi o principal personagem nas relações de trabalho desenvolvidas no binômio algodão-gado, formando juntamente com os filhos um verdadeiro exército de mão-de-obra para a cotonicultura, sendo muitas vezes parceiro do patrão, ou vaqueiro no sistema pecuário. O mesmo sujeitava-se às vontades do patrão, empregando sua força de trabalho naquilo que lhe era imposto. Normalmente, o patrão concedia-lhe uma pequena gleba de terra no entorno da morada para que pudesse plantar seu roçado e criar alguns animais de pequeno porte.

Garcia Jr. (1989) evidencia que na relação tradicional o “morador de condição” sujeitava-se ao patrão a ponto de ser obrigado a desempenhar tarefas de interesses do mesmo, muitas vezes exercendo longas jornadas diárias de trabalho. As tarefas mais comuns eram: construção de cercas, desmatamento da caatinga, cuidados com os algodoads, desde o preparo do solo, plantio, tratamentos culturais, colheita, ensacamento e carregamento, entre outros. Em benefício próprio, o morador desenvolvia seus roçados, com culturas de subsistência, visando a obter o básico de sua alimentação, às vezes, tendo o dever de dar a meia ou a terça parte da produção em compensação pelo uso da terra. Para as tarefas do roçado, o morador contava com a ajuda dos filhos, esposa e agregados da família.

O desenvolvimento da cultura algodoeira era feito principalmente em regime de parceria, pois a utilização de mão-de-obra escrava não era rentável, além de que o primeiro surto, século XVIII, coincide com ideais abolicionistas. O algodão, por ser uma cultura de ciclo vegetativo curto, gera uma ociosidade de mão-de-obra; outro fator que se deve levar em consideração é a seca periódica que vai onerar a manutenção de escravos, assim os latifundiários recorriam ao sistema de parceria. O sistema de parceria, que para o parceiro é

uma forma de garantir a subsistência, usa basicamente a mão-de-obra familiar. Já para o proprietário-latifundiário é uma forma de efetivar a reprodução ampliada do capital, com base na renda fundiária e exploração do trabalho.

Em referência ao cultivo do algodão, alguns estudiosos o classificam como cultivo de pobre, pois fez proliferar o sistema de roça e o arrendamento. Segundo Passos Subrinho (2000), “no Nordeste, o aumento da população sem terras e a crescente demanda por algodão levaram os grandes proprietários a exigirem arrendamento em dinheiro, sobrevivendo o sistema de arrendamento pela palha, apenas em regiões menos férteis”.

Na grande propriedade, o algodão era produzido no sistema de parceria. Segundo Leite (1994, p. 61), os parceiros trabalharam nas terras dentro da propriedade do grande fazendeiro, que era, muitas vezes, também produtor de algodão. O parceiro cultivava o algodão no pedaço da terra que lhe fora cedido e plantava o algodoeiro também nas terras exploradas pelo proprietário, pelas quais pagava uma renda. Para Menezes (1999, p. 108):

O cultivo e o processamento do algodão dá-se a numa sistemática totalmente diferenciada da cultura canavieira. Utilizando mão-de-obra escrava e assalariada, participavam não só os grandes proprietários, como também os pequenos proprietários foreiros e moradores. Esse cultivo estimulava uma melhor ocupação de terra, pois o pequeno produtor fazia o cultivo associado à lavoura de subsistência e ainda utilizava a rama do algodoeiro para alimentação do gado, instalando-se a chamada combinação gado-algodão típica do sertão nordestino.

A história do espaço baiano é resultado da reestruturação do espaço brasileiro e nordestino. No sertão da Bahia a pecuária foi a principal atividade que veio justificar o povoamento da região sertaneja, mas não como um fator isolado; a fixação trouxe a necessidade de diversidade de atividades.

A cultura do algodão se desenvolveu junto aos cultivos de subsistência. À policultura, em todo o sertão, não se subordinou a cultura do algodão, mas possibilitou o convívio entre a pecuária e a cultura de

subsistência. Já o rebanho exigiu a presença de eqüinos e, simultaneamente, cresceu a consorciação da lavoura de milho, feijão, mandioca entre outros.

Pelo fato de os cultivos de pequenas lavouras não estarem subordinados às necessidades da agroindústria açucareira no sertão, esses cultivos alimentares surgiram consorciados com o algodão, produto que muito bem se adaptou a esta área de clima quente, tendo como resposta alta produtividade, ligada às condições edáficas naquele momento. Segundo Neves (1998, p. 182):

A cultura do algodão vai prosperando com acelerado progresso e excelente prospecto de vantagem futura, o que se cultiva nas antigas e hoje estéreis minas de Caetité e Jacobina nos sertões da Bahia, e, sem embargo de grande distância de mais de 160 léguas é conduzido em bestas até à Vila de Cachoeira, já descarçado e metido em buracos, vindo a ensacar ali e ser depois transportado à cidade da Bahia.

A citação acima vem mostrar que o algodão era um cultivo rentável e também muito tradicional nessa área. Segundo Caio Prado (1973), nos altos sertões da Bahia e Minas Gerais se forma uma região algodoeira de relevante importância, compreendendo Rio de Contas, Gavião, Conquista, Caetité e Monte Alto, este último matriz territorial para a formação do município de Guanambi. Pode-se dizer que o algodão chegou a Guanambi antes de o município se tornar um embrião. De acordo com Soja (1993, p. 137),

A partir do momento em que as relações capitalistas avançam num determinado espaço, toda a vida econômica, política, ideológica, passa a ser dominada por estas relações, sendo as relações sociais e espaciais constituídas em torno de uma relação exploratória enraizada no controle de meios de produção e mantida através de uma apropriação do valor pela classe social dominante.

É neste sentido que devemos analisar a ocupação do cultivo de algodão na Bahia e no município de Guanambi, dentro de um contexto de modernização de agricultura que prioriza ou não a locação de recursos. O processo de acumulação de capital após a Segunda Guerra Mundial passa por transformação, a relação entre capital e trabalho toma novos rumos; é desencadeada uma mudança estrutural.

O regime Taylor/Fordista, pautado na sistematização do trabalho pelo movimento automático das máquinas e desumanização do trabalho da linha de montagem, que utiliza mão-de-obra sem qualificação ou semiquificada, perde sentido. No regime fordista o que interessa é a energia física e não a mental, pois a primeira se adapta perfeitamente às tarefas rotineiras predeterminadas, configurando-se na desqualificação do indivíduo (Antonello, 2001, p.10). As direções nas quais se desenvolvem as relações sociais e a utilização de novas tecnologias, as quais determinam as estratégias adotadas, dependem dos debates entre as diferentes forças sociais e políticas, assim como predominam em diferentes contextos econômicos, sociais e políticos (Benko, 1996, p.115).

Extrai-se desta afirmação que as transformações são resultados de um jogo de forças que responde às próprias necessidades da sociedade. A partir da Segunda Guerra novos caminhos foram traçados. O ajustamento à evolução das condições econômicas acelerou as inovações tecnológicas e para tal amparou-se no planejamento econômico e no desenvolvimento do setor público estatal.

O modelo fordista começa a perder importância na década de 60, com a queda das taxas de crescimento econômico e da produtividade do trabalho, mostrando que era preciso modificar a relação baseada na desqualificação dos indivíduos, ou seja, no trabalho mecânico para um processo flexível do trabalho e dos padrões de consumo, gerando uma mentalidade pós-fordista, identificada como um regime de acumulação flexível; flexibilidade esta que gera mudança nos contratos de trabalho e nos salários. Cria-se uma nova divisão do trabalho.

Os processos flexíveis do trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo e tecnológico, apóiam-se principalmente na automação, na

informática, na robótica, nas telecomunicações, microeletrônica e engenharia genética. O trabalhador-mecânico assume sua verdadeira forma; a mecânica, materializada nas máquinas e robôs. Mas a passagem do trabalho mecânico para o robô chega à agricultura e agrava a condição do trabalhador e a agricultura passa a produzir dentro de padrões modernos ditados pela tecnologia. Alguns estudiosos (Rifkin, 1997) preconizam o fim do trabalho.

A modernização da agricultura não deve ser confundida com a mecanização dos serviços agrários porque assim podemos estar negando o processo, que vai desde as questões mecânicas e químicas, biológicas e, principalmente, o homem (nova divisão do trabalho).

Para Gerardi (1980), os insumos mecânicos aumentam as áreas efetivamente utilizadas, reduzindo o tempo de trabalho necessário às operações de trato da terra e dando nova eficiência aos tratos culturais. Os biológicos aumentam a produtividade da lavoura e do rebanho, encurtam o ciclo vegetativo, produzindo em menos tempo. Os insumos químicos causam maior produtividade, ocupação de áreas ecologicamente desfavoráveis e redução de perdas de produção. Estes fatores somados levam a um aumento de produtividade, mas não garantem, necessariamente, a melhoria de qualidade de vida do homem que se encontra no setor agrícola, pois, por trás de todas estas mudanças, está a nova divisão do trabalho e acumulação de capital travestido de uma maior flexibilidade do setor produtivo.

As transformações ocorridas com o processo de modernização da agricultura brasileira alteram significativamente as bases da organização produtiva, a fim de alcançar níveis de produtividade comparáveis com os dos países capitalistas modernos. Os complexos agroindustriais se caracterizam pela passagem do modelo extensivo de produção para a exploração da agropecuária agroindustrial.

A modernização vai gerar uma nova divisão regional do trabalho e uma diferenciação de emprego, de tecnologia entre a região Nordeste e a Centro-Sul.

Oliveira (1987) vê nessa desigualdade uma arma de que o capital lança mão para se desenvolver. Daí a convivência de relações capitalistas com

não-capitalistas, a exemplo da parceria, que inicialmente parece oposta, mas é complementar e necessária ao processo de acumulação.

Na divulgação das tecnologias, vários fatores vieram a determinar a absorção desse processo, tais como: os de ordem psicológica, econômica e cultural, que geraram descontinuidade do trabalho em nível de recursos crescentes e de desequilíbrios regionais, e dependência de sistemas econômicos não rurais, como mercado oligopolizado, descontrole nos sistemas de comercialização, armazenamento e escoamento, encarecimento da produção e agressão ao meio ambiente.

A modernização da agricultura foi um modelo de desenvolvimento econômico que acelerou as exportações de origem tanto industrial quanto agrícola, passando o capital estrangeiro a ter papel importante e reforçar sua presença no setor agropecuário. Para Ianni (1984), desde 1964 o capital monopolista capturou profundamente o Estado brasileiro.

A política de exportação a qualquer custo levou o setor estatal a favorecer as empresas do setor com estímulos fiscais e creditícios para aumentar a produção, principalmente com créditos de custeios, investimentos e comercialização, e uma atuação de políticas e preços mínimos, mas todo esse crédito à custa da expropriação do proletariado industrial e agrário.

No entanto, apesar das mudanças impostas pelo modelo de desenvolvimento agrícola, este não alterou a questão da estrutura da terra, pelo contrário, intensificou o processo de concentração favorecido pelos subsídios governamentais, acarretando a expropriação do homem do campo e intensificando a luta pela posse da terra. Essa luta foi abafada pelo governo militar pós 64.

O projeto militar de desenvolver o país a qualquer custo resultou no processo de intensificação do capital no campo. O Estado adotou um modelo marcado pelo discurso de modernização vinculado ao capital internacional. Para isso os governos militares importaram tecnologia estrangeira como uma forma de aumentar a produção agrícola nacional, pois para eles o capital internacional viabilizaria os investimentos, e as técnicas responderiam a seus objetivos de crescimento. Atrelados a esses investimentos e técnicas buscaram

modernizar o latifúndio com as políticas de crédito, transformando o grande proprietário em empresário capitalista.

O pacote tecnológico, para viabilizar o aumento de produção e produtividade, prioriza a grande propriedade monocultora, e, para ela, o uso de tratores, implementos agrícolas, adubos e agrotóxicos, sedimentando a chamada Revolução Verde. Esse pacote estava sendo introduzido não apenas no Brasil, mas predominava a nível mundial nos países “periféricos”, sob a orientação de grandes grupos multinacionais, com predominância de capital norte americano. Segundo Martins (1985:17) :

“Em meados da década de 70, documentos secretos que mais tarde viriam a público-elaborados por estrangeiros da CIA – já anunciavam: os alimentos seriam a verdadeira arma na decisão das guerras do futuro. Anos depois, já em 1974, um documento da comissão trilateral afirmava que a base do crescimento do produto mundial bruto dos próximos anos se radicaria na expansão do setor agrícola. O documento da CIA dizia ainda que a nação ou o grupo de nações que controlassem o mercado mundial de alimentos teria nas mãos um poder de barganha fundamental sobre a evolução política do planeta.

No Brasil, definia-se a transferência do poder rural “atrasado” para o grande capital industrial e financeiro moderno, o que contribuiu para a consolidação de redes de poder com estratégias montadas para a circulação do capital e obtenção de lucros. Para isso, adotaram-se os modelos agrícola de monocultura, tecnologicamente dependentes dos países centrais, que lançaram mão de produtos químicos usados na guerra e executaram um projeto que mais tarde passou a ser conhecido como Revolução Verde.

No Brasil, a Revolução Verde se constituía em um grande paradoxo, pois produzia mais comida, em compensação aumentava a fome (Silva, 1982), resultado da política adotada pelo governo, estimulando os cultivos de exportação enquanto os pequenos produtores ficaram marginalizados, uma vez que os créditos, os agrotóxicos, as sementes selecionadas eram voltados para os grandes proprietários.

Essa política encontrava amparo nos governos pós 64, que tinham como principal tarefa a instauração de uma política com características centralizadoras que viabilizasse a consolidação do capitalismo. Para tal, esses governos tomam como base um modelo de agricultura que concentra terras nas mãos de empresas privadas e a adoção de novos métodos e fatores de produção que permitem o aumento da produtividade.

Para estimular os fatores de modernização agrícola – entre eles os agrotóxicos –, foram criadas leis, decretos, portarias, estímulos fiscais e outros. Nos decretos o governo brasileiro assumiria o papel de intermediário, adquirindo do exterior agrotóxicos e aparelhos agrícolas para serem repassadas aos agricultores.

A utilização do agrotóxico na agricultura foi iniciada na segunda década do século passado, mas só depois da Segunda Guerra Mundial é que esses produtos proliferaram por todo o mundo, e no Brasil, principalmente, a partir de 1960. Segundo Martin (1985, p. 17), as vendas de fertilizantes dos EUA a quatorze países pobres saltaram de 22,7 milhões para 143 milhões de dólares. Os mesmos países passaram a gastar 27 milhões de dólares na compra de máquinas agrícolas, contra 11 milhões do início do período.

Foi tão agressiva a política de uso de agrotóxicos, que o I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1972/74) estabelecia como meta a expansão do uso de agrotóxicos de 37.000 para 70.000 toneladas em quatro anos, sob a justificativa de base empresarial e competitividade internacional.

No Brasil, a indústria multinacional consolidou o seu parque no setor automobilístico e duplicou os lucros com a venda de tratores e implementos agrícolas.

Vários foram os programas de incentivo ao uso de fatores de produtividade agropecuária e que determinavam que os recursos fossem utilizados na concessão de empréstimos às indústrias que produzissem fertilizantes, corretivos e defensivos.

O II PND previa a expansão de agrotóxicos de 70 mil para 200 mil toneladas em cinco anos e tratava das estratégias para o desenvolvimento de setores de base, entre eles, a fabricação de fertilizantes e defensivos agrícolas.

O privilégio dos agrotóxicos fica bastante ilustrado na colocação de Gonçalves (1993, p. 13):

A ótica de expansão dos agrotóxicos, sob a eufemística denominação de defensivos agrícolas, preconizam um aumento de 122% [...] o percentual de incremento do setor saúde era de apenas 21%. Comprava-se, com números do próprio governo, a absurda priorização de agrotóxicos em detrimento da crise de pessoas. O mais interessante desses dados é que nos Estados Unidos, cujo modelo agrícola o Brasil copiava, diminuiu o consumo de agrotóxicos em 20% no período de 1973 a 1983.

O PND III vem reforçar essa política de privilégio à agricultura como setor de desenvolvimento nacional. Mas nesse momento, os grandes desastres ecológicos evidenciados pelo uso intensivo de agrotóxicos vêm preconizar o uso dos deles aliado a cuidados, para evitar os seus efeitos negativos sobre a saúde humana e a poluição do meio ambiente.

A agricultura brasileira baseada na concentração das terras nas mãos de empresas privadas, grandes latifúndios e na adoção de novos métodos e fatores de produção que permitissem o aumento da produtividade, incentivou o uso dos agrotóxicos. O termo agrotóxico ou defensivo agrícola gera polêmica a partir do seu significado; os ecologistas falam em agrotóxicos enquanto a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas, representantes das indústrias, usa o termo defensivos agrícolas. O termo agrotóxico parece mais adequado, devido à sua utilização mais corrente e por retratar melhor a sua ação no ambiente. Essas substâncias químicas são utilizadas pelo homem para combater ou controlar de algum modo, as pragas da agricultura que, no sentido mais amplo é “..tudo aquilo que ataca, lesa ou transmite enfermidade às plantas, aos animais e ao homem” (Zambron, 1986:44). A utilização de agrotóxicos na agricultura foi iniciada na década de 1920 e passa a desempenhar crescente relevância depois da Segunda Guerra Mundial.

As políticas agrícolas centram-se sobre o crédito subsidiado, no entanto, esse subsídio se diferenciou de acordo com o tipo de produto. Os grandes proprietários foram os mais beneficiados pelos sistemas de crédito, o

mesmo não aconteceu com as pequenas unidades, em particular as que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios. Na política creditícia, apesar de ter ela direcionado recursos para a atividade agrícola, o maior favorecido foi o setor industrial.

A industrialização da agricultura consiste no controle cada vez mais intenso da natureza e na possibilidade de reprodução artificial das condições naturais e agrícola. Essa industrialização implica mudanças nas relações homem-natureza, nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho. É a passagem de um sistema de produção artesanal a um sistema de base manufatureira. Nessa passagem, o trabalhador perdeu seu papel de ativo integral, tornando-se parcial e finalmente parceiro, com a incumbência de apenas vigiar a máquina. A importância do homem como fator de produção diminuiu sensivelmente, as formas de trabalho manual e animal foram eliminadas pela introdução de tratores.

O processo de industrialização brasileira foi iniciado a partir da década de 50, com a consolidação da indústria de bens de produção, mas sua expansão para a agricultura acontece a partir da consolidação dos Complexos Agro-Industriais (CAI's).

A constituição dos CAI's, na década de 70, solidifica-se a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras; sua utilização só se torna possível com a internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura (Silva, 1996, p. 31).

Assim, houve uma interdependência entre os setores produtivos, passando a agricultura a produzir para o setor industrial. Em contrapartida este produz insumos e máquinas, visando a uma maior produção e produtividade, concretizando o processo de modernização agrícola. Entretanto, como nos lembra Santos (2008, p. 35) O impacto modernizador é seletivo, isto é válido tanto no nível nacional quanto no nível regional e local.

CAPÍTULO 4

VALE DO IUIÚ NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA

4.1 Passeando na história do Vale do Iuiú e município de Guanambi

A Região Sertaneja começou a ser povoada no início do século XVIII, tendo como principal fator de povoamento a pecuária, que havia sido proibida pela coroa portuguesa na faixa litorânea para que tal atividade não tomasse o espaço da área monocultora açucareira, atividade mercantilista base de sustentação da economia da colônia. Como afirma Leite (1994, p. 49):

O gado não podia ser criado em lotes do engenho, pois além de estragar as plantações ocupavam terrenos que podiam ser utilizados para expandir o plantio da cana. Assim, a criação de gado foi sendo empurrada para as terras interioranas, uma vez que a região sertaneja, onde predomina a vegetação denominada caatinga, é muito adequada para a criação de gado devido às condições propícias oferecidas pela natureza.

Anteriormente à chegada dos fazendeiros, administradores de fazendas, homens livres e escravos, essa área tinha como habitantes povos indígenas pertencentes à tribo Tapuias, grupo que havia se deslocado do litoral para o interior em razão dos conflitos com povos do grupo Tupi. Os Tapuias se espalharam por todo o Alto Sertão, indo desde o rio Pardo de Minas até Palmas de Monte Alto, que foi povoada por essa tribo, deixando marcas que podem ser comprovadas pela tradição, pelos fragmentos de pedra polida encontrados nessa área e pelas inscrições lapidadas em vários sítios. Na Serra de Monte Alto existiu um lugar denominado de Pau Preto, onde, no século

passado, representantes dos Tapuias constituíram famílias numerosas que se mistura a povos do baixo de Caetité, Monte Alto e Umburanas (Neves, 1998).

Os municípios do Vale do Iuiú e Guanambi estão contidos na mesorregião Centro-Sul Baiana, e fazem parte da atual microrregião de Guanambi, composta pelos municípios de Caculé, Caetité, Candiba, Ibiassucê, Igaporã, Licínio de Almeida, Lagoa Real, Jacaraci, Matina, Mortugaba, Urandi, Pindaí, Riacho de Santana, Sebastião Laranjeiras, Palmas de Monte Alto, Iuiú, Malhada e Guanambi (Figura 1).



Figura 1 – Microrregião de Guanambi

A região foi historicamente constituída pelo processo de ocupação do Sertão Nordestino, respaldado na criação de gado e lavoura, principalmente a do algodão, seja para a utilização doméstica, seja para atender às

demandas do mercado externo. Aqui faremos uma caminhada na história dos municípios que constituem o Vale do Iuiú (Figura 2), que se tornaram na década de 1980 a principal área monocultora de algodão do estado da Bahia. Também resgataremos o município de Guanambi pela sua importância como catalisadora de recursos, beneficiadora de algodão e município de origem dos grandes proprietários de terras do Vale do Iuiú.



Figura 2 – Vale do Iuiú

O município de Palmas de Monte Alto está a 865 km de Salvador, limita-se com os municípios de Riacho do Santana, Matina, Sebastião Laranjeiras, Guanambi, Iuiú e Malhada. O município é composto por quatro povoados: Espreado, Barra do Riacho, Pinga Fogo e Rancho das Mães.

Palmas de Monte Alto fazia parte do morgado de Antônio Gomes de Brito, denominada de fazenda da Boa Vista, em 1730 passou a pertencer a Francisco Pereira de Barros o qual construiu uma capela que vai dar origem a Vila de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens de Monte Alto. Em 1854, faleceu o último herdeiro direto de Francisco Pereira Guedes, o que levou a

divisão da propriedade, impulsionando o povoamento da Vila. Os moradores ergueram a cadeia pública, e a partir da compra de um casarão pertencente à influente família Botelho de Andrade foi instalada a sede da intendência, sendo assim, elevada a categoria de freguesia, amparada pela lei provincial nº 124, de 19 de maio de 1840. Neste mesmo ano é criado o município de Monte Alto, resultante do desmembramento de Brotas de Macaúbas.

Em 23 de julho de 1918, a partir da Lei Estadual nº 1.253, a Vila de Monte Alto foi elevada a categoria de cidade, mas foi só em 1943 que foi acrescido Palmas ao nome da cidade, ficando assim denominada Palmas de Monte Alto, decisão tomada pelo governo brasileiro para diferenciar do município paulista com o mesmo nome. O município de Palmas possui uma história marcada por expansão e recuo da área territorial, principalmente pela perda do distrito de Beija-Flor que vai dar origem ao município de Guanambi, hoje principal cidade da região e sede da microrregião do mesmo nome.

Dos municípios do Vale do Iuiu, Palmas de Monte Alto possui a maior população e área territorial. Quanto ao clima apresenta temperaturas médias anuais de 22°C e precipitação de 700 a 900mm com chuvas concentradas nos meses de novembro a janeiro.

O município de Malhada foi constituído em 29 de novembro de 1961, pelo Lei nº 1.563, quando deixou de ser um dos distritos de Carinhanha, transformando em sede administrativa municipal. O nome Malhada é oriundo de antigo malhador de gado, por onde passava os tropeiros que vinham de Minas Gerais para a região Centro-Oeste do Brasil. A história do município de Malhada está atrelada ao município de Carinhanha, cujo povoamento relaciona-se ao movimento dos bandeirantes, em busca de ouro pelo interior do Brasil. O Município de Malhada possui uma área territorial de 2.000 km², apresenta uma população total de 16.008 habitantes, sendo 6.559 na zona urbana e 9.449 rural.

O Município de Iuiú foi criado em 1989 através da Lei Estadual nº 4.833, também resultante do desmembramento de Carinhanha, o povoamento se dá pelo mesmo motivo citado para o município de Malhada, pois esse também era unidade distrital. O nome Iuiú é originário de um peixe encontrado

nos rios da região conhecido por Iuiú e o povoado que deu origem ao município foi situado às margens do riacho do Iuiú e Serra do Iuiú.

A chegada dos bandeirantes resultou na expulsão dos índios Kaiapós o que levou à fixação dos Bandeirantes, que instalaram currais de gado e fizeram do lugar entreposto comercial de venda de gado e escravos. O município do Iuiú possui uma dinâmica econômica, assim como os demais municípios, ligada principalmente à pecuária extensiva e à monocultura do algodão. O Iuiú fica a 896 km de Salvador e possui uma área total de 1.092 km, com uma população de aproximadamente 11.000 habitantes.

Sebastião Laranjeiras assim como o Município de Guanambi teve origem a partir do desmembramento do município de Palmas de Monte Alto, portanto, pertencendo ao morgado dos Guedes de Brito. O povoado teve início nos meados do século XIX, no arraial de nome Boqueirão das Palmas. No ano de 1939, foi elevada a categoria de Vila, com a denominação de Vila das Parreiras. Cinco anos mais tarde recebeu o nome de Vila Camateí, até 30 de julho de 1962 quando passou a categoria de município. A denominação de Sebastião Laranjeiras é uma alusão ao bispo Sebastião Laranjeiras. O município está distante 908 km de Salvador, possui uma população total de 10.372 urbana de 4.084 e rural 6.288, apresentando uma área territorial de 1.854 km.

O município de Guanambi compõe a microrregião do mesmo nome, no Alto Sertão Baiano. Limita-se com os municípios de Igaporã, Caetité, Pindaí latitude sul e 42° 46' 53" de longitude W; altitude de 525 metros em relação ao nível do mar, e está distante 798 km de Salvador. Possui uma área territorial de 1.264,5 Km² (IBGE, 2000).

O núcleo de formação do município de Guanambi teve início com o fazendeiro Joaquim Dias Guimarães, que doou à paróquia de Santo Antônio parte das terras do arraial e suas adjacências, construindo a capela, ao redor da qual se organizou um lugar de encontro de mascates. Segundo Teixeira (1991), o povoado, antes de receber o nome de Beija Flor e mais tarde oficialmente Bela Flor, foi denominado de Quebra, devido ao fato de os homens gastarem suas economias com mulheres e bebidas.

O Arraial de Beija Flor teve início às margens do rio Carnaíba de Dentro, na área da fazenda Carnaíba, que era subordinada à Paróquia de Monte Alto. Nesse local foi erguida a primeira igreja, que recebeu a denominação de Beija Flor.

Um decreto de 1880 criou o distrito de Paz de Beija Flor, pertencente ao município de Palmas de Monte Alto. A sede do distrito foi elevada à categoria de vila em 1919 e neste mesmo ano foi criado o município de Guanambi, desmembrado do território do município de Palmas do Monte Alto.

O nome Guanambi tem origem tupi-guarani resultante da variação das palavras guainumbi e guanumbi, designação comum dos pequenos beija-flores, ave da família dos troquilídeos, de vôo muito veloz e que se alimentam do néctar das flores e de insetos minúsculos. Os beija-flores tinham como habitat as vazantes do rio Carnaíba de Dentro.

De acordo com o decreto estadual nº 12.978 de 1º de julho de 1944, Guanambi subdivide-se em quatro distritos: o da sede, o de Candiba (ex-Mucambo), Ceraíma e Mutans (ex-Itaguaçu), constituição que permaneceu até quando Candiba se desmembrou, passando à categoria de município em 27 de julho de 1962. Após a emancipação política de Candiba, o povoado de Morrinhos ganha expressividade, passando a ser um dos distritos municipais. Desde então a configuração espacial de Guanambi permanece inalterada.

4.2. Caracterização do meio físico da microrregião

No território brasileiro entre 5 a 7% é ocupado por carste carbonático, constituindo um importante componente nas paisagens do país. O sistema cárstico resulta da dissolução de certos tipos de rochas pela água subterrânea (intemperismo químico). Neste particular, as rochas calcárias, mármore e dolomitos, por apresentarem a calcita e ou dolomita como minerais, estão entre as mais favoráveis a carstificação.

No país, a maior área de rochas carbonática é constituída pelos grupos Bambui e Uma, do Neoproterozóico. O primeiro grupo cobre porções do

noroeste de Minas Gerais, leste de Goiás, sudeste de Tocantins e oeste da Bahia, o segundo, ocorre na região central da Bahia (Karmann et al., 2001).

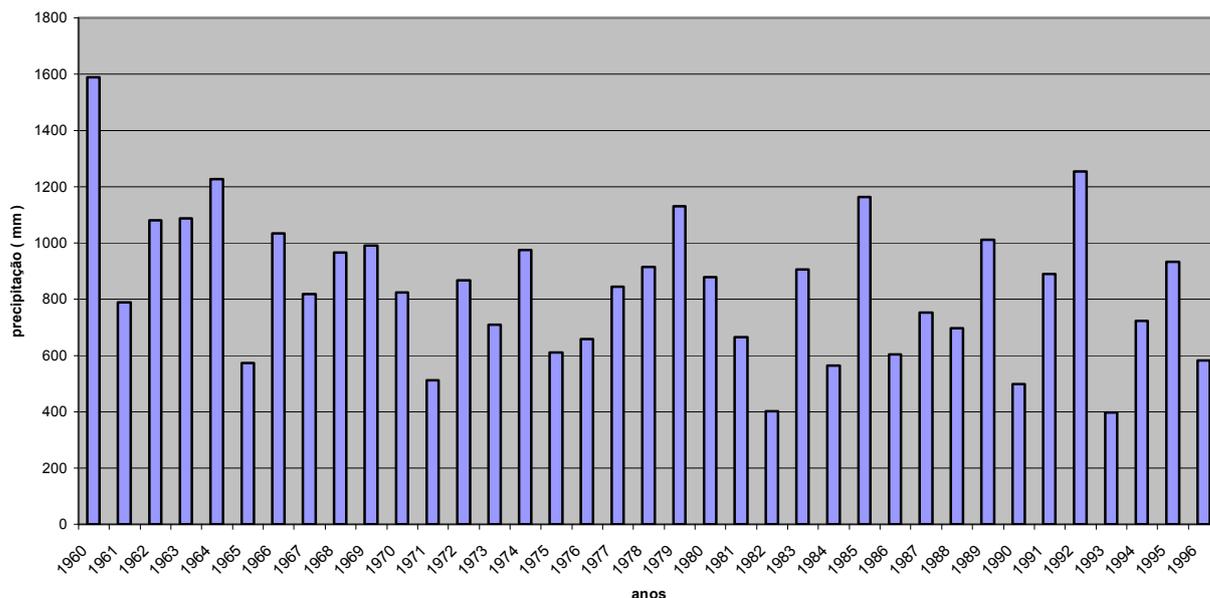
A mesorregião à qual o Vale do Iuiú pertence é bastante acidentada; apresenta alguns desníveis isolados como o contraforte da Serra do Espinhaço. Caracteriza-se por estar dentro da área do pediplano sertanejo, no polígono da seca.

Os municípios do Vale, apesar de inclusos nessa mesorregião, são pouco acidentados. Os solos geralmente são planos a suavemente ondulado e estão inseridos na superfície de Aplainamento da Depressão Sanfranciscana. São originários de calcário e rochas pelíticas¹ do grupo Bambuí. Esses depósitos são conhecidos como sedimentos microclásticos, por serem formados de fragmentos de rochas sedimentares preexistentes, englobando, segundo Popp (1995) todos os sedimentos cujos tamanhos dos grãos são inferiores a 0,062mm de diâmetro. Os terrenos planos atrelados a outros fatores vão favorecer o cultivo do algodão. No vale, o que dificulta o desenvolvimento do carste é o baixo índice pluviométrico e conseqüente baixa dissolução do material calcário.

Os tipos de solos verificados são o Alissolos Vermelho-amarelo Diastrófico, Planossolo Solódico Eutrófico, Podzólico Vermelho-amarelo Eutrófico, Cambissolo Eutrófico, Latossolo Vermelho-amarelo Distrófico e Litólicos Eutróficos. Os Cambissolos Eutróficos são os mais comuns no Vale, com predominância dos Cambissolos.

O clima é classificado como semiárido quente e seco, tipo 4bTh e Aw, segundo as classificações de Gaussen e Köppen. As chuvas são mal distribuídas no tempo e espaço e ocorrem de outubro a março, sendo novembro, dezembro e janeiro os meses mais chuvosos. A temperatura média anual é de 24° C e a precipitação pluvial média é de 750mm. Tais irregularidades podem ser observadas na figura 03.

¹ termo de origem etiológica grega, equivale ao termo lutáceo (massa de origem plástica), de origem etiológica latina; com o sufixo ito, forma a palavra lutito, que significa depósitos endurecidos (GIANNINI e RICCOMINI, 2001)



Fonte: Somar Meteorologia

Figura 3: Precipitação anual da microrregião de Guanambi (1960/1996)

O Vale por estar dentro da região semiárida exibe vegetação com fisionomia rasteira e arbustiva, ou seja, plantas típicas da caatinga hipoxerófila como vegetação primária (EMBRAPA, 1979).

A vegetação nativa apresenta características morfológicas e fisiológicas (acúleos, espinhos, suculentas, caducifólia, árvores de pequeno porte com cobertura descontínua na copa que a tornam tolerante à deficiência hídrica).

As pastagens naturais e a policultura são favorecidas pelo solo e relevo, fazendo com que os cultivos se diversifiquem. A vegetação atualmente do Vale do Iuiú é dominada por pastagem com capim búffel e algodão. Os pequenos produtores pesquisados afirmam não possuir matas nativas, mas consideram as terras em repouso como retomada da floresta.

Quanto à lavoura temporária os cultivos que apresentam maior destaque no município de Guanambi e Vale do Iuiú, nos últimos vinte anos estão expressos na tabela 01. Esses produtos são considerados tradicionais na agricultura regional, com exceção do sorgo que apesar de ocupar a

segunda maior área do município de Guanambi e Vale respectivamente, só vai ganhar espaço nos dados oficiais do IBGE na década de 1990. Assim, podemos entender que a territorialidade da lavoura nesta região é fruto da redução da cultura algodoeira e da reorientação da atividade de lavoura, justificada pela expansão da pecuária. A pesquisa de campo mostrou que 90% dos pequenos proprietários rurais plantam sorgo, com financiamento do governo, através da Pronaf. Esse financiamento ao pequeno agricultor tem origem na crise agrícola da década de 1990.

Tabela 01: Principais produtos agrícolas do município de Guanambi e do Vale do Iuiú no período de 1990 a 2009.

Lavoura temporária	Guanambi – BA				Vale do Iuiú- BA			
	Área plantada (ha)		Produção (T)		Área plantada (ha)		Produção (T)	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Arroz (em casca)	2080	0,98	3286	1,28	8350	1,29	9039	1,18
Feijão (em grão)	145875	68,51	51858	20,17	260504	40,27	115395	15,09
Mamona (baga)	3705	1,74	2659	1,03	29187	4,51	23177	3,03
Mandioca	18050	8,48	155555	60,51	28930	4,47	262558	34,34
Melância	3730	1,75	1265	0,49	9470	1,46	3924	0,51
Milho (em grão)	14850	6,97	11612	4,52	123062	19,02	108845	14,24
Sorgo (em grão)	24630	11,57	30834	11,99	187465	28,98	241629	31,6
TOTAL	212920	100	257069	100	646968	100	764567	100

Fonte: IBGE/LSPA, 1990 - 2009

Os dados referentes ao censo agropecuário (Tabela 02) para os anos de 1970 a 1995/96 relacionados às lavouras permanentes mostram que a área em estudo não possui tradição de ocupação do solo com lavouras permanentes. Guanambi apresenta um percentual acima dos municípios do Vale, o fato é justificado pela implantação do perímetro irrigado de Ceraíma, representado principalmente pela cultura da Manga.

Tabela 02: Utilização das terras do Vale do Iuiú e município de Guanambi.

Área	Ano									
	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Guanambi										
Lavouras permanentes	137	0,16	100	0,15	141	0,16	203	0,24	444	0,52
Lavouras temporárias	10144	11,78	11748	18,2	13028	15,02	19884	23,12	16772	19,48
Pastagens naturais	26761	31,08	15361	23,79	23207	26,76	20983	24,4	23819	27,66
Pastagens plantadas	9555	11,1	17732	27,46	26234	30,25	24516	28,51	26097	30,31
Terras em descanso	19137	22,23	1683	2,61	7340	8,46	5390	6,27	7211	8,37
Matas/florestas naturais	20283	23,56	17940	27,79	16769	19,34	14883	17,31	11601	13,47
Florestas plantadas	81	0,09	0	0	0	0	141	0,16	160	0,19
Palmas de Monte Alto										
Lavouras permanentes	12	0,01	18	0,01	24	0,02	22	0,01	19	0,01
Lavouras temporárias	5411	3,29	1102	0,68	15189	11,38	31851	20,03	15597	9,52
Pastagens naturais	10134	6,17	41087	25,29	37589	28,16	23545	14,81	31352	19,14
Pastagens plantadas	11850	7,21	27297	16,8	1009	0,76	35002	22,01	40132	24,5
Terras em descanso	29507	17,96	2939	1,81	11593	8,68	14599	9,18	11601	7,08
Matas/florestas naturais	107309	65,31	89995	55,4	68083	51	53954	33,93	63295	38,65
Florestas plantadas	89	0,05	0	0	0	0	40	0,03	1783	1,09
Sebastião Laranjeiras										
Lavouras permanentes	20	0,02	23	0,03	48	0,03	46	0,04	68	0,07
Lavouras temporárias	3551	3,19	6905	8,13	5689	3,53	13222	10,47	6728	7,11
Pastagens naturais	1849	1,66	27352	32,19	8197	5,09	26023	20,61	19212	20,31
Pastagens plantadas	5860	5,26	10701	12,59	51953	32,28	23949	18,97	29502	31,2
Terras em descanso	16175	14,52	1037	1,22	5963	3,7	11368	9	1881	1,99
Matas/florestas naturais	83936	75,34	38952	45,84	89111	55,36	51617	40,88	36943	39,06
Florestas plantadas	15	0,01	0	0	0	0	28	0,02	238	0,25
Malhadas										
Lavouras permanentes	134	0,07	153	0,07	133	0,08	127	0,05	97	0,05
Lavouras temporárias	8564	4,55	13975	6,32	12889	7,53	49991	17,87	12965	7,08
Pastagens naturais	34786	18,5	100977	45,66	31177	18,22	41925	14,98	55280	30,18
Pastagens plantadas	15283	8,13	972	0,44	49181	28,73	91448	32,68	51791	28,28
Terras em descanso	25046	13,32	2596	1,17	11413	6,67	9113	3,26	9958	5,44
Matas/florestas naturais	104133	55,37	102468	46,34	66368	38,78	87095	31,13	52912	28,89
Florestas plantadas	122	0,06	0	0	0	0	93	0,03	153	0,08
Iuiú										
Lavouras permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	12	0,01
Lavouras temporárias	-	-	-	-	-	-	-	-	9376	9,69
Pastagens naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	19350	19,99
Pastagens plantadas	-	-	-	-	-	-	-	-	48435	50,05
Terras em descanso	-	-	-	-	-	-	-	-	4129	4,27
Matas/florestas naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	15477	15,99
Florestas plantadas	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96.

A lavoura temporária em todos os municípios apresenta um crescente aumento de área no intervalo de cada cinco anos, atingindo seu ápice no ano de 1985, e redução para todo o universo estudado no ano de 1995/96. Fica evidente que essa queda se deve a questão de crise do algodão, que anteriormente floria os campos do Vale do Iuiú.

Quanto às pastagens naturais podemos observar que o município de Guanambi possui maior representação no ano de 1970, com 31,08%, a partir daí acontece redução, com oscilação para todos os anos, mas fica evidente que o maior crescimento percentual acontece no ano de 1995/96, o qual também coincide com a redução da área de lavoura temporária, situação atribuída à crise da agricultura local. No município de Palmas de Monte Alto, as pastagens naturais cresceram progressivamente, nos anos de 1970 representava 6,17% das terras utilizadas, em 1975 passando para 25,29%, em 1980 28,16% apresentando no ano de 1985 uma redução percentual de quase 50%, representação que se eleva no período seguinte, saindo de 14,81% para 19,14%. Em Sebastião Laranjeiras, as pastagens naturais apresentam um percentual de apenas 1,66% no primeiro ano representado na tabela, em 1975 passam a representar 32,19%, no ano de 1980 reduz área, elevando-se nos últimos anos. As pastagens naturais no município de Malhada apresentam progressivo crescimento, com exceção do ano de 1985, onde a utilização das terras estavam condicionadas a expansão do chamado ouro branco do sertão, o algodão. Durante o trabalho de campo, constatou-se que os produtores consideram terras de pastagens naturais, aquelas porções cercadas, desmatadas ou não, onde o gado pasta solto.

Observamos um quadro de expansão das pastagens plantadas em quase todos os anos. Isso vem afirmar que a monocultura do algodão não inviabilizou a expansão da pecuária, ambas se conjugaram, no entanto, a lavoura representa papel primordial na ocupação das terras do Vale. O aumento das pastagens plantadas deve-se principalmente ao aumento no plantio do capim elefante e do sorgo, o sorgo começa a ser cultivado no Vale a partir de 1990, nos meados desta década e que temos a maior representação de área plantada (Figura 4).

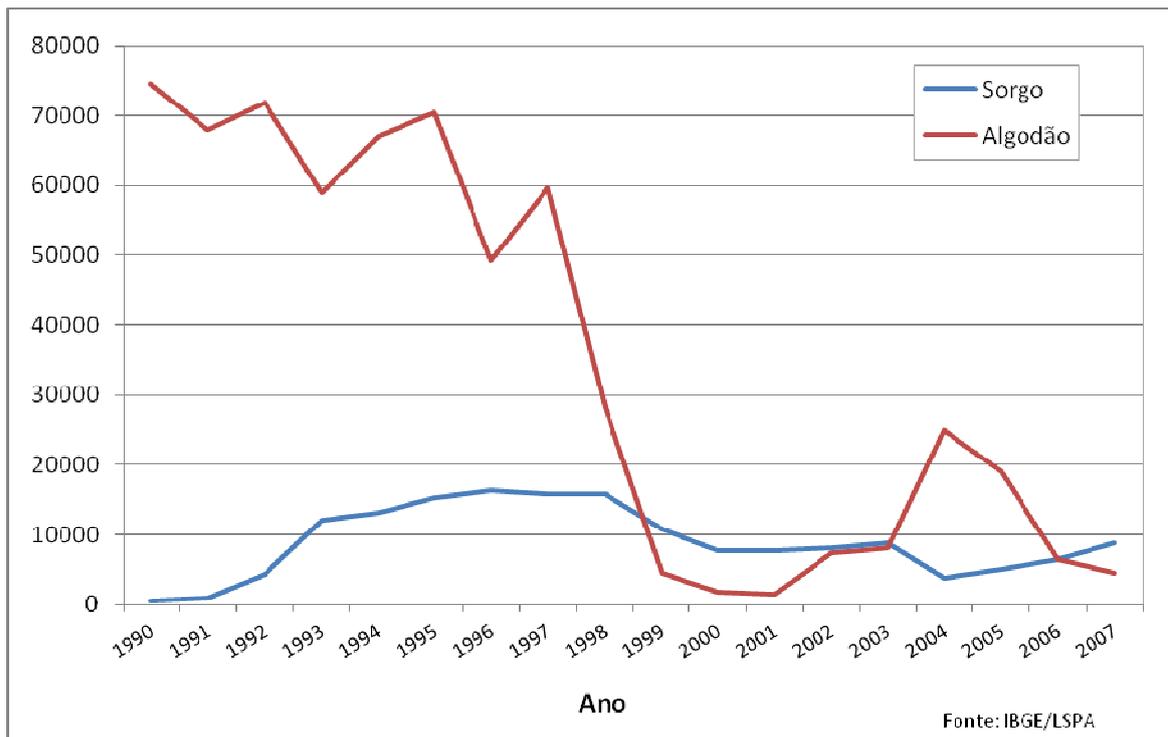


Figura 4: Área plantada (ha) de algodão e sorgo no Vale do Iuiú.

As terras em descanso , em 1970, no município de Guanambi apresentam um percentual de 22,23% a partir daí acontece uma redução, este quadro é reproduzido nos municípios do Vale do Iuiú.

As matas e florestas naturais em Guanambi sofreram redução de área em todos os anos. Palmas de Monte Alto também expressa redução nos anos de 1975 e 1980, entretanto no intervalo entre 1985 a 1995/96 ocorre um sensível aumento que pode ser justificado pela redução do cultivo do algodão. *“Quando deixamos de plantar algodão a mata voltou a brotar, hoje temos árvores grandes e mato rasteiro, aqui a capoeira está por todo lugar”*. Com base na fala do produtor e reforçado nas demais entrevistas e observação em loco, concluímos que a expansão das matas e florestas naturais neste período trata das áreas não utilizadas em função da crise do cultivo do algodão.

As florestas plantadas na maioria dos municípios apresentam percentual nulo, ou quase nulo, uma representação significativa no conjunto dos municípios aparece apenas no ano de 1995/96, como resultado de pequenos focos de reflorestamento com eucalipto e nim (Tabela 02). Quanto ao município de Iuiú em virtude da sua formação acontecer no final da década

de oitenta, só vai aparecer dados do IBGE no ano de 1995/96. O município apresenta mais de 50% das terras utilizadas com pastagens o que mostra a tendência pecuarista.

A hidrografia do Vale é representada por rios temporários e permanentes, o município de malhada e luiú são cortados pelo Rio São Francisco e os demais municípios possuem nascentes que vão alimentar a bacia, enquanto no município de Guanambi os rios e riachos são temporários. O município de Guanambi é cortado pelo rio Carnaíba de Dentro, que tem como afluentes os riachos Pega, Sacramento, Belém, Poço Magro e Muquém. Apesar da hidrografia ser caracterizada por cursos provisórios, ela é responsável pelo abastecimento de água do município, através da barragem de Ceraíma, construída no antigo povoado de Gentio que foi submerso, cedendo lugar à água represada. Essa obra foi executada pelo DNOCS, em 1966; antes da construção da barragem, era comum a população buscar alternativas de armazenar água no baixio, para saciar a sede do rebanho e da população, cavando açudes e poços nos lajedos (Figura 5).



Fonte: Trabalho de campo

Figura 5: Poço no Lajedo - Guanambi/Ba

A seca sempre foi uma constante no alto sertão baiano. Como forma ilustrativa, recorreremos ao texto de Neves (1998), que escreveu sobre a estiagem de 1860 e 1889. Em fevereiro de 1860, Propércio de Brito Gondim, delegado de polícia de Caetité, notificou ao Presidente da Província da Bahia que a seca continuava terrível e ameaçadora à colheita (esta em quase sua totalidade fora devastada) e que da criação subsistia apenas a décima parte e ainda assim ameaçada de desaparecer; acrescentava o pedido de socorro dos grandes proprietários e a pressão por alimentos. Em resposta, o governo criou uma comissão de socorro e liberou 400 mil réis para a compra de gêneros alimentares para serem revendidos pelo mesmo preço ou com abatimento, e até mesmo para distribuição gratuita. Como complemento à medida, recomendou a construção de obras públicas como forma de oferecer recursos para a compra de gêneros. Dentre as obras estavam o prolongamento da Estrada de Ferro Central, conserto da matriz de Caetité, melhoramento das estradas e construção de açudes. Já na seca de 1889, que atingiu até municípios litorâneos, o Presidente da Província distribuiu gêneros como farinha, feijão, carne seca, bacalhau e liberou verbas para a construção das matrizes de Canabrava, Riacho do Santana, Monte Alto e a matriz de Beija-Flor em Guanambi.

4.3. Chegada do algodão a microrregião

O processo de ocupação do interior do Brasil teve como fator propulsor a criação do gado, principalmente no Vale do São Francisco. No entanto, o gado não foi a única atividade, com ele vieram os cultivos de subsistência e o algodão.

Na microrregião as roças de algodão proliferavam junto aos currais e às plantações de feijão, mandioca, arroz e milho. Nas terras alagadiças das margens dos rios plantava-se o arroz e em terrenos mais distantes da vazante a mandioca, o feijão, milho e algodão.

O algodão introduzido nessa região foi o Rim de Boi (*Gossypium brasiliense*) ou Inteiro, e o Maranhão ou Quebradinho (*Gossypium hirsutum*);

eram espécies arbóreas que geralmente produziam por um período de 5 anos, sem exigir maiores cuidados. Os insetos que nelas apareciam não se constituíam pragas, daí o resultado de bons capulhos².

Na economia doméstica o algodão era usado como pavio e azeite para o candeeiro, também na fabricação de tecidos, sacaria, vestuário e na medicina alternativa. “A roca e os fusos constituíam a principal ocupação das mulheres, depois dos afazeres domésticos” (Teixeira, 1991, p. 66).

O algodão servia, inclusive, para avaliar o preparo das moças da região para o casamento. Estava pronta aquela que soubesse fiar na roca; daí ser comum na região dizer que a roca era parte integrante do dote. As figuras 6, 7, 8, 9 e 10 mostram objetos de beneficiamento da fase artesanal, expostos na Fundação Joaquim Dias Guimarães, localizada na cidade de Guanambi, que certifica a importância do algodão para sua economia e, conseqüentemente, na organização do espaço fruto das relações que aí se processaram.



Fonte: Trabalho de campo

Figura 6: Descaroçador - responsável pela separação do capulho do caroço.

² A cápsula que envolve o algodão (Kassab, 1986).



Fonte: Trabalho de campo

Figura 7: Arco - abre a pluma antes de ser levada para a roca



Fonte: Trabalho de campo

Figura 8: Roca - transforma a pluma em linha de fiar



Fonte: Trabalho de campo

Figura 9: Fuso - tem a mesma função da roca, embora seja mais lento.



Fonte: Trabalho de campo

Figura 10: Meadeiro – utilizado para fazer o rolo ou meada de linha.

No século XIX, período que coincide com o declínio da oferta do produto pelos Estados Unidos devido à Guerra de Secessão, o algodão se tornou o principal produto agrícola do baixio³, assegurando o bom êxito do arraiais, que se tornaram ponto de encontro de vendedores e compradores que ali aportavam para realizar suas transações comerciais em torno do produto.

O algodão extrapolou as necessidades domésticas, a fim de atender ao mercado externo, aumentando sua escala de produção, gerando um excedente que era beneficiado e exportado para a Europa, principalmente para a Inglaterra. Este comércio pode ser evidenciado na citação de Neves (1998, p. 190):

[...] do fim do monopólio comercial português sobre a economia brasileira, com a Abertura dos Portos, o capitão-mor de Caetité, Bento Garcia Leal, grande fazendeiro e comerciante do Alto Sertão – fazendas Barrocas, Riacho, Canabrava, Vargens e Lagoa Clara – exportava algodão para a Europa, através da Casa de Pedro Rodrigues Bandeira, grande atacadista de Salvador. Em 1823, essa casa exportadora devia ao fazendeiro sertanejo o valor correspondente a 2.200 arrobas de algodão, exportadas para a Inglaterra por sua conta e risco. A relação de bens de Luiz Ribeiro de Magalhães e Silva, outro produtor e comerciante de algodão, em 1824 fazenda Grão-Mogol, atualmente entre Igaporã e Matina, nas imediações de Vamos Ver e Espírito Santo – registra “1.920 arrobas de algodão em caroço” por 576 mil réis e 82 cargas do mesmo produto, “em lam, embrucadas”, prontas para o transporte pelas tropas até o porto de São Félix, seguindo daí para Liverpool e Manchester, alimentando a era da maquinofatura, já iniciada nas duas cidades portuárias inglesas.

O beneficiamento consistia no descaroçamento feito manualmente em descaroçadores de madeira, formados por duas moendas unidas paralelamente entre as quais se fazia passar o capulho, separando o caroço da pluma. Depois a pluma era levada para a prensa para ser apertada em fardos.

³ Segundo Teixeira (1991, p. 58), o baixio é parte do médio Rio das Rãs, margem do Carnaíba de Dentro, formado por terreno geralmente apropriado à cultura do algodão, do feijão miúdo e da mandioca.

A seguir os fardos eram envoltos em couro de boi e transportados em lombo de burros, até o embarque para o destino final, o mercado europeu.

Entretanto, foi a partir de 1970 que o cultivo do algodão veio a se expandir na região, tornando-se monocultura, gerando novas relações territoriais. O algodoeiro, que era plantado em pequenas áreas, em regime familiar, ganhou impulso empresarial, passando a ocupar grandes áreas, introduzindo mudanças no perfil da produção, substituindo variedades arbóreas por herbácea de maior produtividade. Para que essa área se firmasse no cenário baiano e nacional contribuíram fatores de ordem interna e externa, como: condições climáticas (temperatura, umidade, luminosidade); solos férteis e topografia plana; baixa incidência de pragas e doenças; baixo preço das terras; mudança de orientação na estrutura política nacional, que desejava concretizar a modernização da agricultura com a interferência do governo na atividade produtiva, através dos subsídios agrícolas estendidos à atividade industrial. Estes recursos foram alocados, principalmente, para as novas áreas produtivas que exerciam atração ao capital; é o caso do espaço estudado.

Antes mesmo de 1970, o algodão era produzido na região, aumentando ou retraindo sua área de plantio de acordo com as necessidades externas. Nessa caminhada, variedades foram substituídas e o processo de produção e transformação sofreu mudanças, mas independente do momento de procura ou não do produto, ele continuou convivendo com a pecuária e cultivos de subsistência.

Quanto ao processo de beneficiamento do algodão, Teixeira (1994, p. 66) assim se reporta:

O uso da prensa de madeira, tal como foi adotada primitivamente, chegou aos nossos dias, com exceção do material empregado no capeamento do fardo. O descaroador de madeira foi substituído por pequenos descaroadores de 10 ou 12 serras, também manuais. Mais tarde, descaroadores de 16 ou 20 serras foram adaptados a maquinismos de madeira, movidos à força animal. Uma bolandeira de madeira, dentada, movida por uma parrelha de bois, fazia girar a polia impulsora do movimento dado ao descaroador. Estas bolandeiras de uso generalizado

em todo o “baxio”, já não atendiam ao desenvolvimento da cultura do algodão. Em Bela Flor, o comércio deste produto exigia a modernização do sistema adotado no seu beneficiamento.

Ainda esse autor traça uma caminhada no processo de beneficiamento do algodão, no início do século XX, que vai evoluir para uma escala maior e com base mais moderna se comparada à anterior, fazendo surgir em 1912 a Empresa Industrial Sertaneja, localizada na área onde se constitui o município de Guanambi. Assim, fica claro que o algodão sempre foi produto de importância fundamental para a economia da região, seja no período de policultura ou monocultura, em escala doméstica ou comercial, desempenhando um papel importante na formação da grande propriedade monocultora.

No município de Guanambi os recursos voltaram-se, principalmente, à atividade industrial, que se concentrou na sede municipal. Favorecidas, dentre outros fatores, pela posição geográfica, que dá acesso ao Estado de Minas Gerais e ao Distrito Federal-DF, e pelo fato de os grandes produtores da microrregião aí residirem, 16 usinas de beneficiamento de algodão instalaram-se nesta área, demonstrando que a importância de Guanambi se deve ao beneficiamento e não à área de cultivo do algodão.

4.4. Estrutura Fundiária

A estrutura fundiária da região em estudo, segundo Neves (1998), foi definida pelo grande loteamento promovido pelo Conde da Casa da Ponte e seus herdeiros no século XVIII. Desde esse período se processa a divisão natural, fruto das sucessivas heranças e, em menor intensidade, a concentração dos proprietários de terras, devido à compra de vários lotes descontínuos, por fazendeiros bem sucedidos. O autor supracitado enfatiza que alguns dos numerosos pequenos proprietários pauperizaram-se, passando à condição de meeiros, por falta de capacidade gerencial de recursos financeiros para cultivar a terra herdada.

No processo de ocupação das terras, a Casa da Ponte tinha receio do fracionamento da propriedade. Não permitindo ocupações, agia energicamente, legalizando as posses e alugando as terras ocupadas aos próprios posseiros; daí se dizer que o processo de ocupação do território e a repartição da propriedade aconteceram de forma conflituosa, com forte base política e militar.

A própria formação do núcleo inicial da cidade de Guanambi caracteriza essa política. Os historiadores locais, Domingos Teixeira (1991) e Dário Teixeira (1994), afirmam que o aglomerado se deu a partir do encontro de comerciantes, mas formalmente só se estabeleceu quando foi feita a doação de terras para Santo Antônio por Joaquim Dias Guimarães, prática muito comum no sertão, onde o senhor atrela seu poder ao da igreja, materializando-se no espaço a partir de suas práticas. Para reforçar o que foi dito, recorremos ao romance histórico de Guimarães (1991), que conta a história de Leocádia, uma moça que foi morta e teve o seio cortado, a mando da mulher do irmão de Joaquim Dias Guimarães. Essa história foi, mais tarde, contada em verso por Meira (1999, pp. 21 e 24).

*O coronel José Pedro,
Irmão de Joaquim Dias,
Era esposo de Raquel,
Mulher ciumenta e fria,
Que não podia sonhar
Que o marido a traía.*

*A prepotente Raquel,
Resolve chantagiar,
E diz: “Quem viu e falou,
Um sumiço tem que dar.
Ou então, a José Pedro,*

Direi quem veio contar.”

Sob ameaça aceitam

O delito cometer,

E o seio de Leocádia

Eles prometem trazer.

Pois Raquel quer prepará-lo

Para o marido comer.

Estes versos denotam o poder de coação que os coronéis e seus familiares exerciam sobre a comunidade local. Assim também procediam quando necessitavam de serviçais para protegê-los e aumentarem suas terras. Ressalta-se que a terra era instrumento de status e poder.

Apesar de todos os conflitos de terras, com a elaboração da curva de Lorenz e o índice de Gini (dados do Censo Agropecuário do IBGE), observa-se que no município de Guanambi, em 1970, fase inicial da produção monocultora do algodão, havia uma média concentração de terras, de acordo com o índice de classificação de Diniz (1986, p. 73). O índice de Gini, que era de 0,54 em 1970, passa por uma modificação no auge de produção do algodão em 1985, para 0,69, expressando uma maior concentração de terras; mesmo assim, inferior ao dos municípios do Vale do Iuiú, Malhada (0,89), Sebastião Laranjeiras (0,85), Palmas de Monte Alto (0,76).

Com a determinação do índice de Gini percebe-se a concentração da terra na área estudada, comprovando que a luta pela sobrevivência da classe menos abastada é constante e que os sacrifícios para sobreviver marcam essa camada popular, tanto pela falta de terra para produzir quanto pelos poucos incentivos que têm para continuar na zona rural. O abandono do campo no Brasil e mais especificamente Nordeste, recorre basicamente da elevada concentração da terra, da incidência constante das secas, inexistência de infraestrutura, como assistência à saúde, abastecimento d'água, fragilidade do setor educacional, crise nas relações de trabalho, e o nível de desemprego rural

elevado gerada pela instabilidade e vulnerabilidade da economia monocultora. Entretanto, são legíveis as mudanças ocorridas nos últimos cinco anos na área estudada. Essa afirmação se baseia nas impressões dos pesquisados, bem como no registro da paisagem realizada em 2003.

Nos dias atuais, permanecem no campo, predominantemente, os agricultores e pecuaristas que dispõem de terras próprias para desenvolver suas atividades e o proprietário agrícola, que detém o maior número de estabelecimentos e de área, aparecendo ainda os arrendatários, ocupantes e parceiros.

Na visão de Prado Júnior (1987) a parceria é um grande nó para as relações sociais trabalhistas, contudo, a reconhece como relação de empregado e empregador, que em vez de receber o pagamento em dinheiro, o pseudo - parceiro recebe uma parte do produto, o que constitui, para ele, uma simples forma de remuneração do trabalho equiparável ao pagamento de salário. Propõe então a regulamentação a sua remuneração para que ele tenha segurança trabalhista e finde, portanto, a sua dependência ao proprietário, deixando assim de correr os eventuais riscos de exploração. As relações aparentemente “feudais” tendem a desaparecer mediante o crescimento da rentabilidade do empreendimento. Isso ocorreu no vale, na década de 1970 a parceria perpassava as relações produtivas. Hoje, entre os entrevistados não foi detectado casos em nenhuma das categorias.

A estrutura fundiária concentrada do Vale do Iuiú criou um laço entre os poderosos gerando uma estrutura social fechada, o que forçou a população local a um processo migratório, diante da grande demanda de trabalhadores com falta de terras, subemprego, excedente de mão-de-obra. Essa situação leva a existência de crises provocando, a inanição e solapamento cada vez mais as condições de recuperação, passando a migração ser a grande alternativa.

O reforço que se dá a importância do êxodo, como forma de melhoria de vida na cidade, está relacionada à tese do dualismo engendrado pelo desenvolvimento do capitalismo, mascarando o processo de exploração de mais valia, encobrindo o redirecionamento da divisão internacional do trabalho. Na mesma medida são explicadas; as teses da subordinação, da teoria do

atraso, fundamentando também as teorias “modernizantes” da dominação do capitalismo sobre a agricultura. A modernização da agricultura implicaram na expulsão e expropriação dos camponeses, tornando-os despossuídos da terra. Santos (1989), afirma que o campo não é hostil ao capital, pois o campo o acolhe e o difunde rapidamente, contagiando todos os espaços por meio de novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, ocorrendo em áreas economicamente avançadas e em subespaços novos avançados.

A expansão do capital no campo, a conseqüente elevação do movimento migratório rural-urbano e a falência da cotonicultura, explicam a involução do sistema de arrendamento e de parceria. No Vale a questão da redução do cultivo do algodão não é determinante, mas representa papel preponderante, pois esse sistema foi intensificado na fase de monocultura.

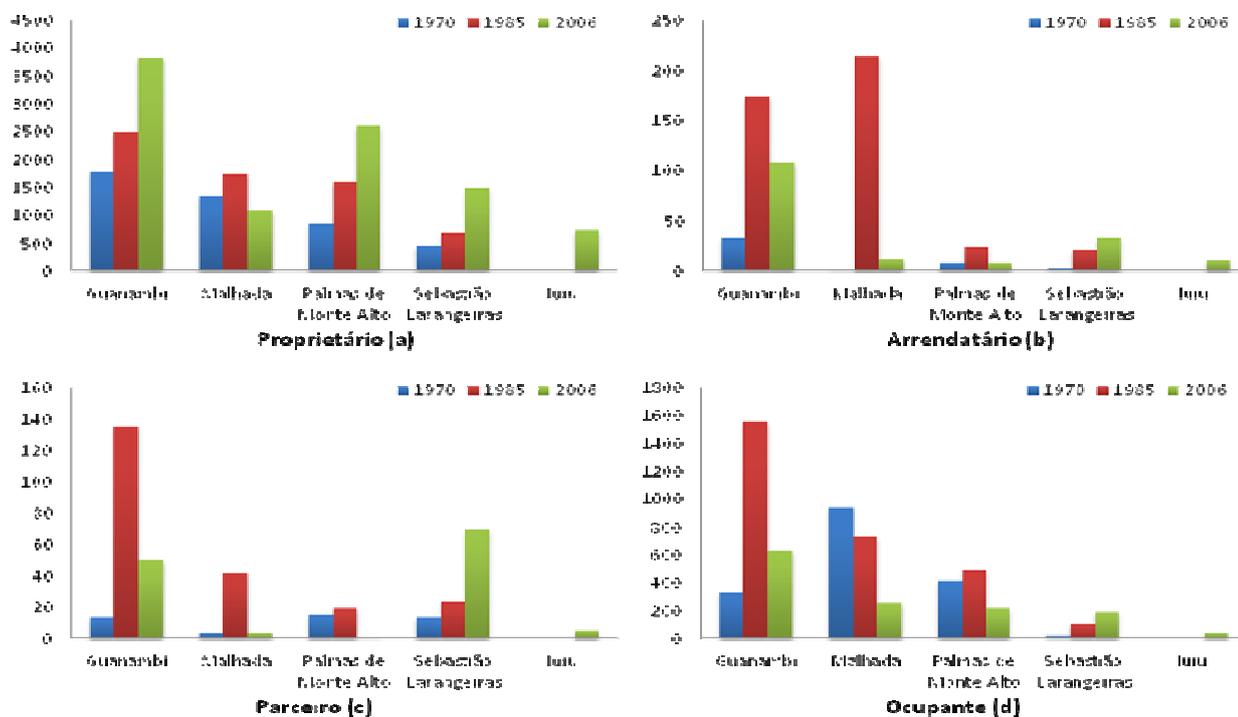
No que diz respeito a condição do produtor, segundo a propriedade da terra e grupo de área total, podemos observar na figura 11 e 12 que representa respectivamente número de estabelecimento e área total, para os anos de 1970/1985/2006. O número de estabelecimento por proprietários no município de Guanambi cresceu em todos os anos, fato que se estende a Sebastião Laranjeiras e Palmas de Monte Alto. O município de Malhada apresenta um quadro diferente, pois houve um aumento em 1985 com redução em 2006.

Dos arrendatários na década de 1970 foi o município de Guanambi quem apresentou maior representatividade, totalizando 37 estabelecimentos, enquanto a soma de todo Vale corresponde a 12 estabelecimentos. Para o ano de 1985 os municípios de Malhada e Guanambi apresentam maior representatividade.

Os parceiros para o ano de 1970, somando todos os municípios encontramos como resultado 43 estabelecimentos. No ano de 1985 esse número dobra totalizando 220. Para o ano de 2006 a soma total é de 128, considerando o município de Luiú, que anteriormente, estes estabelecimentos pertenciam ao município de Malhada.

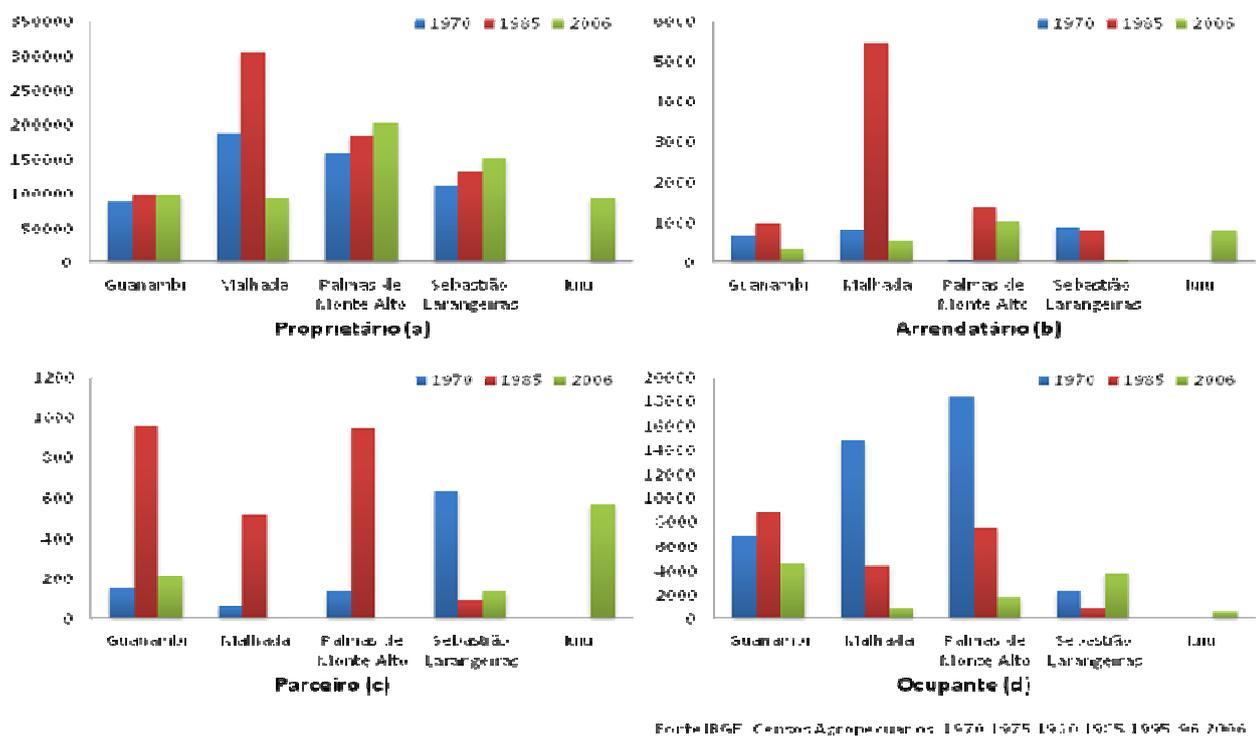
A categoria de ocupante, representada pela exploração em terras públicas devolutas ou de terceiros, com ou sem consentimento do proprietário,

nada pagando o produtor pelo seu uso. No ano de 1985 representa em todos os municípios maior quantidade se comparado aos demais anos.



Fonte: BGE - Censo Industrial da Bahia - 1970-1975-1990-1995

Figura 11: Número de estabelecimento, segundo a condição do produtor



Fonte: IBGE - Censo Agropecuario de 1970, 1985, 1990, 1995, 1995-96, 2006

Figura 12: Área (ha), segundo a condição do produtor

A área segundo a condição do produtor para os anos de 1970/1985/2006 nos mostra que os municípios de Palmas de Monte Alto e Sebastião Laranjeiras apresentam um crescimento progressivo durante os três anos. O município de Guanambi apresenta um quadro parecido com os citados anteriormente, entretanto, o município de malhada apresenta uma configuração diferente dos demais expressando um crescimento em 1985 e redução em 2006.

Em relação ao arrendatário, o município de Palmas de Monte Alto, é quem apresenta menor área, apenas 57 hectares no ano de 1970, em 1985 passa para 1.389 reduzindo para 1.026. Sebastião Laranjeiras é o único município que em 1970 já apresentava maior área arrendada. O município de Malhada em 1985 apresenta maior área 5.445 solidificando a importância do arrendamento no território monocultor.

Os parceiros nos municípios de Guanambi, Palmas de Monte Alto, Malhada apresentam nos anos de 1985 um crescimento que nos leva a afirmar, assim como fizemos para o arrendamento que este sistema também foi base

de sustentação para a produção de algodão no Vale do Iuiú. O único município que se diferencia é Sebastião Laranjeiras que apresentou maior área na década de 1970 e redução em 1985.

Os municípios de Malhada e Palmas de Monte Alto apresentam maior quantidade de área na condição de ocupante nos anos de 1970. Guanambi apresenta a seguinte configuração: 1970, 6.850; 1985, 8.871; 2006, 4.633. Sebastião Laranjeiras o maior percentual ocorre em 2006.

O Vale do Iuiú faz parte da microrregião de Guanambi, sendo uma denominação regional atribuída à área que compreende os municípios já citados mais o município de Iuiú, desmembrado de Malhada em 1990. Os solos do Vale do Iuiú são considerados de alta fertilidade e propícios para o plantio do algodão. Por isso, na década de 1970/80, ocorreu forte concentração de terras e expulsão da população. Esta área, na década de 80, respondeu pela maior produção de algodão da microrregião e do Estado.

Tabela 03: Agrupamento dos estabelecimentos e área (ha) dos municípios do Vale do Iuiú e Guanambi.

ANO	Categoria da propriedade e dimensão											
	Pequena				Média				Grande			
	Est.	(%)	Área	(%)	Est.	(%)	Área	(%)	Est.	(%)	Área	(%)
Guanambi												
1970	931	43,30	10132	10,58	1152	53,58	62715	65,50	67	3,12	22901	23,92
1975	993	45,10	8957	9,00	1121	50,91	63717	64,04	88	4,00	26815	26,95
1980	1363	50,35	11150	10,10	1252	46,25	66584	60,33	92	3,40	32627	29,56
1985	3057	70,21	17239	15,74	1225	28,14	65717	60,01	72	1,65	26559	24,25
1995/6	2964	69,07	18431	17,15	1263	29,43	64174	59,73	64	1,49	24836	23,12
2006	1732	56,53	16505	16,63	1270	41,45	61040	61,52	62	2,02	21682	21,85
Palmas de Monte Alto												
1970	394	30,66	2807	1,59	681	53,00	50785	28,77	210	16,34	122923	69,64
1975	245	20,87	2835	1,27	708	60,31	50979	22,80	221	18,82	169754	75,93
1980	470	33,38	4338	2,11	731	51,92	47748	23,18	207	14,70	153916	74,72

1985	983	46,41	7835	4,06	938	44,29	58796	30,49	197	9,30	126213	65,45
1995/6	1669	57,33	11034	5,49	1048	36,00	60431	30,04	194	6,66	129680	64,47
2006	1608	58,07	12015	5,82	961	34,71	59173	28,68	200	7,22	135134	65,50

Malhada

1970	1138	49,82	7448	3,67	998	43,70	61628	30,41	148	6,48	133611	65,92
1975	802	46,07	6587	2,54	768	44,11	47374	18,30	171	9,82	204956	79,16
1980	1314	58,66	7840	3,72	775	34,60	44983	21,35	151	6,74	157878	74,93
1985	1742	63,86	10289	3,25	817	29,95	45806	14,48	169	6,20	260335	82,27
1995/6	1138	67,34	6312	3,72	452	26,75	23120	13,61	100	5,92	140385	82,67
2006	1171	70,29	6476	6,66	440	26,41	20817	21,41	55	3,30	69934	71,93

Sebastião Laranjeiras

1970	73	0,38	674	0,92	322	1,68	24718	33,75	187	97,94	47843	65,33
1975	51	10,41	630	0,48	326	66,53	24480	18,61	113	23,06	106434	80,91
1980	182	29,21	1279	0,74	304	48,80	20547	11,86	137	21,99	151373	87,40
1985	378	44,58	2346	1,75	364	42,92	21167	15,83	106	12,50	110192	82,41
1995/6	492	56,94	2799	2,54	279	32,29	17864	16,20	93	10,76	89591	81,26
2006	1416	71,12	8209	5,13	448	22,50	24758	15,48	127	6,38	126993	79,39

Iuiú

1970	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1975	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1980	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1985	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1995/6	319	41,16	2404	2,33	369	47,61	22462	21,78	87	11,23	78255	75,89
2006	324	41,65	2212	2,32	377	48,46	22791	23,89	77	9,90	70386	73,79

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006.

Em relação ao município de Guanambi, ao analisarmos a tabela 03, no que se refere à estrutura fundiária, observa-se que em 1970 predominavam os médios estabelecimentos. No decorrer dos anos verifica-se uma mudança no número, com predomínio da pequena propriedade, em 1995 e 1996; quanto à área desses estabelecimentos, os pequenos tiveram um ganho de 8.299ha,

no período estudado, enquanto os médios estabelecimentos tiveram um acréscimo de 1.459ha; já os grandes, apesar de diminuírem em número de estabelecimentos, tiveram um ganho de 2.635ha, em termos de área, fato que comprova que o desenvolvimento da cultura do algodão no município se deu, principalmente, nos pequenos e médios estabelecimentos.

Para o município de Palmas de Monte Alto houve um aumento das pequenas e médias propriedades, para todos os anos, exceto para o ano de 1970 a 1975 cuja redução percentual é de 9,79%. As grandes propriedades sofreram redução ao longo dos anos, entretanto, nos anos de 1970 para 1975 houve um aumento da grande propriedade, concedido com a redução da pequena.

Malhada, a pequena propriedade houve uma variação entre o número de estabelecimentos. Ainda é possível observar um processo de crescimento e recuo do número de estabelecimentos, no compito geral, houve um aumento. As médias apresentam o mesmo comportamento no sentido de aumento. Notemos que em todo período analisado o decréscimo foi significativo. A grande segue a mesma tônica das demais, aumento e recuo. Em 2006 a grande propriedade um decréscimo em relação ao ano de 1970.

Sebastião Laranjeiras, a pequena e média propriedade cresceu e a grande reduziu no período de 1970 a 2006. A pequena, o crescimento foi contínuo, a média apresenta variação entre aumento e decréscimo e a grande há variação no período estudado.

A tabela 02 foi organizada, agrupando-se os dados estatísticos dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, com base na classificação de estabelecimentos pequenos, médios e grandes feita pelo IBGE, EBDA e SEAGRI/BA para o município de Guanambi.

4.5. Crescimento da malha urbana

Com a expansão do algodão na década de 1970, a cidade de Guanambi, responsável pelo beneficiamento cresceu, principalmente com o

contingente vindo dos municípios do Vale do Iuiú, que perdeu população em decorrência da descoberta da fertilidade dos solos atrelada ao baixo valor da terra, o que levou a um processo de concentração dessa mesma terra, gerando a expropriação e expulsão do trabalhador rural dessas áreas. Os representantes do município de Guanambi, por sua vez, visando angariar votos e aumentar a população para obter maior arrecadação e fundo de participação dos municípios, atraiu a população, adotando uma política de distribuição de lotes urbanos. Além disso, Guanambi também exerceu atração por concentrar as indústrias beneficiadoras de algodão, atividade geradora de emprego.

A produção e o beneficiamento do algodão contribuíram para o aumento da população urbana do município de Guanambi, que passou de 11.188 habitantes, em 1970, para 54.003, em 2000, sendo que em 1970, dos 31.174 mil habitantes 19.986 estavam na zona rural; dez anos depois este quadro foi alterado e a população urbana passou a ser maior que a rural, processo intensificado em 1991, quando a taxa de urbanização chega a 68,80%, continuando num crescente e, em 2000, chega a 75,29%. Esse quadro é resultante, principalmente, da expansão da indústria. Observa-se com isso que o município apresentou, nessas quatro décadas, a maior taxa de urbanização da microrregião (figura 13). Entretanto, apesar de declínio do algodão na última década esse município continua apresentando maior taxa de urbanização, isso se deve ao dinamismo da economia local, fruto de novas modalidades econômicas o que gera novas territorialidades pautada na atividade comercial. O que representava o território da indústria de beneficiamento hoje se volta para prestação de serviços comerciais. A urbanização aqui tratada facilitou a reprodução do capital, fazendo com que o poder público interferisse em função dos interesses privados.

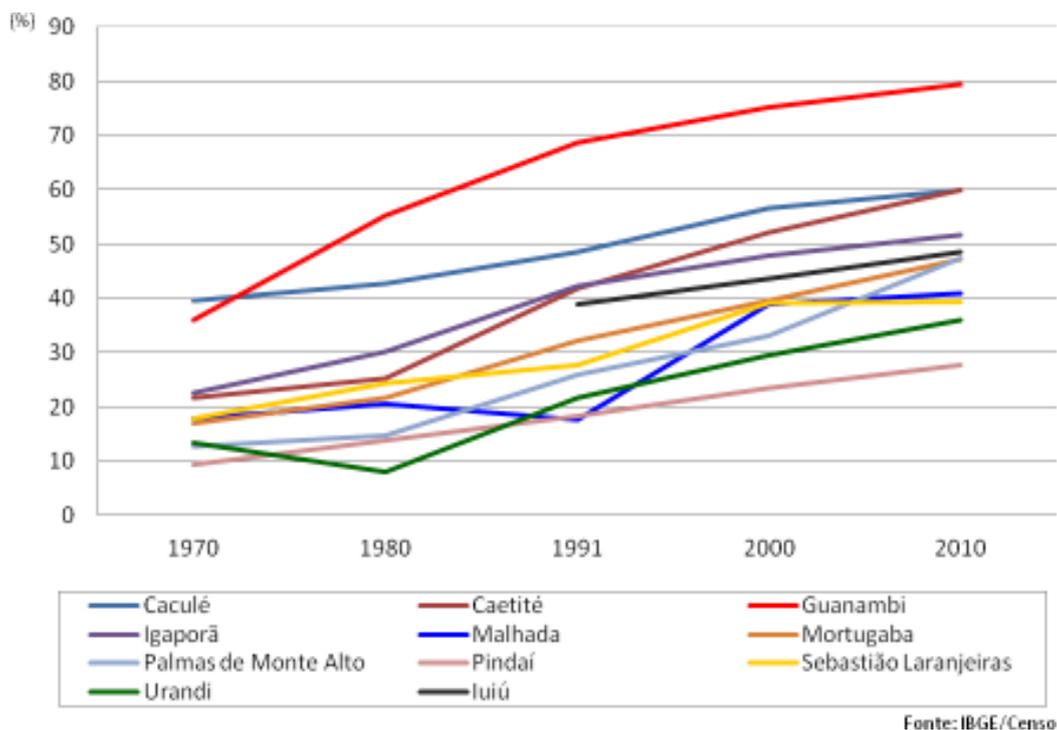


Figura 13: Taxa de urbanização dos principais municípios da microrregião de Guanambi

A primeira área de expansão da malha urbana no município de Guanambi aconteceu no Monte Pascoal, conhecido pejorativamente como Morrão, quando da doação de lotes residenciais na gestão dos Prefeitos José Humberto Nunes (1963/67) e Jonas Rodrigues da Silva (1967/1971). Geralmente os lotes mediam 5x20m, dados a pessoas de baixa renda, vindas principalmente da zona rural e municípios vizinhos. O processo de doação teve continuidade com o Prefeito José Neves Teixeira, de cognome Binha, que em 1982, prolongou a área do morro em direção ao Lajedão.

Em 1982, os lotes possuíam a dimensão de 8x12m, sendo suas doações não oficiais; eram distribuídos cartões contendo o número do lote e a quadra, em nome da prefeitura, procedimento que até hoje é motivo de constantes conflitos entre os moradores, que se dirigem àquele órgão em busca de regulamentar o documento de propriedade do terreno

O Sr. José Neves foi Prefeito por duas vezes e, na segunda gestão, intensificou o processo de expansão da malha urbana, criando loteamentos e bairros como: Beija-Flor, Alto Caiçara, Lagoinha e Brasília; foi responsável

também pela construção do Bairro da URBS, que na época de construção, em 1982, possuía 220 unidades e 82 lotes. Sobre esse assunto escreve Paviani (1994, p. 187):

A moradia, por certo, por sua tradução na paisagem urbana, é o elemento denunciador das diversas formas de segregação sócio-espacial. Os diversos agentes, por décadas, não se empenharam em “desenhar” um perfil habitacional decente e mesmo atraente para o setor das incorporações imobiliárias. Com isto, aqui e ali, implantam-se “conjuntos habitacionais populares”, “assentamentos para população de baixa renda”, fixam-se favelas, medidas capazes de atrair os menos esclarecidos, os que são incapazes de vislumbrar as ações demagógicas de autoridades, inclusive dos promotores de “mutirões para a casa própria”. Fruto de políticas incrementalistas no setor habitacional, as cidades grandes são um aparente caos, quando são extensivamente ocupadas por setores de moradia de baixa qualidade construtiva, muitas vezes erguidas para atender clientela entre uma eleição e outra.

Para Heasbaert (1997), a construção dos conjuntos habitacional (URBS) financiados pelo governo, nas periferias das cidades, representa uma tentativa de reterritorializar uma força de trabalho “instável”, fixando-a - ainda que sob condições precárias, e inserindo-o nos circuitos da urbanização formal. Além do que esses conjuntos devido a sua homogeneidade linear e frieza reportam aos “espaços lisos” de Guattari (1985), representado por um desenho que, não alcança sequer as condições de funcionalidade, as famílias são enclausuradas em reduzidos espaços, aproximando muito mais de uma prisão do que de uma moradia.

A intencionalidade de fixar essa força de trabalho traz a marginalização de grupos sociais, os quais geralmente não podem nem mais ser consideradas “classes trabalhadoras”, mas sim excluídos de uma funcionalidade social mais ampla. Nos bairros Monte Pascoal e Beija Flor é claro o processo de reterritorialização com arranjos frente às redes dominantes ilegais.

As pessoas que ocuparam essas áreas eram originárias de outros municípios produtores de algodão que viam em Guanambi maior chance de melhoria de vida, pela expansão do setor industrial, criando possibilidade de acesso ao emprego e moradia. Os habitantes situados ao longo da BR-030, hoje trecho urbano da Avenida Nilo Coelho, foram, principalmente, para o Alto Caiçara.

O senhor José Neves também loteou terras para formação do Bairro Industrial, desapropriando uma área de 222,80ha pertencente a pequenos proprietários. O menor lote media 3,28ha e o maior 71,72ha. Esse bairro foi ampliado por particulares, clandestinamente, sem orientação e reconhecimento da Prefeitura. Heasbaert (1997), ao tratar da questão da fronteira agrícola, em especial da malha urbana da cidade de Barreiras considera que as ocupações de terras urbanas são produto, ao mesmo tempo, de um processo desterritorializador e reterritorializador, no sentido mais restrito do território não como espaço de referencia identitária mas como simples espaço de apropriação material, “controlando”, base mínima de sobrevivência.

Ao avaliar o processo de desapropriação, fica clara a política de especulação imobiliária, ficando sempre um grande vazio entre a região central e a criação dos novos bairros. Tais espaços baldios pertenciam a famílias abastadas e “ilustres” na cidade, políticos ou com influência política e que detinham o poder de decidir e valorizar o espaço de acordo com seus interesses particulares. Já os pequenos proprietários recebiam tratamento diferenciado; independentemente de sua vontade viam suas terras serem desapropriadas em nome da coletividade e muitas vezes não recebiam pagamento pela desapropriação. Um caso bem típico foi o da construção da Faculdade pertencente à UNEB-Universidade do Estado da Bahia: não se definiu quem pagaria a desapropriação, o poder municipal ou o estadual, por questão de conflitos entre as facções que representavam os respectivos cargos de Prefeito e Governador. A predominância de população de origem rural vindas principalmente, dos municípios do Vale do Iuiú em busca de novos bairros periféricos na cidade de Guanambi foi comprovada também no trabalho de campo realizado por essa pesquisa. Paralelamente ao crescimento da cidade, cresceu também o comércio formal e informal.

Percebe-se que, por trás de todo esse processo, se encontrava o capital da monocultura do algodão, como suporte para as mudanças, e o poder público local logo precisa se engajar, utilizando-se da falta de moradia para se promover através de uma política populista. Justifica-se esse empenho de crescimento do espaço, com a criação e manutenção de um curral eleitoral, uma prática clientelista, formando focos de tensão entre excluídos e incluídos. Nesses acordos de representação política, constituem uma expressão concreta da territorialidade, onde os interesses estão vinculados aos territórios em que os atores sociais habitam, trabalham, produzem riquezas, e lutam para apropriação dos resultados.

4.6. Processo de Industrialização

Pode-se dizer que entre outros fatores a indústria representou papel fundamental para o crescimento da malha urbana e o aumento da população na cidade de Guanambi. Nesse município as primeiras usinas beneficiadoras de algodão foram montadas no início do século XX. A primeira foi instalada onde hoje é o bairro dos Brindes, movida a força motriz e registrada como Empresa Industrial Sertaneja. Esta usina já diversificava as atividades de beneficiamento do algodão é além de beneficiar a pluma, fabricava sabão, óleo e torta. Funcionou por 25 anos. Foi incendiada por duas vezes, porém não existem registros que esclareçam tais acontecimentos. Os equipamentos chegaram aqui através do porto de Malhada, cidade ribeirinha, e, para chegar ao seu destino final, foram transportados em carretas puxadas por bois. A figura 14 mostra restos da aparelhagem de uma das usinas de beneficiamento mais antigas de Guanambi.



Fonte: Trabalho de campo

Figura 14: Parte do maquinário abandonado, utilizado no beneficiamento do algodão (Bairro dos Brindes/Guanambi).

Mas foi a partir de 1970, com o desenvolvimento da cultura algodoeira, que começou a se formar o parque industrial de Guanambi, levado pelo afã dos grandes proprietários em gerar maiores capitais, agregando valor à sua produção. Assim, pode se perceber que o campo torna-se atrelado a indústria e ao capital financeiro, formando uma rede que se imbrica as lógicas industrial e financeira.

A primeira indústria desta fase foi montada em 1972, com o nome de HEMAGRO, logo depois outras se instalaram, como pode ser verificado no quadro VI. Na década seguinte, segundo a Revista Integração Bahia/1995, Guanambi passou a possuir o maior parque industrial de beneficiamento de algodão do Norte e Nordeste do Brasil, portanto as 16 usinas de beneficiamento listadas fazem parte da fase de industrialização recente desse município.

QUADRO VI: Usinas de beneficiamento de algodão do município de Guanambi/BA

NÚMERO	DENOMINAÇÃO
1	HEMAGRO
2	FIAT
3	MERCAL
4	ALGODOEIRA SÃO JOSÉ
5	ALGODOEIRA LIMA
6	GRANDE VALE
7	AGROFIBRA
8	CARMON
9	AGRIVERDE
10	CARNAIBA
11	ALGODOEIRA FERNANDES
12	SANBRA
13	ALGODOEIRA PEPI
14	ALGODOEIRA ELO
15	ALGODOEIRA BARRA
16	ALGODOEIRA SAIONARA
17	ALGODOEIRA BIAL

Fonte: Pesquisa de campo – Entrevistas.

De acordo com os entrevistados, pois inexitem dados oficiais nos órgãos competentes, a microrregião de Guanambi, na década de 80, concentrava mais de 50 usinas beneficiadoras de algodão. Essas usinas receberam incentivo do governo federal através da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), com isenção de Imposto de Renda por 10 anos, e o FINAME (Financiamento Nacional de Máquinas e Equipamentos). Esse financiamento era feito com uma carência de três anos. Contavam também com AGF (Aquisição do Governo Federal) e EGF (Empréstimo do Governo Federal). A canalização dos recursos para a área de beneficiamento de Guanambi teve forte cunho político. É bom lembrar que a região contava com representantes tanto na esfera federal como na estadual. Tal situação influenciava na alocação de recursos, facilitando a expansão da atividade industrial. A penetração do capital agroindustrial no campo significou a perda do controle administrativo sobre o processo produtivo, monopolizando os territórios produtivos no campo, tornando-os a serviço dos interesses das indústrias.

A modernização da agricultura representada pela tecnificação da agricultura transformou o espaço de produção agrícola, segundo a lógica da produção industrial, o que representa, na maioria das vezes, preços baixos pagos na compra de matéria - prima, junto aos produtores agrícolas, principalmente em relação aos pequenos produtores, é o caso da microrregião de Guanambi.

A tabela 4 mostra o crescente número de estabelecimentos industriais na microrregião de Guanambi; apesar de Caetité apresentar maior quantidade de estabelecimentos, em 1980/1985, isso não significou maior dinamismo. Convém lembrar que Caetité foi centro administrativo no período colonial, portanto é um município bastante antigo, diferente de Guanambi, que, se comparado ao anterior, é jovem; além do mais, as indústrias de Caetité apresentam maior diversidade de produtos, enquanto Guanambi é o grande centro de beneficiamento de algodão, sendo referência nessa área.

Tabela 04: Estabelecimentos industriais e pessoal ocupado - Microrregião de Guanambi

Município	Ano							
	1970		1975		1980		1985	
	Est.	P. Ocupado	Est.	P. Ocupado	Est.	P. Ocupado	Est.	P. Ocupado
Caculé	11	44	24	76	19	59	42	98
Caetité	77	27	46	284	128	548	104	600
Candiba	16	26	19	49	13	10	11	36
Guanambi	56	116	96	158	85	349	73	424
Ibiassucê	39	23	11	28	9	23	10	37
Igaporã	7	16	34	118	18	53	89	308
Jacaraci	6	0	12	27	18	190	25	200
Lícínio de Almeida	5	28	11	328	19	419	16	224
Malhada	10	12	21	47	33	34	13	45
Mortugaba	11	15	6	15	2	0	18	23
Palmas de Monte Alto	22	22	12	33	35	49	29	61
Pindaí	10	3	4	19	6	26	2	0
Riacho de Santana	10	24	15	51	35	41	39	171
Sebastião Laranjeiras	7	0	6	9	32	10	7	22
Urandi	6	0	6	20	4	7	3	32
TOTAL	293	356	323	1262	456	1818	481	2281

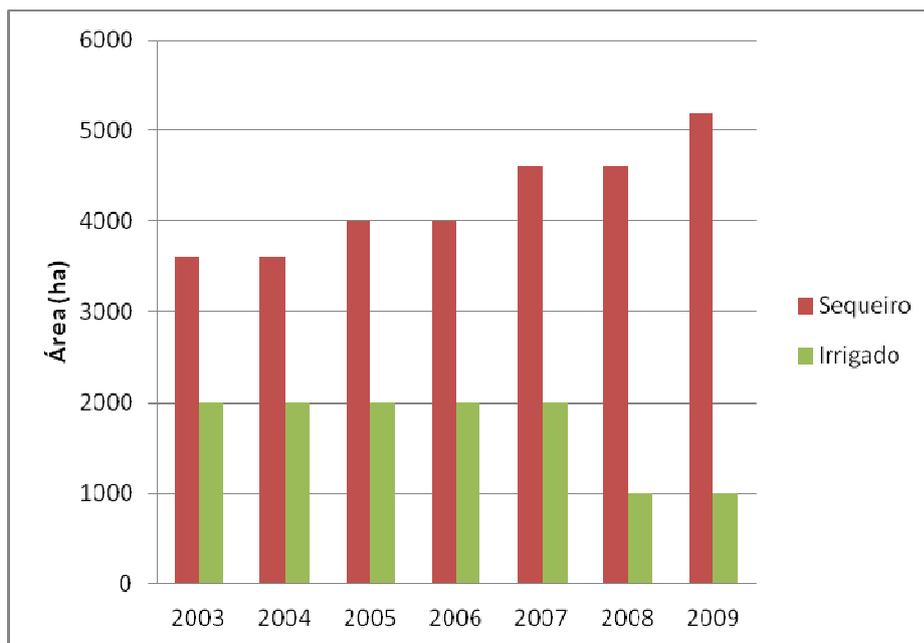
Fonte: IBGE, Censo Industrial da Bahia – 1970/1975/1980/1985.

A pesquisa de campo realizada em 2010 mostrou que na cidade de Guanambi possui apenas cinco algodozeiras: Lima, Agrofibra, Abreu, Ouro Branco, Saionara.

A Algodoeira Lima foi instalada em 1980 e parou de funcionar em 1999, quando grande parte do maquinário migrou para novas fronteiras de expansão do algodão no Oeste da Bahia e Mato Grosso. Em 2009, o equipamento restante na usina foi comprado por um plantador de algodão, que adquiriu novas máquinas, possibilitando o funcionamento e mantendo a mesma razão social, embora se encontre em processo de mudança de nomenclatura. Segundo o proprietário, a usina beneficiou cerca de 190 mil arrobas de algodão em capulho.

A Agrofibra entrou em funcionamento em 1988, com dois conjuntos e operando com toda sua capacidade. Onze anos depois, reduziu para um conjunto e o outro foi para o município de Luis Eduardo Magalhães, Oeste Baiano. Hoje, o maquinário instalado na usina é ultrapassado, mas na década de 1980 era considerado dos mais modernos do país.

De acordo com o proprietário, a usina beneficia em média 16 mil fardos por ano, o algodão beneficiado é originário de suas propriedades. O usineiro na safra 2009/2010 plantou uma área de 16.800ha, o que fez dele o maior produtor do Vale do Iuiú. Esse algodão cultivado representa variedades de sequeiro e irrigado. Na figura 15, mostra a área plantada com algodão, no período de 2003 a 2007, a área de sequeiro é aproximadamente duas vezes maior que a irrigada. Assim, fica claro que apesar do vale estar na região banhada pela Bacia do Rio São Francisco a irrigação não faz parte do sistema produtivo desse território, sua ocorrência se dá de forma esporádica, em virtude da exigência de infraestrutura o que eleva o custo da produção, passando a ser privilégio de produtores capitalizados.



Fonte: Trabalho de Campo

Figura 15: Produção de algodão sequeiro e irrigado no Vale do Iuiú.

A usina atualmente mantém poucos funcionários fixos: dois guardas, dois mecânicos, dois serviços gerais, sete administrativos, e no período de intenso funcionamento emprega cerca de 38 trabalhadores temporários.

O funcionamento da usina Abreu é esporádico, pois depende da safra anual. Em se tratando da algodoeira Saionara sua instalação ocorreu na década de 1980 e tem como proprietário um dos maiores produtores do Vale do Iuiú.

Ouro Branco foi Instalada na década de 1980 com o nome de Samba, trocando de denominação em 1999 quando foi adquirido por outra pessoa.

Em 1972, A algodoeira Bial foi implantada e funcionou até 2001 quando migrou para o território algodoeiro do Mato Grosso, mais especificamente Rondonópolis. Em 2004, retornou à cidade de Guanambi, não mais como descaroçadeira de algodão, mas como usina de esmagamento do caroço, com finalidade de fabricação de torta para alimentação animal e produção de biodiesel. Com base na entrevista realizada com representante desta beneficiadora, em dezembro de 2010, a produção mensal de biodiesel é

2.500 toneladas é comercializada com a Petrobrás. A torta é enviada para produtores e cooperativas de Vitória da Conquista, Itapetinga e de outros estados nordestinos. Quando questionado em relação à origem do caroço beneficiado responde: *o Vale não tem now how para atender nossa demanda, por essa razão compramos o caroço da região de Barreiras/BA.*

Em entrevista com o representante do Banco do Brasil e Grandes produtores ficou evidenciado que as inadimplências estão relacionadas ao período de 1999 a 1994. O Banco atualmente possui 17 contratos no valor de cento e cinquenta mil reais, distribuídos no município de Malhada e Luiú. Esses contratos possuem cobertura de Proagro. O Banco cobra uma taxa de juros no valor de 6,75% ao ano, com prazo de uma safra, dividida em quatro parcelas, de outubro a janeiro.

Hoje, o financiamento para o algodão não pode exceder seiscentos e cinquenta mil reais, com recursos controlados do crédito rural (6,75% ao ano) + 30% a depender da condição que a lavoura poder agregar: plantio direto, averbação de reserva legal, conjugado um mitigador de risco. Os empréstimos superiores a esse valor deverão ser feitos com recursos não controlados do crédito rural o que significa que estes juros são livres, ou seja, de mercado (hoje equivalente a 12% ao ano).

O Banco do Brasil na safra 2009/2010 financiou quarenta hectares de algodão, na modalidade de irrigação para um produtor do Vale do Luiú (Barragem Riacho Cachoeira) e 340 não irrigados, no município de Malhada.

Na safra 2008/2009, setecentos e quarenta hectares obtiveram financiamento, sendo quatrocentos irrigados no município de Luiú e trezentos e quarenta de sequeiro, em Malhada.

No período que compreende os anos entre 2001 a 2007 houve financiamento apenas de uma única safra, a de 2004/2005, beneficiando cinco produtores de algodão totalizando quatrocentos hectares, sendo oitenta para cada contrato. Todos pediram proagro, em virtude da seca que afetou o Vale nesse ano.

Quanto ao custeio para máquinas e equipamentos, o Banco do Brasil financiou em 2010 cinco tratores, três plantadeiras, três arados, estes para

proprietários no município do Iuiú. O representante do Banco afirma que não há atendido a linha de financiamento do FINAME para produtores do Vale do Iuiú, segundo ele este tipo de empréstimos tem sido realizado por grandes produtores de Barreiras, com juro anual de 6,75% com prazo de cinco anos.

A linha de crédito para os pequenos produtores, não inclui cobertura para o algodão, os recursos são disponibilizados para a lavoura da mandioca, feijão, sorgo, pecuária mista. Os Pequenos são financiados pelo Pronaf e o grande e médio recebem recurso da poupança ouro. O Banco Central define percentual de aplicação no crédito rural dos recursos captados em depósitos à vista e poupança.

A safra de 2010/2011, o Banco financiou dezessete contratos no valor de cento e cinquenta mil reais (com proagro) para produtores de Malhada e Iuiú, o teto do proagro (representando uma área de 69 hectares). Também foi firmado um contrato de seiscentos e cinquenta mil reais (o que equivale a trezentos e quarenta e quatro hectares), e mais dois contratos de duzentos e vinte mil reais para produção irrigada (corresponde a uma área de 80 hectares).

As máquinas eram fornecidas pela Empresa Piratininga S/A. Os usineiros geralmente possuíam um conjunto de duas, três e até cinco máquinas, e estas funcionavam dia e noite com todo seu potencial durante 11 meses, parando apenas no mês de janeiro para manutenção.

As usinas absorviam toda a produção da região. O algodão que chegava, através de caminhões, era despejado na tulha e sugado através de chupadores que o jogavam na máquina de beneficiamento, onde era separada a pluma do caroço. Em seguida era enfardado em sacos de em média 190 kg. As figuras 16, 17 e 18 mostram essas fases.



Fonte: trabalho de campo

Figura 16: Tulha e chupador (Guanambi/BA)



Fonte: trabalho de campo

Figura 17: Máquina de beneficiamento (Guanambi/BA)



Fonte: Trabalho de campo

Figura 18: Enfardamento dos sacos (Guanambi/BA)

O controle de qualidade era feito por representantes do Governo através da Delegacia do Ministério da Agricultura. Segundo o usineiro L.C. “a classificação era automática, em cada fardo produzido todos os dias você tirava a amostra e levava para a Secretaria do Ministério, e no outro dia ia para a sala de classificação. Então o que era produzido em um dia era classificado no outro”.

Entretanto, esta classificação foi feita em Guanambi até a década de 1990, a partir daí a classificação da fibra a partir deste período e feita em Luis Eduardo Magalhães, o que reforça a questão da nova territorialidade do algodão na região oeste da Bahia.

O armazenamento era feito em galpões dentro da própria usina, sendo estes subsidiados pelo governo. A partir daí o algodão tinha como destino final os mercados interno e externo.

4.7 Comercialização

Quanto às relações comerciais desenvolvidas na região do Vale, estabelece-se uma rede articulada interna e externamente na dinâmica da atividade. Redes que correspondem a um sistema de linhas que desenham

tramas, representando, além de uma forma de mobilização, uma estratégia de organização e de ação, podendo em sua composição mudar de um lugar para outro. Como bem afirma Raffestin, “toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes” (1993, p. 156-157) ou hegemônicos. Dentro dessa confluência de poder, o sistema de redes apresenta resultados sociais, políticos e espaciais, que pressupõem estratégias, significados e correlações de força. Dessa forma, é garantido, priorizado e legitimado o interesse dos atores hegemônicos, os quais se sobressaem face à competitividade inerente às territorialidades que se estabelecem. Pode-se afirmar que as articulações entre produtores, atravessadores no Vale do Iuiú constituem territorialidades implícita ou explícita formadas a partir da mediação entre as redes.

A comercialização do algodão na microrregião de Guanambi era feita através dos proprietários rurais ou dos comerciantes intermediários. Os grandes proprietários e os comerciantes compravam o algodão *in natura* das pequenas propriedades independentes e dos parceiros. Quando não o faziam diretamente, contavam com os comerciantes intermediários, que juntos passavam a definir o valor do produto no mercado local. O produtor usineiro comprava o algodão com caroço por preço inferior ao do mercado e, na medida em que o pequeno produtor não recebia remuneração justa, o nível de vida mantinha-se baixo; no entanto, o grande acumulava riqueza, concentrando os meios de produção nas mãos de alguns indivíduos e expropriando outros. A estrutura de posse da terra, principalmente no Vale do Iuiú, gerada pela concentração da terra leva à concentração, também, do nível de riqueza. Assim, a maior parcela dos rendimentos gerados na cotonicultura foi apropriada pelos grandes produtores rurais e grandes firmas exportadoras. Apesar das condições favoráveis ao cultivo do algodão nessa região, os pequenos proprietários parceiros, mesmo se utilizando basicamente da mão-de-obra familiar, necessitavam de um certo capital inicial para a exploração do cultivo do algodão. Como não possuíam tais recursos, recorriam ao grande produtor, que lhes fornecia recursos para comprar os insumos básicos (semente, adubos, inseticidas); em contrapartida era feita a comercialização na folha, ou seja, o agricultor vendia a produção antes do ciclo final. Esse tipo de

transação era bastante lucrativa para quem comprava, no entanto, para quem vendia, significava uma irrisória parcela de lucros, devido à prefixação dos preços.

No mercado nacional o caroço era vendido, principalmente, para a Região Nordeste, com o objetivo de atender às usinas de fabricação de óleo e torta. A pluma era destinada aos estados das Regiões Sudeste, Norte e Nordeste e, quanto ao exterior, era vendida para a Europa, Estados Unidos e Ásia.

As transações comerciais tanto eram feitas com os usineiros-empresas, a exemplo de ESTEVES IRMÃOS E SANBRA, empresas ligadas à exportação de café, algodão e tecelagem (atualmente IRMÃOS BONGES); usineiros-representantes, como também diretamente pelo produtor ao exterior. Quando perguntado ao ex-usineiro E.S. sobre as exportações para o exterior, respondeu: “O nosso algodão foi exportado para vários lugares, eu pessoalmente e particularmente exportei para Hong Kong.”

O produto era escoado da fábrica, via transporte rodoviário, em carretas e caminhões. Os fardos transportados pesavam em média 200kg. Os portos mais utilizados eram os de Paranaguá (Paraná), Salvador e Espírito Santo. O mesmo usineiro acima citado diz: “Quando eu exportei, exportei pelo porto de Salvador; agora tinha outras firmas que exportavam até pelo porto de Ilhéus e outros chegaram a exportar pelo porto do Espírito Santo.”

Nos últimos dez anos a produção resultante das usinas beneficiadoras de algodão - plumas- de Guanambi tem como destino outros estados nordestinos e o caroço é vendido para fazendeiros do vale e municípios vizinhos.

Por ser a cidade de Guanambi o centro de industrialização e comercialização da microrregião, gerou uma movimentação de capital, fortalecendo a atividade comercial e a prestação de serviços.

4.8 Formas de produção

Para compreender a organização do espaço de produção do algodão em Guanambi, faz-se necessário analisar, além de outros elementos, as formas de produção e as relações de trabalho que aí se processam.

No município de Guanambi, a produção da lavoura algodoeira se processou, principalmente, por meio das pequenas e médias propriedades, como está evidenciado na tabela 03. O agricultor trabalhava em sua pequena propriedade e prestava serviço em outras maiores como trabalhador rural, parceiro e arrendatário. Muitos eram os trabalhadores braçais exigidos no ciclo cotonicultor, principalmente no período da colheita, momento cuja atenção com os capulhos que branqueavam os campos deveria ser minuciosa e rápida evitando a perda no peso e o extravio através dos ventos.

As relações de trabalho no espaço produtor de algodão foram marcadas por trabalhadores intermitentes e sazonais de acordo com as informações obtidas no trabalho de campo. O trabalhador intermitente vinha de municípios circunvizinhos a Guanambi e de vários estados do Nordeste, tendo maior representação Ceará, Sergipe e Pernambuco. As relações trabalhistas aqui referenciadas não são exclusivas do município de Guanambi, mas sim da região produtora de algodão que compreende parte dessa microrregião.

O trabalho volante na lavoura de algodão é responsável por um grande contingente de trabalhadores que se desloca de uma frente de trabalho para outra, executando tarefas em regime de empreitada, chamada por Gonzales & Bastos (1982, pp. 35-7) de intermitente. Para eles, enquanto o trabalhador volante urbano reside fora da fazenda e se desloca diariamente de um ponto fixo urbano para executar tarefas na área rural, o intermitente se hospeda provisoriamente nos locais de trabalho agrícola, mudando-se periodicamente de uma fazenda a outra. O tempo de permanência do trabalho intermitente numa determinada fazenda varia em função da duração das tarefas. Essa forma de trabalho esteve presente na área de produção de algodão em Guanambi. O IBGE aponta que em 1970 os empregados temporários representavam 24,08% do pessoal ocupado na agropecuária, em

1995/96 essa categoria passa a apenas 6,17%, expressando a crise do algodão.

No período áureo do algodão, 1985, pode-se perceber o aumento de membros não remunerados da família, o que significa uma maior participação da mão-de-obra familiar no sistema produtivo, em contrapartida, os empregos permanentes tiveram uma participação menor se comparados aos do ano de 1980 (Tabela 05).

Tabela 05: Pessoal ocupado na agropecuária no município de Guanambi/BA

PESSOAL OCUPADO	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	Responsáveis e membros não remunerados da família	7.654	65,21	8.488	75,12	12.466	81,05	19.336	88,26	11.828
Empregados permanentes	151	1,29	437	3,87	712	4,63	473	2,16	293	2,24
Empregados temporários	2.826	24,08	2.069	18,31	2.120	13,78	1.959	8,94	808	6,17
Parceiros empregados	142	1,21	21	0,19	40	0,26	74	0,34	50	0,38
Outra condição	964	8,21	284	2,51	43	0,28	66	0,3	109	0,83
TOTAL	11.737	100	11.299	100	15.381	100	21.908	100	13.088	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96.

Além do regime de tarefas por empreitada, também havia trabalhadores sazonais, que, segundo a mesma fonte, se diferencia da anterior, por estes trabalhadores não se encontrarem totalmente desprovidos dos meios de produção, constituindo-se, em sua maioria, de posseiros, parceiros e pequenos produtores, sendo as atividades sazonais complementares às suas atividades principais.

No Vale do Iuiú, diferente de Guanambi, a produção estava pautada na grande propriedade. As relações só se diferenciavam no que dizia respeito à escala. As relações que aconteciam na grande propriedade aconteciam na pequena, mostrando que não eram antagônicas, mas sim complementares, necessárias à expansão das relações capitalistas que, ao gerar pequena unidade, apropriava-se, subordinando a mão-de-obra familiar.

No Vale do Iuiú o capital não vai permitir a expansão da pequena propriedade, mas em contrapartida se utiliza da expropriação do pequeno produtor, gerando um exército de despossuídos, assegurando a oferta de mão-de-obra barata, conjugando mão-de-obra familiar temporária e uma parcela reduzida de permanente. O trabalhador permanente, no campo, era representado pelo morador da fazenda e tratoristas; na cidade estavam empregados na usina de beneficiamento de algodão. Ao analisarmos a categoria de empregados permanentes na agropecuária do município de Guanambi, de 1970 a 1980, notamos um crescimento, ocorrendo um declínio a partir de 1985.

Para a área do Vale também se dirigiram profissionais liberais, comerciantes e agrônomos que se tornaram proprietários, parceiros e arrendatários. De acordo com o médio proprietário AL.: “Adquiri minha propriedade no município de Sebastião Laranjeiras, fruto do trabalho na minha empresa de assistência técnica.” Nas palavras deste produtor podemos evidenciar mudanças, tanto na maneira de produção como na forma de acesso a terra, o que gerou conflitos entre os que chegavam e os que já estavam. As práticas tradicionais sofreram interferências da modernidade o que produziu uma nova territorialidade, marcada pela implantação da monocultura algodoeira, intensificando o processo de desterritorialidade e reterritorialidades do Vale.

O parceiro planta na porção da terra que é concedida pelo proprietário, consorciando o algodão com alimentos como milho e feijão. Depois da colheita, o agricultor entrega ao fazendeiro, como pagamento da renda pelo uso das terras, uma parcela do algodão produzido. Já no arrendamento, o uso da terra é pago em dinheiro. Neste período, referente a 1970 até meados de 1990 os agricultores contavam com a ajuda dos filhos e esposa, o trabalho infantil fazia parte da força de trabalho familiar, entretanto, a partir do declínio da produção a mecanização e a criação da legislação que proíbe o trabalho infantil, novas relações se estabeleceram.

Segundo trabalho de campo, no vale, mesmo na fase de monocultura, a consorciação de milho, feijão e mandioca continuou existindo nas pequenas propriedades, ao contrário do que ocorria na grande área, que

era exclusivamente para o plantio do algodão; depois de colhido o algodão era entregue uma parcela da produção ou o dinheiro pelo uso da terra ao fazendeiro, como pagamento conforme acordado anteriormente.

É prática comum nessa região deixar os restos da cultura para alimentação bovina. No auge do algodão, o pequeno produtor continuou a alimentar suas poucas cabeças de gado, no entanto, a grande propriedade não utilizava essa prática, apesar de a maioria se dedicar à pecuária. O algodão era a mola mestra de grande rentabilidade, intensificada pela renda da terra, principalmente com parceiro e rendeiro.

Quando o grande proprietário, agricultor-pecuarista, necessitava expandir a área de pastagem, cedia a terra para plantar algodão na condição de que, após a colheita, o agricultor deixasse a área cultivada, para que o gado se alimentasse da palha, e logo após introduzisse o capim. O fazendeiro aumentava seus ganhos, pois, além de expropriar a força de trabalho, estendia essa expropriação ao produto.

A movimentação do contingente populacional nessa área era muito grande; pessoas que entravam e saíam em busca de trabalho, principalmente nas maiores propriedades. Segundo os entrevistados, algumas chegaram a empregar cerca de 800 pessoas temporárias e 30 a 40 permanentes. A Figura 19 confirma esse intensa movimentação, no ano de 1985 o Vale do Iuiú recebe um contingente populacional de aproximadamente 120 mil trabalhadores.

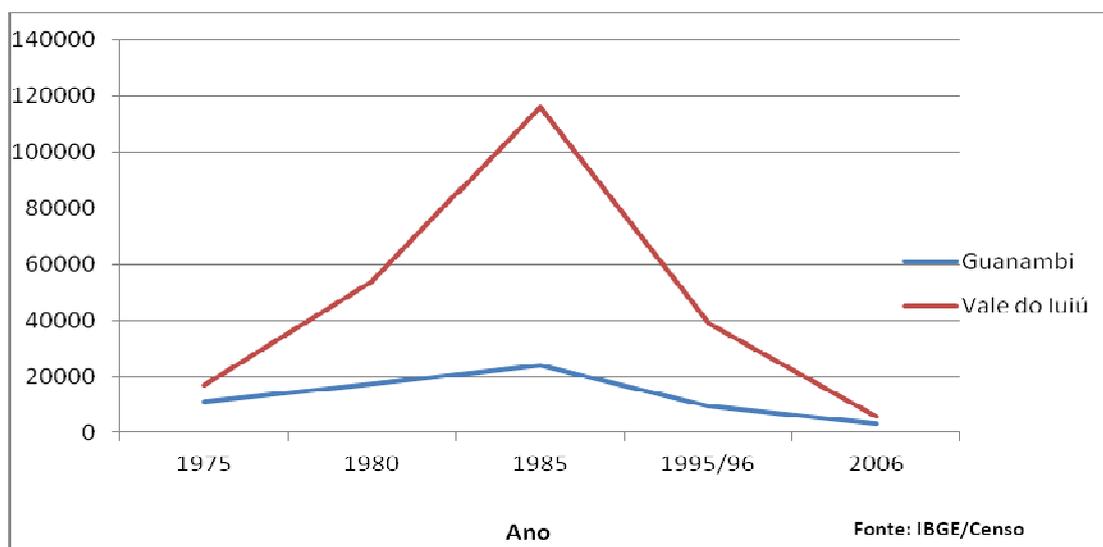


Figura 19: Total de Trabalhadores temporários

Esse contingente de trabalhador foi intenso na década de 1980, Segundo o produtor M.A “um verdadeiro formigueiro humano, gente que ia e vinha de todos os lugares”. A partir dos anos de 1990 com a redução da produção e a intensa mecanização, o Vale perdeu sensivelmente sua capacidade de absorção de trabalhadores, tanto temporário como permanente, nos últimos dez anos os grandes e médios produtores utilizavam apenas a mão-de-obra local, e os pequenos produtores recorreram como de costume à força de trabalho familiar.

A oferta e procura de mão-de-obra aumentava ou retraía, a depender da expansão da área de plantio e sua relação com o mercado. Para os trabalhadores, o aumento da produção não significava melhores salários, pois não havia uma política salarial e muito menos fiscalização efetiva por parte do Ministério do Trabalho. Faltava-lhes representação de classe. Os sindicatos naquele momento eram omissos e sua maior preocupação era com a aposentadoria. A igreja no início se omitiu, só mais tarde é que fazia oposição com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que começou a atuar em meados de 1970, principalmente, através de denúncias à imprensa, como forma de pressionar o poder público, fortalecendo os movimentos de base no campo.

No início da expansão da atividade monocultora, o grande produtor mantinha certa aproximação com o trabalhador. À medida que se fortaleciam as relações capitalistas, houve um afastamento, aparecendo aí a figura do administrador-gerente, e o denominado gato ou empreiteiro vai garantir seu espaço.

Sobre o gato, escreve a Revista Integração Bahia (maio/junho, 1995):

Como sempre aconteceu desde épocas remotas, o agrupamento de trabalhadores para agricultura se faz através dos chamados ‘Gatos’ (um empreiteiro que firma acordo com os fazendeiros e contratam os trabalhadores) e esses prometem muito mais, na hora de convocar os trabalhadores, do que podem cumprir de fato. Os humildes serviçais partem de suas casas sem, ao menos, saber para onde vão. Sabem,

apenas, quanto tempo vai demorar para chegar até o destino. Eles não sabem que trabalho vão enfrentar (no caso do algodão, como estão as lavouras e que produtividade pode conseguir), vão na incerteza de onde e como vão morar. Se têm água para beber e servir, se têm onde comprar os alimentos ou remédios, são outras incertezas que certamente não correspondem às promessas dos “gatos”. Alguns desses empreiteiros não cumprem nem mesmo o valor contratado para os serviços e até mesmo deixam de pagar os trabalhadores, fugindo com o dinheiro repassado pelos fazendeiros. Esse sistema de contratação se faz cada vez mais freqüente, pois agindo assim, os fazendeiros ficam isentos de qualquer encargo social, responsabilidade por acidentes de trabalho ou até mesmo de outros entraves legais.

O exposto acima retrata o dilema dos antigos posseiros, resultado do processo de moderna desterritorialização, onde estes trabalhadores são obrigados a deixar seus territórios forçados pelo processo de grilagem, assim migraram para as cidades, passarão a servir de mão -de -obra temporária e sujeitar-se aos mandos do gato, intermediário na organização da força de trabalho rural não qualificada.

O gato contratava os trabalhadores e fornecia o transporte, geralmente caminhões “pau-de-arara”, garantindo a exploração intensiva da mão-de-obra. O dono da propriedade, através de seu gerente, efetivava o pagamento por semana, quinzena, por diária trabalhada, empreitas feitas por ruas e hectares. Esses trabalhadores ficavam alojados em barracões feitos de pau-a-pique e chão batido, cobertos de telhas, palhas e até mesmo sacos de inseticida. Nos barracões ficavam também as famílias, e o fornecimento de água era feito por carro pipa ou poço artesiano.

O barracão de vendas de alimentos sempre estava presente e era mantido pelo grande proprietário, que atrelava o pagamento à compra de alimentos. Como os preços, na sua maioria, estavam superfaturados, o trabalhador, de certa forma era reduzido ao sistema de escravidão. Esses trabalhadores, ao conseguirem sair da propriedade, não recebiam indenizações, restavam-lhes apenas as mazelas deixadas pela humilhação,

maus tratos e problemas de saúde gerados pela manipulação de inseticidas ou acidentes.

O trabalhador de empreitada era mais viável para o produtor, pois o resultado obtido era mais rápido, extraindo mais valia em menos tempo. No caso mais específico da colheita de algodão, quando perguntados, se o trabalho de empreitada interferia na qualidade do algodão colhido, alguns entrevistados responderam que “a colheita sempre foi paga pela produção e às vezes algumas pessoas colhiam errado os capulhos com impureza”. Quando isso ocorria era descontado do trabalhador, gerando alguns conflitos agravados pela medida do volume utilizada pelos grandes proprietários que determinavam a unidade da arroba em 16 quilos”; sabe-se que a unidade padrão é de 15 quilos. Um trabalhador nesta área colhia de 10 a 12 arrobas por dia.

Na colheita, o trabalho de crianças e mulheres era freqüente. Apesar de um dos entrevistados alegar que mantinha uma escola na fazenda, isso não foi comprovado pelos demais. O que acontecia é que às vezes uma propriedade, se situava nas proximidades de perímetros urbanos; as escolas aí existentes serviam, esporadicamente, às crianças dessas propriedades.

Na região do Vale do Iuiú era muito comum e até hoje ainda se encontra a existência de casebres à margem das grandes propriedades cortadas pela BR-030 (estrada do algodão). Esses casebres, na década de 80, foram abarcados pela unidade produtiva.

Na produção do algodão, em moldes mais tradicionais, sempre foi intenso o uso diversificado de mão-de-obra. Hoje, com a tecnificação, é nítido que o setor também passou a buscar a profissionalização do trabalhador, reduzindo drasticamente a quantidade de empregos diretos, em virtude da intensa modernização. A expansão da fronteira agrícolas no Vale do Iuiú materializada pela monocultura algodoeira, traz a fragmentação dos territórios locais, passando a constituir uma articulação em redes a nível nacional é até internacional o que gera novas territorialidades, pautada no desenvolvimento da nova atividade econômica que territorializa desterritorializa e reterritorializa a interesse do capital.

A cadeia produtiva do algodão está entre as mais importantes do mundo. O Brasil, segundo Beltrão (1999), era responsável por mais de 1 milhão de empregos só no setor industrial. A mesma fonte mostra que na safra de 1971/1972, período em que começou a se expandir a monocultura em Guanambi, no Brasil foram plantados 416 milhões de hectares, representando 14% do total mundial. O crescimento progressivo levou o país, 13 anos mais tarde, com a safra 1984/1985, a ser o 4º exportador mundial, período que coincide com a maior produção na microrregião de Guanambi. Dados do IBGE indicam que só o Vale do Iuiú plantou 63.109 hectares, elevando a região a 1º produtor do Nordeste e a 3º do Brasil, reafirmando a viabilidade da produção de algodão nordestino.

Para Beltrão (1999, p. 20), estudioso do assunto, nessa região pode ser produzido um dos melhores algodões do mundo, bastando apenas que o produtor siga as recomendações técnicas para a condução da cultura, especialmente na colheita, produzindo facilmente algodão tipo 3 e 4, quando em outras regiões produtoras do Brasil e do mundo, geralmente se produz tipo 5 e 6. Entretanto, o processo de modernização tecnológica gerou uma clara diferença entre as regiões Nordeste e Centro-Sul. O trabalho desenvolvido na região Centro-Sul, desde o início do século XX, pelo Instituto Agrônomo de Campinas, e os esforços desempenhados pela indústria têxtil facilitaram, sobremaneira, a utilização de novas tecnologias no campo.

Os Estados de São Paulo e Paraná, maiores produtores do Centro-Sul na década de 70, modernizaram sua estrutura de produção, através de novas tecnologias: um novo sistema de produção veio desarticular as estruturas tradicionais no regime de parceria e arrendamento; ao contrário da região Nordeste e mais especificamente Guanambi, onde essas relações capitalistas de produção na década de 70 e 80 se intensificaram. Para Leite (1994, p. 136-137),

[...] a produção agrícola do sertão nordestino. Por um lado, a subordinação e dependência, tanto econômica quanto política, do pequeno produtor ao grande proprietário, decorrente da estrutura de uso e posse da terra vigente; por outro lado, as vantagens econômicas e sociais obtidas através

da utilização extensiva do solo[...] Assim, mantendo uma exploração extensiva do solo, o dono de grandes extensões de terra obtém rendimentos crescentes, conserva seus privilégios e domina elevado número de trabalhadores rurais.

Na fase monocultora o arrendamento e a parceria foram tão intensos, que alguns arrendavam as terras dos grandes proprietários e subdividiam-nas, cobrando dos trabalhadores o mesmo valor que tinham que pagar ao grande proprietário, 20 a 25% da produção. Essa taxa podia ser menor, a depender da aproximação do proprietário com o locador, variando de 5 a menos de 20; no entanto, 1% dos entrevistados alega não ter pago pelo seu uso.

Essa taxa, acima de 5% da produção, fez com que 95% dos entrevistados afirmassem que quem ganhava com isso era o dono da terra, que, além de não ter custo nenhum, garantia a matéria prima, pois o agricultor se comprometia a vendê-la para sua indústria. Atrelado a esse fator, estava o aluguel do trator no preparo da terra e os valores superfaturados dos agrotóxicos. O agrônomo A. S. sobre esta situação diz:

A gente plantava na propriedade das pessoas, cultivava a área, gradeava e tal e pagava uma renda de 20% da produção bruta para o dono da propriedade. Hoje a gente vê que essa renda era um absurdo, parecia que dava muito dinheiro, mas não; eu mesmo como técnico questionei várias vezes, a região onde havia resquício desta prática. Em São Paulo e sul de Minas Gerais cobrava-se em torno de 3 a 4%.

Essas práticas deram suporte ao processo de expansão capitalista, gerando exploração em escalas variadas: os médios produtores arrendavam as terras e repassavam-nas para os pequenos, criando assim uma espécie de sublocação e, conseqüentemente, uma desigual partilha dos bens. Esse tipo de subdivisão da locação mostrou-se lucrativa, levando alguns à condição de proprietários.

Nessas relações tornaram-se comuns as cartas de anuência, que se constituíam em autorização concedida pelo proprietário da terra, permitindo a sua utilização, determinando o tamanho da área e o prazo estipulado no sistema de parceria ou arrendamento; essa carta era pré-requisito para que o produtor tivesse acesso ao crédito rural. À medida que aumentava a crise, os grandes endividados recorriam aos pequenos, intensificando a expedição das cartas. Muitos foram os casos em que, quando o agricultor recebia o dinheiro do banco, repassava imediatamente para o proprietário, assim, o trabalhador era usado como bode expiatório. O agricultor A.J. comenta: “isso acontecia por não haver rigidez na emissão da carta de anuência, ela era dada ao deus-dará pelos grandes proprietários a terceiros”.

O plantio anterior a 1970 era feito de forma manual e animal; a terra era sulcada com o arado e depois recebia as sementes. Nas áreas mais acidentadas que dificultavam o manuseio com arado, o plantio era feito em covas, geralmente com uma distância de 70cm a 1 metro entre si. Após 1970, marcada pela mecanização da agricultura, progressivamente a máquina foi se tornando comum nessa área representada pelos grandes e médios produtores. Quanto ao pequeno, continuou o preparo do solo em moldes tradicionais, sendo normal o plantio no toco, uma vez que o agricultor, não fazendo uso de máquinas para o preparo do solo, retirava a vegetação nativa e não removia todo sistema radicular, ateava fogo e, em seguida, efetivava o plantio. Com a mesma frequência ocorria o plantio no pó, feito tanto nas grandes como nas pequenas propriedades e que consistia em preparar o solo, jogar as sementes na terra seca e ficar aguardando as chuvas. Esse procedimento era um tanto arriscado, pois, se a chuva não viesse, perder-se-iam as sementes, por isso os grandes produtores preferiam cultivar apenas uma parte da área. Depois da germinação das sementes se fazia o desbaste como prática de eliminação do excesso de plantas nas fileiras, com a finalidade de se obter um número de plantas desejado, sendo feito entre 15 e 20 dias após o plantio, necessitando de uma maior quantidade de mão-de-obra.

A prática do desbaste vigorou até a década de 1990. Hoje, o grande proprietário tem feito uso do plantio adensado. O algodão adensado pretende aumentar a produtividade e/ou a precocidade com relação aos sistemas de

plântio convencionais. No algodão adensado, a dossel fecha cedo, propiciando maior captação e aproveitamento dos recursos luz e água. O controle precoce do crescimento vegetativo com fitoregulador e a intensa competição entre plantas posteriormente favorecem potencialmente a precocidade. Porém, a literatura exhibe muita variabilidade nos resultados em termos de ganhos de produtividade e precocidade, em função das condições climáticas, principalmente pluviometria. Na prática, para os produtores, são decisivos os fatores econômicos, ou seja, redução de custo de produção. No vale do Iuiú o plântio adensado teve início há quatro anos, é feito com uma distribuição das plantas entre linhas de 45 cm e 7 a 10 plantas por metro linear, o que significa uma população de 154.000 a 220.000 plantas por hectares, entretanto, há propriedades que testam menor dimensão entre linhas (38-40cm).

A semeadura era efetuada através da semeadeira tratorizada, tração animal, matraca e pelo processo manual de acordo com as condições econômicas do produtor. O plântio acontecia de outubro a dezembro, começando a colheita a partir de março. Nas grandes propriedades a semeadura feita por tratores gerava uma grande necessidade de desbaste.

Sobre o assunto, escreveu Beltrão (1999, p. 514): “Na semeadura mecanizada, com uso de herbicidas e outros passos tecnológicos, mais avançados, o desbaste do algodoeiro chega a se constituir em problemas sérios para os produtores com área superior a 1.000 ha, como aconteceu no sudeste da Bahia.”

Essa citação mostra a necessidade de ajustamento das máquinas plantadeiras na distribuição das sementes, evitando a prática do desbaste ou raleamento em áreas sujeitas a veranicos e/ou irregularidade na distribuição de chuvas; é o caso do universo estudado, onde pode ocorrer redução dos rendimentos.

Os pequenos e os médios produtores adquiriam as sementes dos grandes proprietários, essas, na maioria, se constituíam em caroços embora fossem vendidas como sementes. A diferença entre a semente e o caroço se constitui em a primeira ter maior poder germinativo e produtivo e, por ser tratada, é menos susceptível a praga e doenças. Quem ganhava com isso era o grande proprietário (usineiros), que agregava maior valor ao produto. Nas

entrevistas, 100% de fornecedores de sementes alegam que, por terem adquirido a semente no IAC (Instituto Agrônomo de Campinas), estas podiam ser utilizadas e propagadas por mais três gerações.

A prática da capina era feita manualmente apesar do uso dos herbicidas, no caso da grande e média propriedade. Segundo 90% dos entrevistados, o número de capinas dependia da qualidade do solo, geralmente não excedendo a 5 limpas. Para esse trabalho se dava preferência à mão-de-obra de crianças e mulheres, por ser mais barata.

Nas pequenas propriedades ainda hoje é costume se deixar a soqueira, restos de plantas que brotam para posterior colheita. Este procedimento é condenado pela Secretaria da Agricultura/BA, existindo uma legislação específica que determina o arranque para evitar proliferação de doenças e pragas (Portaria ADAB 186/00, de 21/11/00).

Na produção do algodão, o inseticida como componente do processo de modernização da agricultura ganhou destaque na área monocultora, que intensificou o seu uso. No entanto, o manuseio não recebeu a atenção devida, gerando vários problemas de saúde.

As pulverizações eram feitas com pulverizadores costais, aviões agrícolas ou canhões acoplados ao trator. Em referência a década de 1990, 90% dos grandes produtores entrevistados disseram que, no momento de passar o veneno, a população não estava no campo, isto se constituiu em exceções. Geralmente havia exposição direta: quando o avião passava, os trabalhadores recebiam jatos de solução. Devido às exposições ao produto, era comum os trabalhadores apresentarem sintomas de intoxicação tais como: dores de cabeça, mal-estar, vômito e, nos casos mais extremos, paralisia e morte. É o caso descrito pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), que testemunhou um senhor entre 40 e 50 anos, vindo do Recôncavo Baiano e que se encontrava trabalhando em uma área que estava sendo pulverizada por avião. Dias depois começou a perder a sensibilidade, ficando paralítico. O mais agravante de tudo foi a falta de sensibilidade do proprietário, que o largou à própria sorte em um abrigo na cidade de Guanambi. Este é um caso ilustrativo dentre tantos outros.

A pulverização feita por aviões acarretava a contaminação das águas, apresentando-se estas geralmente com uma película branca. Casos de morte também foram registrados pela contaminação da água. Segundo relatos, uma família, depois de beber essa água, veio a falecer. Essa família era composta por quatro membros, e a esposa estava grávida. Outros relatos são feitos por trabalhadores rurais que alegam terem tido problemas de saúde, principalmente dores de cabeça e vômito, após entrarem em contato com os agrotóxicos. Quando inquirido sobre o uso de equipamentos de produção, 100% dos trabalhadores rurais entrevistados alegam não ser a parte da realidade do Vale. Ainda respondendo aos questionamentos O Agricultor P. Santos faz a seguinte alusão *“moça naquele tempo não existia essa coisa de máscara e proteção, todas nós estávamos sujeitos a sofrer as mazelas provocadas pelo veneno”*. Acrescenta que a realidade agora é outra, apesar de alguns agricultores continuarem fazendo da mesma forma, hoje temos um sério problema, necessitamos colocar agrotóxicos em quase todas as lavouras, o que eleva os custos de produção. Nas palavras desse agricultor, reforçada em outras falas, percebe-se como o ecossistema foi afetado, mostrando que as mudanças no sistema de produção através da introdução de novas tecnologias nos agrossistemas não foram acompanhadas de uma preocupação com a avaliação da relação custo-benefício, e isto acabou gerando o aparecimento de pragas, ou seja, nos ecossistemas naturais em equilíbrio não existem pragas para Graziano Neto (1982:100) *“... a praga ou o seu aparecimento é, nesse sentido, um importante indicador biológico de que algo foi ou está sendo drasticamente alterado no ecossistema.”*

O aumento das pragas está diretamente relacionado à resistência aos venenos, ocorrendo quando indivíduos de uma espécie deixa de ser suscetível a determinadas praguicidas e transmitem os genes da resistência para seus descendentes. Deste modo, em pouco tempo a espécie passa a ser resistente.

Outro fator que merece um estudo mais aprofundado refere-se à condição dos mananciais na área estudada, pois, pertence à bacia do São Francisco, considerada uma das mais importantes do Brasil. Infelizmente, não existe nenhum estudo da qualidade das águas.

O uso irracional do inseticida não pode ser visto exclusivamente como má-fé do produtor; aliado a isso está o interesse financeiro do fabricante e a omissão de órgãos competentes.

O declínio da monocultura de algodão não significou o fim do uso de inseticidas no Vale do Iuiú. Um percentual de 86,67% dos entrevistados declara que fazem uso de agrotóxicos e herbicidas. Os principais inseticidas utilizados podem ser observados na figura 20.

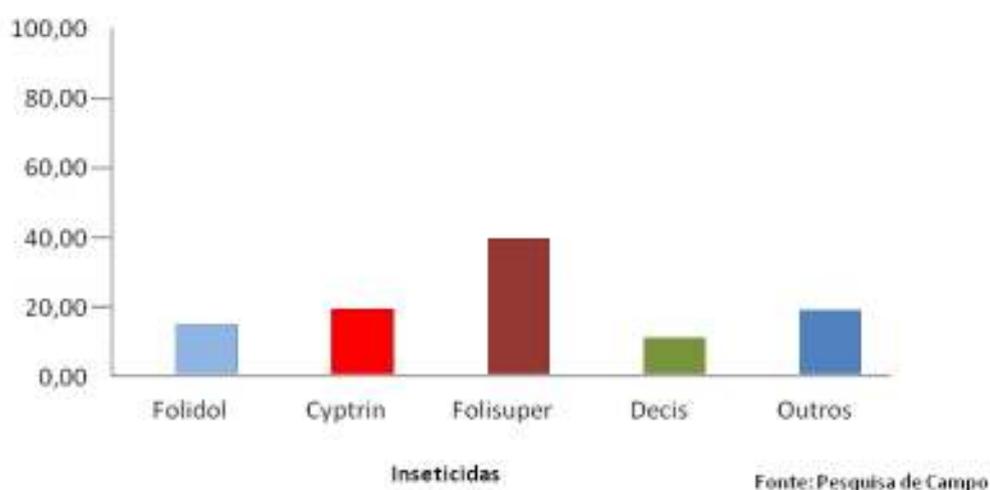


Figura 20: Principais inseticidas utilizados no Vale do Iuiú

Dos entrevistados que afirmam fazerem uso de inseticidas, o Folisuper® (metil paration) é o mais utilizado com um percentual 38,78 seguido pelo cypitrin, folidol e decis que corresponde respectivamente a 18,37, 14,29 e 10,20. O cyprtrin é um inseticida piretróide sintético que age por contato e ingestão, efetivo no controle de um grande número de pragas, especialmente Lepdoptera (lagartas) nas culturas de algodão. O Folidol é um inseticida e acaricida organofosforado utilizado principalmente para combater o bicudo, um dos principais insetos-praga da cultura do algodoeiro. O Folisuper também é um inseticida e acaricida de contato e ingestão do grupo químico organofosforado, mais utilizado para combater a lagarta- da- maçã, pulgão, curuquerê. O Decis é um inseticida de contato e ingestão do grupo piretroide

utilizado nessa área para combater principalmente o bicudo e a lagarta das maçãs.

Como foi dito anteriormente o produtor do Vale do Iuiú incorporou à sua prática agrícola o uso de inseticida, iniciada pela cultura do algodão e estendido aos demais cultivos. A aplicação do inseticida na atualidade é feita nas grandes propriedades por pequenos aviões, pulverizadores, tratorizados e nas pequenas por pulverizadores costais. Quanto à segurança na aplicação, os agricultores declaram ter os cuidados necessários, no entanto, observamos em algumas propriedades a execução desta tarefa sem o uso de alguns equipamentos, a exemplo da máscara. Contudo, não podemos deixar de lembrar que a partir dos anos 2000 e exigência de lei a utilização das EPI (Equipamentos de Proteção Individual) através do decreto n 4074/2002 que determina os seguintes equipamentos: Macacão de algodão hidrorrepelente com mangas compridas, chapéu impermeável de abas largas, avental impermeável, óculos protetores ou viseira facial, máscara descartável cobrindo o nariz e a boca, luvas e botas de borracha.

Neste sentido, no Vale do Iuiú a ação do poder público pode ser observada com a implantação do Projeto Campo Limpo, representado pela inauguração do posto de recolhimento (figura 21) de embalagens de agrotóxicos em 20 de junho de 2008, sediado no município de Palmas de Monte Alto. Segundo dados do ENDAGRO nesse mesmo ano a central de Bom Jesus da Lapa, para onde segue as embalagens recolhidas do Vale do Iuiú recebeu um total de 42.943, dados oferecidos por esse mesmo órgão mostra que a central de Barreiras (Tabela 06) recebeu um total de 1.533.029. Esses dados reforçarão a afirmação da nova territorialidade do algodão. Observando o quadro abaixo verificamos o potencial da fronteira agrícola do Oeste Baiano, quando do total de 1.742.711 Barreiras participa com um percentual de 87,97.

Tabela 06: Quantidade de embalagem recolhida, ano 2010

CENTRAIS	Processado	Estoque	Total	Meta
Barreiras	1.365.508	167.521	1.533.029	1.200.000
Bom Jesus da Lapa	11.570	31.373	42.943	40.000
Conceição do Jacuipe	44.089	25.769	69.108	50.000
Ilhéus	330	10.757	10.757	20.000
Irecê	2.320	30.675	32.995	20.000
Texeiras de Freitas	63.482	19.890	82.372	60.000
Vitória da Conquista	72.060	24.847	94.507	65.000
TOTAL	1.559.359	310.832	1.742.711	1.455.000

Fonte: EBDA



Fonte: Pesquisa de Campo

Figura 21: Posto de recolhimento de embalagem de agrotóxico de Palmas de Monte Alto, área externa (a) - área interna (b).

A construção da base de recolhimento vem como uma iniciativa do governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV), Prefeitura Municipal de Palmas de Monte Alto e Associação dos Revendedores de Produtos Fitossanitários de Guanambi e Região. A construção de projeto apresenta como pano de fundo o discurso da agricultura sustentável, no entanto, não se observa nenhuma ação no sentido de redução do uso de

inseticidas e nem tão pouco de incentivo que conduza realmente à sustentabilidade.

Apesar de implantação do espaço de recolhimento de embalagens, os pesquisados apresentam respostas variadas para o destino das embalagens vazias que também é amparada no seu recolhimento pelo decreto n 4074/2002, no artigo 53 diz que os usuários de agrotóxicos e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias, e respectivas tampas, aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridas, observando as construções constantes dos rótulos e das bulas, no prazo de até um ano, contado da data de sua compra, complementando no parágrafo 1 se, ao término do prazo que se trata o caput, remanescer produto na embalagem, ainda no seu prazo de validade, será facultado a devolução de embalagens em até seis meses após o término do prazo de validade.

Decreto n° 4070/2002 coloca que os cuidados com as embalagens são de responsabilidade de usuários, revendedor e fabricante. Os usuários devem: Preparar as embalagens e devolver nas unidades de recebimento; armazenar na propriedade, em local apropriado, as embalagens vazias até a sua devolução; transportar e devolver as embalagens vazias, com suas respectivas tampas e rótulos, para a unidade de recebimento iniciada na nota fiscal pelo canal de distribuição, no prazo de até um ano, contado da data de sua compra. Se, após esse prazo, remanescer produto na embalagem, é facultado sua devolução em até seis meses após o término do prazo de validade. Entretanto, apesar da disposição da lei o trabalho de campo revelou uma realidade na direção contrária ao exposto na lei, dos pesquisados apenas 2% afirmam entregar os recipientes, os demais que equivale a 88% afirmam dar outro destino a embalagens. Sendo que 20% afirmam enterram na propriedade e 68% praticam a queima do material. Ao ter conhecimento da realidade foi perguntado ao órgão de assistência técnica

Na década de 1980 a indústria centrada em Guanambi funcionava em três turnos, com toda sua capacidade. Em contra partida, hoje estas usinas têm em média de 4 a 5 funcionários fixos e o trabalhadores temporários são inexpressivos.

O tratamento dispensado aos trabalhadores da usina não era diferente do que se dispensava aos da indústria, lembrando que os usineiros também eram plantadores. Para Wanderley (1979, p. 31):

[...] a função dirigente do proprietário não se limita à esfera da produção agrícola. Em muitos casos, (na produção do açúcar, do café, do algodão, por exemplo), esta sofre uma primeira transformação (beneficiamento ou industrialização) antes de ser comercializada. O proprietário rural também exerce seu controle sobre estas atividades, através da propriedade dos meios de produção industriais correspondentes.

Nas usinas, entre as principais reclamações estava a falta de equipamentos de proteção como máscara e protetores de ouvido, o que levou pessoas a perderem parcialmente a audição. Segundo alguns entrevistados, existia uma lista composta dos nomes daqueles que desagradavam a seus patrões. Uma vez pertencendo à lista, não se conseguia mais emprego. Como no período áureo a usina funcionava noite e dia, intensificava-se a exploração da força de trabalho; no período noturno os direitos garantidos em lei eram esquecidos e aqueles que ousassem questionar passariam a fazer parte da mencionada lista.

Quanto ao pessoal ocupado na agropecuária, entre 1970 a 1975 houve um decréscimo. Posteriormente se observa um crescimento, que atingiu seu ápice em 1985, quando 21.908 pessoas trabalhavam na atividade agrícola, coincidindo com o apogeu da cultura algodoeira. Já em 1995/1996, quando o algodão entra em crise, verifica-se, de forma geral, uma queda no número de pessoal ocupado na atividade agropecuária.

4.9 Elementos da dinâmica do cultivo e beneficiamento do algodão

Como enfatizado no primeiro capítulo, a cultura do algodão é milenar. No Brasil, quando da sua descoberta, os índios já praticavam essa cultura. No entanto, só a partir do século XVIII, com o desenvolvimento da

indústria europeia e a crise de produção norte-americana, é que o Brasil começa a produzir em escala comercial, desenvolvendo-se a produção na Região Nordeste.

No sertão baiano, região em que se encontra localizado o município de Guanambi, a cultura algodoeira de base monocultora se formou a partir de 1970, favorecida por vários fatores, a começar pela própria tradição do cultivo da malvácea, que desde o período colonial projetou econômica e socialmente plantadores e comerciantes. Além dessa tradição, é necessário lembrar que o algodão contava com garantia de mercado a nível nacional e internacional.

Outro motivo foi a política creditícia do governo a fim de garantir a expansão do capital no campo, política que se estendeu para a área de beneficiamento do produto. Outro fator que vem respaldar essa expansão é o processo de concentração da propriedade, principalmente no Vale do Iuiú, terras consideradas de alta fertilidade para o cultivo do algodão. Essas eram apossadas por serem consideradas devolutas ou adquiridas por preços irrisórios daqueles que não tinham condições de beneficiá-las e, outras vezes, através de conflitos com posseiros. No Vale, a paisagem rapidamente foi transformada, os posseiros em suas casas de taipa evidenciam uma verdadeira excrecência num espaço cada vez mais tomado pelas modernas casas de fazenda. Desta forma, fica claro o resultado de um processo de exclusão dos mais fracos, frente a lógica perversa da acumulação desigual e da seleção dos mais fortes, pelo acesso que lhes é proporcionado pelo grande capital (Haesbaert, 1997). Essa colocação do autor refere-se ao Oeste Baiano o qual pode ser estendido ao Vale do Iuiú. Nesse quadro está imbuído o processo de TDR, constituindo duas realidades diferentes, a dos posseiros com tradições locais, mais territorializadas e a dos recentes capitalistas, mais desterritorializante. Diante do exposto, o processo de reterritorialização e posto em curso.

À medida que a área de cultivo se expandia, a cidade de Guanambi também ganhava posição de destaque, passando a sediar as usinas de beneficiamento de algodão, atraindo pessoas e serviços, fazendo com que a população do município crescesse em ritmo acelerado, como é mostrado na tabela 03. Esse crescimento também pode ser observado na atividade

comercial, onde dos municípios da microrregião, Guanambi foi o que apresentou maior número de estabelecimentos e pessoal ocupado na microrregião entre 1970 a 1985, conforme ilustrado na tabela 07.

Tabela 07: Estabelecimento comercial e pessoal ocupado na Microrregião de Guanambi/BA

Municípios	Ano							
	1970		1975		1980		1985	
	Est.	P. Ocupado						
Caculé	74	138	84	155	112	203	106	227
Caeteté	210	314	202	406	270	466	159	367
Candiba	53	58	83	119	57	60	40	73
Guanambi	250	381	319	598	414	890	336	1144
Ibiassucê	37	59	41	64	62	80	28	63
Igaporã	40	77	103	256	73	94	65	152
Jacaraci	33	69	42	90	59	84	41	78
Licínio de Almeida	36	61	43	173	65	109	37	46
Malhada	89	103	135	209	198	256	73	197
Mortugaba	34	56	40	69	64	75	56	97
Palmas de Monte Alto	57	66	70	121	123	209	40	96
Pindaí	61	68	85	117	43	71	38	77
Riacho de Santana	110	130	142	230	325	408	106	150
Sebastião Laranjeiras	34	59	31	48	29	38	22	37
Urandi	35	67	39	66	80	117	26	50
TOTAL	1153	1706	1459	2721	1974	3160	1173	2854

Fonte: IBGE - Censo Comercial, 1970/1975/1980/1985

Ao avaliar o crescimento da população, percebe-se que o processo de urbanização de Guanambi se efetiva em 1980, quando a população urbana ultrapassa a população rural, e continua crescendo até atingir 75,29% em 2000. As taxas mais elevadas ocorrem no período em que se dá o cultivo do algodão e a montagem do parque industrial da cidade de Guanambi. De acordo com Silva (1999, p. 119).

No Brasil a intensa modernização da agricultura a partir de 1960, foi o principal responsável pelas elevadas taxas de expulsão da população rural, o que, num contexto de ampla disponibilidade de força de trabalho para o setor industrial, passa a constituir uma das raízes da “inchação” das periferias, do subemprego e da crise urbana do período recente.

A citação mostra o resultado da saída do homem do campo para as cidades. Nesta microrregião, por ser Guanambi a cidade de maior poder de atração, em função de sediar as indústrias e deter maior capital financeiro e comercial, essa cidade vai absorver a maior parte da população expulsa da zona rural e de outros municípios da microrregião. No entanto, a maior parte da população que se dirigiu para a cidade vai fixar moradia nas áreas periféricas, pois, além de os solos urbanos serem caros, a grande parcela da população só dispõe da venda da sua força de trabalho, garantindo apenas a reprodução da sua existência. Em Guanambi essa diferenciação de ocupação do solo é bastante evidente. As figuras 22 e 23 mostram as duas realidades: 22, casebres construídos ao pé do morro, o que representa entre os grupos sociais os mais desterritorializados, e na 23 casas que ocupam quarteirões, mostrando as contradições e diversidade na paisagem urbana. “A presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade sócio-espacial que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão constante, quanto pelas formas de trabalho e de vida” (Santos, 1997, p. 259).



Fonte: Trabalho de campo

Figura 22: Rua no Monte Pascoal – Guanambi/BA



Fonte: Trabalho de campo

Figura 23: Parte nobre da cidade - Guanambi/BA

Como em toda cidade de rápido crescimento econômico, em Guanambi, a presença da classe alta se revela no arranjo das edificações com construção de casarões, estendendo-se também às suas propriedades rurais; algumas começaram a ser construídas no início dos anos 90 e ficaram inacabadas, mostrando que o enriquecimento se devia à produção intensa do algodão.

O cultivo do algodão de base monocultora alterou a rotina da pacata cidade de Guanambi; conforme depoimentos, tornou-se comum os novos ricos do ouro branco fazerem constantes viagens dentro do país e até mesmo no exterior e buscarem serviços diversos em centros maiores como Montes Claros, Salvador e Belo Horizonte. Dos entrevistados, 80% dizem que as mulheres ricas da cidade iam a Montes Claros em busca de serviços, de espécies variadas, como, por exemplo, manicura. O transporte utilizado para tais tarefas era geralmente o aéreo. Na microrregião o tráfego aéreo era representativo, principalmente na atividade agrícola, para a pulverização.

No município de Guanambi, devido a produção ter se desenvolvido em pequenas e médias propriedades, a quantidade de tratores era pequena se comparada à da região do Vale do Iuiú. Mesmo assim, segundo dados do IBGE, na década de 70, o município possuía 7 tratores; dez anos depois, 1980,

passou para 93, representando um crescimento de 1.228,57%. O gráfico abaixo(figura 24) faz um comparativo entre o número de tratores do Vale do luiú e Barreiras. De 1970 a 1980 o Vale possuía um número superior, entretanto a partir de 1985 Barreiras ultrapassa o Vale, justificada pela expansão do cultivo da soja no Oeste Baiano, pois neste momento a produção de algodão na Bahia estava concentrada na região Sudoeste, mas especificamente no Vale do luiú. Nos anos de 1995/96 a 2006, o Vale mantém a quantidade de tratores, no entanto, Barreiras supera em 600%. Neste momento, podemos afirmar que essa elevação reflete a expansão conjugada da soja com a lavoura algodoeira.

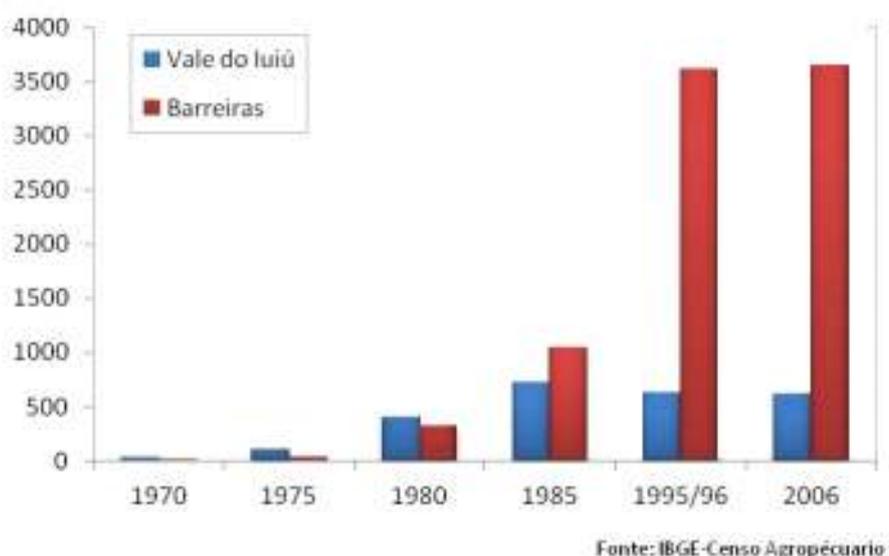


Figura 24: Número de tratores segundo a região

Quanto à utilização de fertilizantes, a tabela 08 mostra a inserção gradual da adubação química e uma oscilação da orgânica, revelando um parcial processo da modernização agrícola.

Tabela 08: Utilização de adubos químicos e orgânicos – Município de Guanambi/BA

Ano	Adubação			
	Química (T)	Variação Percentual de Crescimento	Orgânica (T)	Variação Percentual de Crescimento
1970	2	0	45	0
1975	78	3800	5	-88,89
1980	130	66,67	76	1420
1985	189	45,38	216	184,21
1995/96	253	33,86	323	49,54

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

As maiores colheitas de produção de algodão brasileiro ocorreram no ano agrícola de 1984/85. Nesse mesmo período, a tabela (Tabela 09) comparativa nos mostra que a produção também cresceu em nível de Nordeste, Bahia, Guanambi e microrregião, sendo esta última a que apresentou a maior produção, pois dos 35,86% da participação da Bahia em relação ao Nordeste, 82,74% era advindo da microrregião de Guanambi. Na mesma tabela também pode ser observado que no ano de 1995/96 houve um declínio na produção nacional. O Brasil, que em 1985 teve uma produção de 2.178.455 toneladas, passou, segundo os dados de 1995/96, para 814.188 toneladas. Em se tratando da microrregião, o declínio foi de 48,31%.

Tabela 09: Comparativo da produção de algodão entre Nordeste/Brasil, Bahia/Nordeste, Microrregião de Guanambi/Bahia, Guanambi/Microrregião

Ano	Produção	Regiões				
		Brasil	Nordeste	Bahia	Microrregião	Guanambi
1970	T	1.261.700	100.923	26.620	11.593	1.706
	%	100	8	26,38	43,55	14,72
1975	T	935.979	131.435	22.817	13.087	1.734
	%	100	14,04	17,36	57,36	13,25
1980	T	1.170.597	124.634	26.733	21.246	1.122
	%	100	10,65	21,45	79,47	5,28
1985	T	2.178.455	399.791	143.364	118.615	7.576
	%	100	18,35	35,86	82,74	6,39
1995/96	T	814.188	76.225	43.775	15.072	1.151
	%	100	9,36	57,43	34,43	7,64
2006	T	2.350.132	777.078	649.237	8.640	110
	%	100	33,06	83,54	1,33	1,27

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006

No período de 1985, o município de Guanambi e o Vale do Iuiú também apresentaram maior área plantada e maior produção, como pode ser visualizada na tabela 10.

Tabela 10: Produção e área plantada de algodão em Guanambi e Vale do Iuiú

Municípios	Ano											
	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Área (ha)	Qde (T)										
Guanambi	4774	1706	3893	1734	3220	1122	9684	7576	3001	1151	207	110
Palmas de Monte de Alto	2758	817	4290	3777	6745	8628	22460	22061	3814	2864	1361	3722
Sebastião Laranjeiras	1833	607	1182	582	2016	1931	10253	11078	1424	640	47	37
Iuiú	-	-	-	-	-	-	-	-	4259	2737	745	1194
Malhada	4741	1242	298	91	3980	3997	30396	42398	9115	5868	1943	3389

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006.

Na década de 80, o Estado da Bahia passou a ser um dos maiores produtores de algodão do Brasil. Nessa ocasião a sua participação no cenário nordestino foi de 67,3%, equivalendo a 13% da produção brasileira. Quase 100% dessa produção estava centralizada no sudoeste baiano, tendo como maior representação o Vale do Iuiú e Guanambi, o centro de beneficiamento e comercialização. Entretanto, no final dessa década, a região começa a dar sinal de decréscimo, sendo desarticulada nos anos 90.

Segundo Beltrão (1999, p. 36), a partir de 1991/92 o Brasil começou a aparecer entre os 10 maiores países importadores de algodão, ocupando o 3º lugar em 1992/93 e 1993/94. O 5º, em 1994/95 e o 2º em 1996/97, já tendo sido ele um grande exportador: esteve entre os 10 principais nos biênios 1945/46 e 1973/74, chegando, inclusive, a 3º maior exportador do período 1967/70.

O modelo de produção localizado no Nordeste do país e nos Estados do Paraná e São Paulo entrou em colapso em decorrência da abertura do mercado à importação, no final da década de 80, associada à falta de competitividade no mercado global. O abandono do modelo de produção, no início da década de 90, levou o Brasil a se tornar um dos maiores importadores mundiais de algodão (Atualidades, set./02, p. 04).

A crise do algodão na década de 90 não pode ser analisada apenas na esfera local, pois o algodão faz parte de uma cadeia produtiva, necessitando contextualizar-se tanto dentro quanto fora da porteira da unidade de plantio.

Vários foram os fatores que levaram a região do ouro branco a apresentar sinais visíveis da crise: mudança na política agrícola do governo com retração de financiamentos bancários; indexação de custeios e inflação que ocasionou o endividamento dos produtores; problemas de ordem climática e o surgimento da praga do bicudo; problema de ordem tecnológica, envolvendo o uso de sementes certificadas; limitações do uso de fertilizantes; manejo deficiente dos tratos culturais e fitossanitários e até mesmo o baixo nível de instrução dos produtores e, por último, concorrência com os preços externos de menor valor em função de se produzir com maior tecnologia, o que levava à redução dos custos.

A microrregião de Guanambi, apresentou indício de crise a partir de 1990, o setor produtivo algodoeiro declinou, levando a maioria dos produtores ao endividamento e ao desfalecimento da atividade de beneficiamento; as usinas migraram para novas fronteiras produtivas do Mato Grosso e Oeste baiano. A figura 25 nos dá uma noção do crescimento da atividade algodoeira na região do oeste baiano e estado de Mato Grosso, onde percebemos que a área plantada nas três regiões se mantiveram aproximadamente constantes no período de 1990 até 1997. Nota-se o crescimento da área plantada no estado de mato grosso e na microrregião de Barreiras e o declínio na microrregião de Guanambi. A expansão da fronteira agrícola no cerrado brasileiro, o qual barreiras pertence, acontece na década de 1980 marcado por uma agricultura moderna e pautada na expansão do capital financeiro e agroindustrial, apresentando caráter excludente e desterritorializador. Heasbaert(1997, p) afirma:

[...] fenômenos como a grilagem, muito mais alardeados quando se trata da “fronteira” amazônica, ali também foram (e, em parte, ainda continua sendo) perversos; a atração dos expropriados do sertão nordestino, aqui muito mais próximo, também gera uma

massa de excluídos na periferia de cidade como Barreiras, cuja população simplesmente quintuplicou em apenas 10 anos.

A entrada do capital nessa área possibilita o uso de novas tecnologias e promove uma desterritorialização rápida, por ser estabelecida em um espaço já ocupado por atividades agrárias tradicionais, porém, o principal produto nessa fase era a soja; o algodão passa a ocupar papel preponderante somente na década seguinte. Podemos observar na figura um declínio da área plantada de 2003 a 2004, fato que aconteceu em todo o mundo, inclusive nos maiores produtores, China e Estados Unidos. Isso ocorreu devido à queda dos preços provocada pelo aumento da produção mundial, que na safra de 2001/2002 atingiu o Recorde de 21.327 mil toneladas, contra 19.321 mil toneladas da safra anterior, enquanto o consumo se encontra estabilizado (Anuário Brasileiro do Algodão: 2002). Barreiras no início de 2000, implantou infraestrutura de transporte, comunicação e energia, além de incentivos diretos, como contrapartida aos investimentos dos produtores. Também foi criado o Proalba, programa em que o Estado renuncia a 50% do ICMS a que teria direito sobre a venda do algodão. O cotonicultor retém, diretamente, 40% do valor do tributo para se capitalizar e investir em tecnologia. Outros 10% são recebidos para o fundo de desenvolvimento do Agronegócio do algodão (Fundegro), com o objetivo de financiar quatro ações básicas: desenvolvimento da pesquisa agrícola e tecnologia; defesa fitossanitária; monitoramento ambiental e promoção do agronegócio.

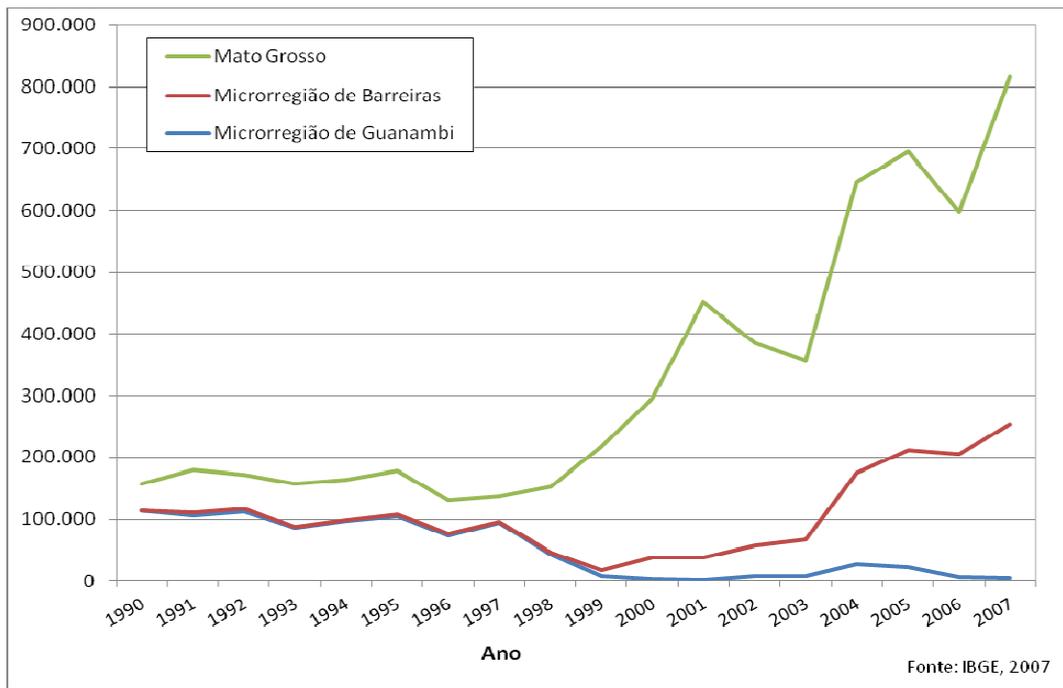


Figura 25: Área plantada de algodão em hectares

4.10. Política creditícia

Através da política de modernização da agricultura no Brasil, iniciada a partir dos anos sessenta, o espaço nacional apresentou alguns avanços que provocaram mudanças no sistema produtivo agrícola. Os capitalistas rurais adotaram técnicas de produção que tinham como principal objetivo aumentar a produtividade e conseqüentemente o volume total dos produtos; isso visando a atender o mercado interno em expansão, como conseqüência direta da evolução demográfica observada na última metade do século XX, como também as exportações. O principal empreendedor nesse processo foi o Estado brasileiro, o qual implementou uma política de desenvolvimento baseada na difusão de novas tecnologias e criação de novos conhecimentos e insumos, permitindo maior produtividade e melhores rendimentos nas atividades agrícolas, impulsionando assim o crescimento econômico.

O mercado consumidor aquecido serviu como pano de fundo para adoção de novas técnicas que levaram ao aumento da produção no país; tal processo não ocorreu de forma homogênea, mas desigual, tanto em nível

espacial como regionalmente. Tiveram acesso às novas tecnologias os produtores do Centro-Sul e do Nordeste, geralmente os que dispunham de capital, ficando à margem os produtores menores e descapitalizados. Em meio à instabilidade brasileira, o Estado normalmente tem desempenhado o papel de provedor, no sentido de garantir recursos para uma parte dos produtores. Em algumas unidades da federação esse também é assegurado de demandas através da aquisição de uma parte considerável da produção gerada para atender aos programas sociais, nutricionais destinados a atender população carente residente essencialmente no espaço urbano. Embora a ação estatal gere incentivos intentando a expansão da atividade, muitas dificuldades o setor tem atravessado.

O principal elemento considerado pelos agentes financeiros estatais quanto da liberação de recursos para a agropecuária, é o tamanho da propriedade, além dos bens e equipamentos existentes na unidade rural. Logo, quanto maior o estabelecimento, em área, maior a liberação de capital feita pelo governo a esses produtores que objetivam modernizar-se e alcançar melhorias para o seu negócio.

No final dos anos 80, com a implantação do plano cruzado, a economia brasileira dá os primeiros indícios de queda e o setor agrícola passa a ser o mais afetado em função de os recursos a ele destinados terem sido reduzidos. Em 1990, com a decretação do plano de combate à inflação (Plano Collor), a safra agrícola foi bastante afetada, conforme coloca Silva (1996, p. 135):

[...] de um lado, o seqüestro dos recursos financeiros deixou a maioria dos agricultores com dificuldades para dar continuidade até mesmo às atividades de colheita. De outro, a correção dos financiamentos rurais (pela variação do IPC de março de 84%), muito acima dos preços mínimos (pela variação do BTN de março de 42%) impediu que os produtores saldassem suas dívidas com os cruzados bloqueados.

Essa política atingiu em cheio os agricultores da microrregião de Guanambi que estavam acostumados a produzir com recursos do governo. Com a política neoliberal, que objetivava, entre outras medidas, enxugar a máquina governamental, reduzindo a intervenção do estado na agricultura, deixando a força de mercado livre para reorganizar a distribuição espacial da produção, nota-se a atuação de forças externas na política nacional.

A política agrária lastreada no crédito farto e barato havia exaurido, praticamente todos os subsídios foram retirados, passando o produtor a pagar uma taxa real de juros acima da correção monetária e a forte aceleração da inflação era repassada para os setores econômicos. Estes, por sua vez diversificam suas atividades com pecuária, feijão de corda, fruticultura irrigada e comércio.

Anunciadas as diretrizes da política Collor para a agricultura, elas eram compostas por: uma nova política de investimento; políticas de preços; programa de competitividade agrícola e de regionalização da economia. No entanto, essas metas não foram cumpridas; as únicas implantações foram as referentes às novas regras para o crédito rural e para os preços mínimos. Sobre essa questão Silva (1996, p. 135) faz a seguinte abordagem:

Em relação ao crédito rural mantém-se basicamente a mesma sistemática anterior de corrigir os empréstimos pela inflação passada e de fixar os limites de recursos emprestados em virtude do tamanho do produtor. Apenas aumentou-se a parte do financiamento, contratado livremente às taxas de mercado: na verdade, isso facilitou ao sistema bancário praticar uma “taxa média de juros” para os empréstimos rurais bastante mais elevados que nos anos anteriores.

A política de afastamento do aparelho estatal da atividade agrícola gerou descontentamento, principalmente da bancada ruralista, que exigiu mudanças como a unificação dos preços mínimos do Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Isso levou o governo a se comprometer em ajudar na recuperação dos preços agrícolas, adotando tarifas compensatórias para reduzir os efeitos das importações e a definir um preço não subsidiado para liberação dos seus

estoques reguladores. Esse plano não foi estendido à região Nordeste, levando a uma rápida derrocada dos produtores, que não tiveram condição de permanecer na atividade. Hoje, no município de Guanambi, apesar de o quadro VII apresentado pela Secretaria da Fazenda registrar seis indústrias de beneficiamento ativas, na pesquisa *in loco* foram identificadas apenas quatro (Agrofibra, Sayonara, Fernandes e SANBRA), evidenciando a crise do setor industrial.

Quadro VII: Usina de beneficiamento de algodão na microrregião de Guanambi.

Cidade	Ativas	Inativas
Caculé	1	-
Caetité	-	1
Candiba	1	-
Guanambi	6	10
Igaporã	-	1
Iuiú	1	-
Palmas de Monte Alto	3	1
Pindaí	-	1
Urundi	1	-
TOTAL	13	14

Fonte: Secretaria da Fazenda, 2003.

Do médio produtor de algodão, segundo os entrevistados, 98% retiraram-se da atividade de produção de algodão, diversificando a sua produção. Quanto ao pequeno, este ficou na pior situação, pois encontrara dificuldades em reativar ou mesmo diversificar a produção. A inadimplência foi geral; dos grandes produtores entrevistados apenas 1% alega ser a exceção de não dever ao banco, por ter saldado seus débitos e saído da atividade antes da derrocada final. Dentro de hegemonia do grande estabelecimento, portanto, de elevada concentração fundiária como é a realidade do nordeste brasileiro e no caso em questão, o Vale do Iuiú, as políticas estatais de geração de crédito e subsídios para a produção, destinaram prioritariamente a essas propriedades e as agroindústrias, os quais dispõem de maiores facilidades de acesso a tais recursos. O modelo, então, é de exclusão em vez de inclusão dos pequenos aos benefícios das políticas públicas. Vale ressaltar que a inadimplência junto aos bancos estatais se fez presente em praticamente todo o país, atingindo a

maioria dos produtores, desde o pequeno até o grande. Os valores mais elevados se referem prioritariamente aos grandes estabelecimentos. Dentre os grandes produtores, 99% disseram já ter procurado o banco e ter feito a proposta de entregar suas terras como forma de pagamento, mas que a instituição bancária não tem se mostrado interessada. Apenas um grande produtor conseguiu negociar com o governo a partir do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) uma área destinada a política de assentamento, como forma de amortecer a dívida.

As negligências das grandes produtoras e as pressões dos latifundiários levaram o governo a buscar uma forma de amenizar a situação, através da securitização das dívidas. Sobre a securitização, explica o representante do agente financeiro, que em 1995 o banco, através da medida do governo, fez a securitização. Na época era a prorrogação da dívida em sete anos. Em 1997 ou 98, o governo editou a medida do PESA (Programa Especial de Saneamento de Ativos). Nessa medida, quem não tinha feito a securitização poderia fazer o PESA que alargava a dívida por um período de vinte anos. Segundo dados do BNB, o montante da dívida é de R\$ 13.510.000,00 equivalente a 1.902 contratos. Esse endividamento passa a ser obstáculo para novos empréstimos. Segundo a mesma fonte, o último financiamento feito para algodão foi no ano de 1998, sendo que existe pretensão de financiamento para a safra 2003/2004. No entanto, só terão acesso a esse crédito aqueles produtores que tiverem cumprindo seus compromissos com a negociação da dívida e que se enquadrem no novo pacote tecnológico estabelecido para a cultura de algodão na região, a exemplo da subsolagem, adubação e manejo integrado de pragas (MIP). Quanto à inadimplência no Banco do Brasil, o Banco não forneceu os dados, alegando estar organizando os arquivos e ter repassado esses dados para a Agência de Barreiras.

A medida do PESA abre a possibilidade de volta ao crédito; talvez até haja o perdão da dívida dos grandes produtores. Para os pequenos produtores, não foi elaborado nenhum programa específico, portanto ficaram impossibilitados de negociar com os bancos. Para eles a situação foi das piores: 60% perderam suas terras e outros bens que possuíam, a exemplo de carros. As palavras de A.S. retratam muito bem a situação: “Já ganhei dinheiro

produzindo algodão, mas hoje tenho a noite para sonhar e o dia para passar fome.”

Aqueles que perderam suas terras passaram a aumentar a fileira da pobreza na cidade; os que conseguiram ficar com suas propriedades, abandonaram o plantio do algodão e se voltaram para outros cultivos de subsistência. Apenas 2% dos entrevistados continuam a fazer suas pequenas roças para garantir a poupança familiar, embora a cada dia consigam menor produtividade. A figura 26 mostra uma roça isolada na zona rural de Mutans.



Fonte: Trabalho de campo

Figura 26: Algodão em Mutans - Guanambi/BA

4.11. Praga: a presença do bicudo

O bicudo do algodão é uma praga introduzida no Brasil, tendo como foco inicial de infestação a região de Campinas/São Paulo; a partir desse foco, a praga se alastrou por grande parte dos algodoais brasileiros. Em Guanambi, fez-se presente a partir dos anos 90. Muitas são as especulações de como chegou a esta área. Alguns dizem que foi introduzido de forma proposital; outros dizem que foi através de sacarias; mas, cientificamente, nada foi comprovado. O fato é que se propagou e, juntamente com outros fatores,

respondeu pelo declínio da produção. No entanto, é preciso esclarecer que a praga poderia ter sido controlada, como já ocorria em outras áreas, mas para isso seria necessária a aplicabilidade de maior capital. Como fazer isso com a diminuição dos subsídios governamentais? Além da questão da não cobertura dos danos pelo PROAGRO, criado pela Lei 5.969, de 11 de dezembro de 1973, essa falta de recursos atrelada a algumas práticas, como não retirar restos de cultura, favoreceu a disseminação da referida praga.

O PROAGRO (Programa de Apoio ao Crédito Rural) se constitui em um seguro agrícola feito pelo produtor, que, ao tomar financiamento, destina uma taxa para cobrir os custos. O valor da taxa varia de acordo com a condição da produção. O PROAGRO é liberado quando acontece um evento não controlável, a exemplo de questões de ordem climatológica, como incidência de pragas e doenças que ainda não possuam método definido de controle; daí, com a chegada do bicudo, a avaliação do PROAGRO se tornou delicada, pois os bancos e as empresas de seguro não chegavam a um consenso no que diz respeito aos danos causados.

A vistoria era feita por empresas do governo como EMATER-BA, atualmente EBDA, ou por empresas particulares credenciadas, com acompanhamento do técnico do banco. Dos pequenos produtores entrevistados, 98% reclamaram da avaliação do PROAGRO, alegando ter recebido, por parte dos técnicos, tratamento diferenciado em relação ao médio e ao grande produtor, isso em função do tráfico de influências.

Como vimos no segundo capítulo, os insetos que apareciam na área de produção de algodão de Guanambi não se constituíam pragas. Segundo a circular da EMBRAPA, de setembro de 1973, os primeiros registros foram datados da década de 70, e as pragas existentes eram: curuquerê, cigarrinha verde, piolho ou percevejo das folhas. A presença dessas pragas não se constituía em grandes problemas, porque poucas pulverizações resolviam a infestação. Com o bicudo, o número de pulverizações que em média era na casa de 5, passou para mais de 12, o que elevava assustadoramente os custos de produção. Além das pragas citadas, convém fazer referência à mosca branca, que proliferou com o bicudo, levando a área a uma queda de produção. Na atualidade, a presença do bicudo ainda é registrada, constituindo problemas

para os pequenos produtores, embora já tenha sido controlada pelos grandes. Na realidade, o seu controle é uma questão de capital e tecnologia.

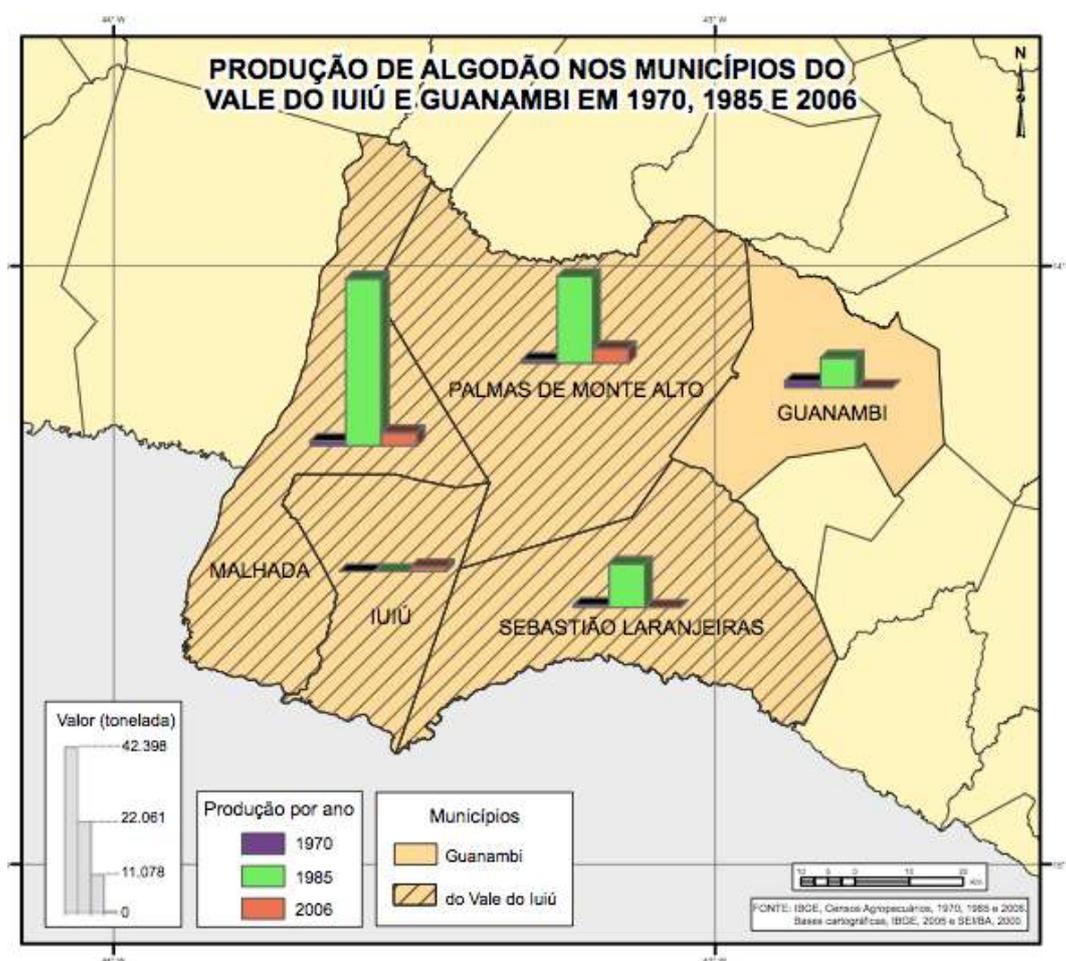
4.12. Questões de ordem tecnológica

A expansão do capital no campo brasileiro veio imbuída de disseminação tecnológica, no entanto essa tecnologia não chegou com a mesma intensidade a todo campo brasileiro, diferenciando-se em nível regional e local. Para Gerardi (1980, p. 19), “o processo da modernização da agricultura pode encontrar barreiras de ordem psicológica, econômica e de informação”. A psicologia reflete a avaliação que o agricultor faz do grau de risco e incerteza que correrá, por parte da adoção de técnicas modernas, que representam risco para ela. A barreira econômica refere-se à adoção de técnicas modernas pelo agricultor. Depende basicamente das relações entre o preço dos fatores e dos produtos. No tocante às barreiras culturais ou de informação, muitas vezes o agricultor tem disposição psicológica para adotar técnicas modernas, mas não as conhece ou delas tem conhecimento de forma não satisfatória, fato que impede ou dificulta a expansão da modernização. No caso de Guanambi, tais situações contribuíram para o declínio da produção algodoeira.

No início dos anos 70 da década passada, quando os campos se tornaram brancos pelo capulho do algodão e a produtividade era satisfatória, os solos pareciam inesgotáveis, não havendo preocupação com seu manuseio. Dos entrevistados, apenas 5% faziam análise de solo e usavam corretivo e, desse percentual, 3% estavam na categoria de grandes produtores e 2% na dos médios. Dos pequenos, 100% não sabiam como fazer e também não tinham capital para tal.

Quanto à utilização de maquinário, era quase que exclusivamente uma prática dos grandes plantadores. Os médios geralmente alugavam as máquinas para o preparo do solo; o pequeno só fazia uso desse expediente quando a terra era arrendada e o grande cobrava pelo serviço. Embora 100% dos grandes proprietários entrevistados utilizassem máquinas, o uso delas estava ligado ao preparo do solo (aração e gradagem), a colheita até 1990 era

feita manualmente, diferente de hoje, quando é realizada, em grande parte, mecanicamente, contribuindo para a liberação do contingente de mão-de-obra. Quanto ao maquinário utilizado na indústria de beneficiamento, tornou-se obsoleto e agora sofre adaptação para poder atender ao processo produtivo. Essas adaptações são parciais, mesmo porque as usinas estão funcionando com apenas 30% da sua capacidade produtiva, beneficiando, aproximadamente, de 50 a 95 arrobas por dia. Parte desse quadro deve-se à escassez da matéria-prima na região, resultando no encarecimento do produto final. A soma de todos os fatores expostos levou Guanambi a uma queda de produção de algodão, mais acentuada a partir de 1990, como mostra a figura 27.



Fonte: IBGE/SEAGRI.

FIGURA 27: Produção de algodão no município de Guanambi/BA

4.13. (Re) organização do espaço monocultor

A partir de 1990, Guanambi começa a mostrar sinais de enfraquecimento da cotonicultura, o que, conseqüentemente, inviabilizou a manutenção de seu parque industrial. As usinas foram fechando pouco a pouco, como escreveu a Revista Integração em 1993: “das mais de 50 usinas de algodão existentes no sudoeste da Bahia, apenas 12 estão conseguindo funcionar”. Mais tarde, em 1998, escreve o Jornal A Tarde, de Salvador (24/05/1998),

[...] das 54 usinas, apenas 5 funcionam, e praticamente 18 delas foram vendidas somente neste ano para empresários do Mato Grosso e Goiás por ‘preço de banana’ para pagar dívidas no banco. Máquinas no valor de 800 mil foram comercializadas por até R\$ 100 mil. Cada usina empregava uma média de 100 pessoas e hoje tem dono que não pode pagar um vigilante para cuidar de sua unidade.

As entrevistas com ex-beneficiadores certificam os dados publicados pelo jornal. Em 2002, com base no trabalho de campo, no município de Guanambi existiam apenas três usinas, sendo duas beneficiadoras de algodão na sede e uma de beneficiamento especificamente do caroço em Mutans, chamada INCOL (Indústria e Comércio de Óleo Vegetal). Esta empresa veio do Ceará em 1989 e trabalha com o caroço na fabricação de óleo e ração. Mas a matéria-prima utilizada tem como locais de origem Barreiras/BA, Goiás e Minas Gerais.

O óleo é mandado para Fortaleza/CE e Rio Grande do Norte. Já o farelo (torta) vai para o Ceará e Paraíba. Essa usina tem uma produção de 420 litros/dia e emprega 40 a 42 funcionários fixos.

Com a perda da lavoura, diz o Presidente do CDL (Clube dos Diretores Lojistas, 1998), que, de acordo com a Junta Comercial do Estado, o número de empresas em Guanambi caiu de 3.200 para 1.200 naquele ano. Na cidade foram fechadas as agências dos Bancos Itaú, Excel, Econômico e

Bamerindus, além do SESEC do Banco do Brasil. As vendas de máquinas agrícolas sofreram queda de 95% e a de defensivos, cerca de 80%. Os grandes proprietários se desfizeram de 95% das máquinas.

Na zona rural as casas de fazenda foram abandonadas e muitas ficaram inacabadas. As terras férteis do Vale do Iuiú foram transformadas em capoeira e perderam valor de venda, além de terem sofrido o processo de compactação dos solos, resultado do mau uso e falta de uma consciência ambiental.

Aos fatores já citados como responsáveis pelo declínio do algodão nessa área, soma-se a forma de manuseio do solo, a partir do uso inadequado da mecanização durante vários anos. A utilização contínua das máquinas tornou o solo muito compacto, impedindo a penetração e aprofundamento das raízes e dificultando a entrada de água e de oxigênio, ou seja, começaram a faltar elementos essenciais para o desenvolvimento da planta. Com a compactação, os resultados a cada dia passaram a ser menos satisfatórios, pois a planta não conseguia mais se desenvolver plenamente. Com o tempo, os produtores passaram a gastar mais com o plantio, resultando na queda do algodão.

A compactação agravou o problema da irregularidade climática da região, pois a água não era absorvida pelo solo no nível necessário ao crescimento das plantas, ficando retida na superfície argilosa do terreno e provocando mais danos à cultura do algodão. Esse quadro foi detectado a partir de 1990 e hoje, na busca de soluções para o problema, existe uma parceria entre EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola), SEAGRI (Secretaria da Agricultura), EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), UFBA (Universidade Federal da Bahia) e que conta com o apoio do produtor. A EBDA na área do Iuiú possui uma equipe de técnicos instalados no Centro de Treinamento de Algodão da SEAGRI – CENTREVALE, que realiza cursos sobre o cultivo de algodão e profissionalização do pequeno produtor.

As áreas experimentais passam por procedimentos de subsolagem feitos por um equipamento subsolador, que possui na extremidade uma espécie de garfo que rasga o solo, quebrando a parte compactada até a

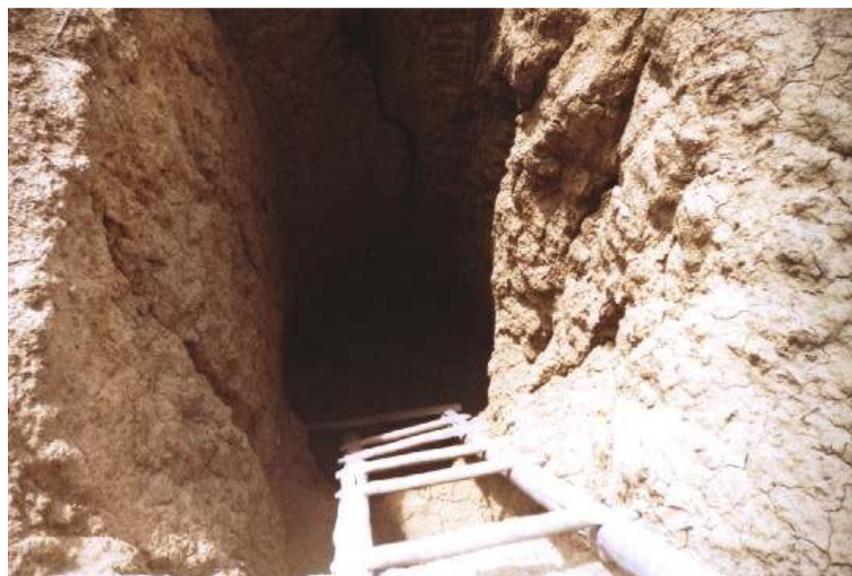
profundidade de 35cm, permitindo que as raízes passem a receber água e oxigênio. A figura 28 mostra uma trincheira aberta para detectar a camada compactada do solo. Essa prática, feita nos 800 hectares da fazenda Boa Sorte, mostrou a necessidade de viabilizar o acesso às novas tecnologias para recuperar as condições físicas do solo. Entretanto, é necessário lembrar que não é somente a atividade de lavoura responsável por esse processo, a pecuária extensiva contribuiu significativamente para apresentação do quadro atual. Essa situação retornou negativamente tanto para o desenvolvimento da agricultura como da pecuária. As gramíneas têm dificuldades de recuperação, pois as touceiras⁴ de capim tornaram-se cada vez mais espalhadas o que reduziu progressivamente o potencial de pastos do Vale. Quanto à lavoura do algodão a produção declinou a cada ano, pois as plantas não conseguiam seu pleno desenvolvimento, afetando nos custos de produção. O manejo do solo compreende um conjunto de práticas que, utilizado racionalmente, pode assegurar altas produtividades do sistema de produção agrícola, porém, se usado de forma inadequada, provoca a compactação e, por conseqüência, a degradação do solo (Resende, 1997).

As condições químicas do solo do Vale do Iuiú são consideradas boas do ponto de vista da nutrição de planta, se comparadas às de outras regiões produtoras, requerendo pouca quantidade de fertilizantes e não necessitando do uso de corretivos da acidez, o cultivo do algodão foi explorado durante décadas. Mas com a intensificação do uso do solo, associado a um preparo inadequado, na década de 1990, tornou-se um dos fatores responsáveis pela redução da produtividade.

O estudo do solo de uma determinada área é importante para o desenvolvimento da agricultura, pois é a partir dele, que se pode detectar as deficiências, a fim de fazer as devidas correções. A sua função básica é a sustentação física dos vegetais, oferecendo-lhe condições de alimentação. Deve-se conhecer a texturas, a profundidade, a composição, a capacidade de retenção da água e o índice de acidez para o estudo do solo, que podem explicar, às vezes, a variação espacial de cultivos. Cabe destacar, que o tipo de solo contribui ou não para a exploração econômica e racional de suas

⁴ é um arranjo de grupos vegetais com vários troncos partilhando o mesmo sistema radicular.

atividades. No tratamento dos solos é necessário incorporar o desafio de se viabilizar sistemas de produção que possibilitem maior eficiência energética e conservação ambiental, criar novos paradigmas tecnológicos baseado na sustentabilidade ambiental e humana.



Fonte: Pesquisa de Campo

Figura 28: Trincheira para avaliar o solo compactado - Palmas de Monte Alto/BA

A gravura acima mostra uma ação corriqueira dos grandes e médios produtores do Vale, prática iniciada nos anos 2000, com intuito de avaliar as condições do solo. Todavia, é necessário frisar que os pequenos produtores não têm acesso à essa técnica devido ao elevado custo da subsolagem. O trabalho de campo reforça a afirmação acima, pois 100% dos pequenos produtores entrevistados declaram não ser assistidos pelo governo. A exceção ocorreu na safra de 2007/2008 quando o governo estadual resolveu na quinta edição do plano estadual de recuperação da cultura algodoeira intitulada “Programa Sustentável de Desenvolvimento da Cotonicultura do Vale do Iuiú” empregar recursos para atender aos agricultores familiares, disponibilizando trator para descompactação de três hectares por produtor. Entretanto, a ação foi destinada apenas a 700 proprietários, grande parte desses produtores não cultivava algodão no Vale do Iuiú, mas sim em outros municípios da

microrregião de Guanambi. Para participar do programa e exigência principal girou em torno dos cadastros em associações. Assim, podemos observar que as ações governamentais apresentam cunho pontual e amenizador de pressões sociais.

O processo de descompactação pautado na subsolagem traz resposta rápida ao processo produtivo a partir dos seguintes benefícios: diminuição da resistência do solo à penetração radicular; aumento da macroporosidade; elevação da drenagem interna e redução do encharcamento do solo e do deflúvio superficial, tanto em áreas planas como nas que possuem declives. Assim, a subsolagem deveria ser visto como uma das alternativas de manejo para o Vale, pois são utilizados equipamentos capazes de fazer cortes profundos no solo sem revirar, preservando os horizontes. A prática de subsolagem já é comum em outras áreas produtivas, a exemplo dos Estados Unidos, especialmente no vale do Mississipi.

A cidade de Guanambi foi paulatinamente perdendo seu poder de atração, a pobreza cresceu e com ela apareceram os meninos de rua, juntamente com os pedintes.

Os trabalhadores da usina e das grandes propriedades deixaram suas famílias rumo ao Centro-Sul do país. Os grandes proprietários faliram (usineiros), os médios tiveram dificuldade para manter suas propriedades e o pequeno sentiu falta até de produtos de necessidade primária.

Para o pequeno, o algodão representava uma poupança e para os grandes, acumulação de riquezas. Assim, o pequeno produtor nunca deixou de produzir alimentos, diversificando os cultivos. Aos grandes interessava o cultivo em grande escala (monocultura), geradora de grandes excedentes de capital.

Em Guanambi, com o declínio do algodão, apenas 2% dos pequenos produtores entrevistados continuaram produzindo, embora não mais com a esperança de melhoria de vida. Os demais abandonaram completamente a cultura e continuaram, como antes, com os cultivos de subsistência: feijão, milho, etc., a criarem suas poucas cabeças de gado e, em alguns casos, com horticultura, principalmente tomate na área de Morrinhos e fruticultura no perímetro irrigado de Ceraíma. Já no espaço ocupado pela

grande lavoura, pode-se perceber a expansão da bovinocultura. O colapso da atividade algodoeira da região do Vale levou muitos fazendeiros a ocuparem suas terras com utilização de pastagens para garantir a expansão da atividade pecuarista. Logo, a reserva de mão-de-obra antes absorvida pelo complexo algodoeiro vê-se expulsa do campo em consequência da crise que assolou o território monocultor. Somente nos anos 2000, a economia da microrregião vem mostrando um processo de recuperação, pautado principalmente no setor comercial, a cidade de Guanambi, hoje, é considerada pólo regional, cabendo ao Vale o papel pecuarista. Quanto à área cotonicultora sofre oscilação anual, expandindo e retraindo a área de cultivo a depender da demanda nacional.

A crise da cultura algodoeira levou ao desespero os setores produtivos, e as autoridades baianas foram levadas a discutir planos para a saída dessa crise. Frente a tantos problemas, aqueles que ficaram com certo capital partiram para outras atividades, principalmente de comércio e pecuária, não abandonando a esperança de bons tempos da monocultura algodoeira. Desde 1990 são feitos encontros, seminários, palestras e projetos de revitalização da atividade.

O primeiro encontro para discutir a problemática da cultura do algodão foi marcado com um simpósio organizado pelo poder público municipal de Guanambi, em 23 e 24 de março de 1990, reunindo autoridades ligadas ao setor agrícola local e representantes de instituições financeiras. Nessa reunião, foram discutidos a atenção dispensada à agricultura brasileira e os subsídios, controle e prevenção de praga, em especial do bicudo; mercado externo do algodão, bem como política e garantia de preços mínimos. Essa discussão tinha uma amplitude nacional, pois no final dos anos 80 e início de 90 a produção do algodão no Brasil declinou. A partir de 1991/92, o Brasil começou a aparecer entre os 10 maiores países importadores do produto (Beltrão, 1999, p. 36), como já foi dito.

Apesar de os discursos sobre a retomada do crescimento econômico estarem sempre presentes no cenário local, em alguns momentos eles acontecem acirradamente. Dois anos depois da primeira discussão, em 1993, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) promoveu, em convênio com a EMBRAPA, um seminário para discutir questões importantes relativas à

cultura, tendo como tema principal: O método de controle do bicudo do algodoeiro. Aconteceu no Auditório da Câmara de Vereadores de Guanambi, contando com a participação de produtores, técnicos, agentes financeiros, cooperativas e sindicatos. Esse seminário, além do cunho técnico, mostra com clareza sua face política. Em agosto de 1993, a cidade de Guanambi recebeu um grupo de empresários industriais de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, ligados às áreas de fiação, tecelagem, tintas, solventes, construção civil, laticínios e fertilizantes químicos. Eles objetivavam especular sobre a possibilidade ou não de transferir para a cidade em estudo suas unidades industriais. No entanto, é importante frisar que Guanambi não desenvolveu atividades de fiação e tecelagem. A visita fazia parte de um projeto elaborado pelo poder municipal para atrair investidores, por isso a Prefeitura tinha como meta oferecer incentivos fiscais às áreas para implantação de parques industriais. No entanto, o projeto não foi à frente, frustrando a expectativa daqueles que apostavam na retomada do crescimento.

Um outro momento de discussão e atitudes de revitalização ocorreu em 1995, com a assinatura de um Protocolo de Intenção de Recuperação da Atividade Algodoeira entre o BNB (Banco do Nordeste do Brasil S.A) e o Governo do Estado da Bahia, com duração inicial prevista para 3 safras. Na primeira tem-se um resultado positivo, mas ao longo do final da segunda, o crédito foi retraído em função de problemas climatológicos, presença do bicudo e da mosca branca, juntamente com a continuidade de práticas não adequadas, levando o produtor a se endividar ainda mais e o BNB a encerrar o programa antes do período previsto pelo protocolo. Já em 1997, a grande discussão foi em torno da perda da safra 96/97, que levou o Banco Central e o BNB a analisarem as propostas dos produtores de algodão para pagamento do PROAGRO. As perdas ocorreram em função das fortes chuvas que caíram na época da colheita, deixando-os inadimplentes junto às instituições financeiras. Os prejuízos atingiram produtores de vários municípios baianos que cultivaram algodão, principalmente os do Vale do Iuiú, que perderam mais de 60% da safra. A última da série de experiências aconteceu em 2002, com dia de campo, reuniões, palestras e seminários.

Faz parte do senso comum, na área em estudo, atribuir a queda do algodão aos fatores de ordem climatológica. Não se pode negar a influência desses fatores no processo produtivo, mas considerá-lo o grande vilão do declínio de produção se constitui argumento infundado, uma vez que a região sertaneja sempre conviveu com as irregularidades pluviométricas, como pode ser observado na figura 03.

Diante do exposto, fortalece a visão de que fatores climáticos influenciam, mas não determinam, ganhando importância quando somados a outros.

O dia de campo foi realizado na fazenda Boa Sorte (Vale do Iuiú), tendo como organizadores a Secretaria e o Ministério da Agricultura em parceria com a EMBRAPA, a UFBA, e tinha como objetivo mostrar o resultado de um trabalho de subsolagem desenvolvido numa área de 800 hectares na referida Fazenda: o processo de descompactação do solo que objetivava permitir a penetração da água e oxigênio no solo. A subsolagem fez os solos da área de experimento terem uma produtividade de 200/arrobas por hectare, considerada um sucesso pelos envolvidos. O processo de revitalização tem sido trabalhado com base em ações de pesquisa e transferência de tecnologia, baseado na política que acontece em reuniões, a exemplo das que ocorreram no mês de setembro, no Clube de Campo e na Escola Luís Eduardo Magalhães, com a finalidade de reformular e validar o sistema de produção do cultivo do algodão em bases modernas. Na oportunidade estavam presentes técnicos da EBDA, EMBRAPA, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e do Ministério da Agricultura.

O processo de subsolagem vem como uma saída para o grande produtor, mas não atende a necessidade do pequeno, por exigir capital e maquinário. Por outro lado, os agentes financeiros fazem exigências para produzir, tais como: sementes certificadas e deslintadas; zoneamento agrícola; trato com os solos; assistência técnica entre outras garantias bancárias devido à securitização. Daí a retomada deve ser adotada com um pacote tecnológico mais racional e adaptado à realidade local. Foi isso que ocorreu com a região de Barreiras (BA), em franca expansão e com tendência a se tornar uma das principais áreas de expansão da cultura algodoeira.

Nesse processo também foi feita experiência com o pequeno produtor, através de uma cooperação conjunta dos órgãos governamentais, da FAO, SEAGRI, EBDA, Prefeitura, com apoio creditício do Banco do Brasil. A experiência consistia inicialmente na doação, pela FAO (Organização para Alimentação e Agricultura), de um kit de produção a ser utilizado numa UTD (Unidade de Tecnologia Demonstração) com assistência técnica da EBDA no imóvel de um produtor escolhido. Tudo que fosse feito nessa unidade seria copiado pelos produtores vizinhos, mas a maioria não foi financiada, por decurso de prazo, e as que foram não tiveram sucesso, com exceção da comunidade Gameleira (Igaporã/BA).

Percebe-se que a recuperação da cultura algodoeira, principalmente para pequenos produtores, tem que passar por um processo mais sério de comprometimento dos órgãos governamentais. O processo de revitalização deve ter sustentação em uma política mais efetiva do poder público nas esferas federal, estadual e local, seja ou não seja instrumento para discutir política partidária, como acontece sempre em ano político. Exemplo disso foi o discurso de um político baiano de C.B.; presente à última palestra sobre revitalização, em setembro/02, afirmou: “Essa fragilidade do algodão vai mudar quando o nosso candidato Antônio Carlos tiver no Senado Federal.” Essa não é uma cena rara; muito pelo contrário, em época de campanha política, Guanambi recebe visitas constantes de políticos influentes que se colocam como salvadores da pátria, que querem resolver os problemas locais; daí, parece haver uma semelhança com o problema da seca, a indústria de fabricação de votos, apropriam-se dos sonhos dos produtores para benefício próprio, usando como *slogan* “o amor à terra”.

Hoje, o município de Guanambi conta com políticas públicas agrícolas voltadas, principalmente, para o pequeno produtor através do PRONAF (A, B, C e D), recursos originados do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e TN (Tesouro Nacional); esses recursos são destinados ao cultivo de arroz, feijão, mandioca e milho, no entanto o algodão não é contemplado por eles. O PRONAF tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento regional, com geração de emprego e renda, através do financiamento da agropecuária, apoio à infraestrutura e serviços, capacitação e

profissionalização de agricultores familiares e negociação de políticas públicas setoriais, visando criar condições de integração da população primária, agroindustrialização e comercialização da produção de base familiar. Os beneficiados pelo crédito são agricultores, familiares e trabalhadores rurais que: explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; residam na propriedade ou em local próximo; não disponha de qualquer tipo de área superior a um quarto do módulo fiscal (1 módulo equivale a 65 ha); obtenha no mínimo 80% da renda familiar de exploração agropecuária.

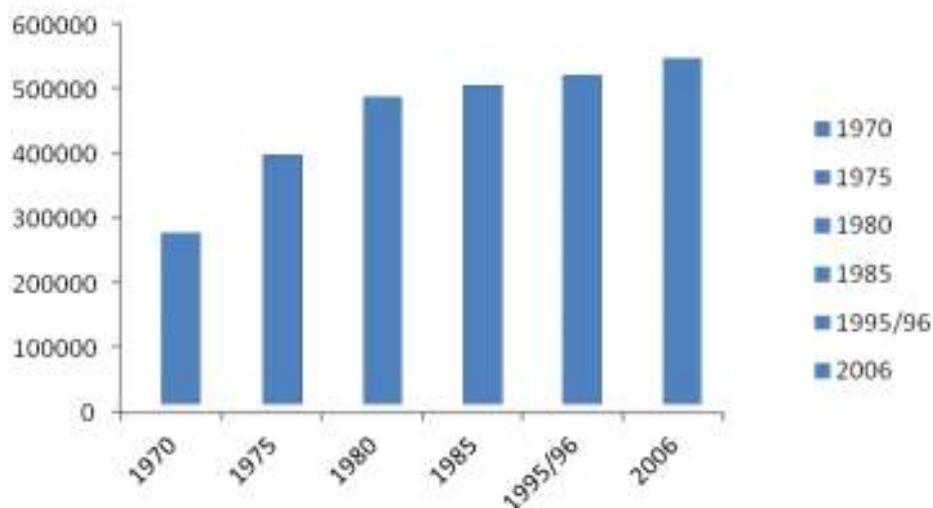
Verificou-se no trabalho de campo que, em relação a residir na propriedade ou local próximo, 80% dos produtores não preenchem tal requisito, por morarem na sede do município ou no centro distrital. Quanto à condição do produtor em relação às terras do estabelecimento, 80% são proprietários, 10% arrendatários, 3% parceiros e 7% outra condição. No que se refere ao item como adquiriu as terras, 40% responderam que foi através de compra, 50% através de herança e 10% outra condição.

Para o enquadramento do produtor, no programa PRONAF, os Bancos têm como exigência uma carta de aptidão expedida pela EBDA e sindicatos de produtores rurais. O número de assistidos do Banco do Brasil soma um total de 2.897 produtores.

No que diz respeito ao médio e grande produtor os recursos são destinados para o custeio e investimento pecuário, que existe desde a década de 1980, passando a ser incrementado a partir do ano de 1995 e intensificando-se no ano de 2000. Esses custeios financiam melhoramentos e conservação de instalações rurais e pastagens com juros de 8,75% ao ano, menos de 1% ao mês.

O custeio é feito em função do tamanho do rebanho bovino. Segundo o Banco do Brasil, em 2002, esse Banco destinou R\$ 300.000,00 por produtor para aquisição de matrizes e reprodutores, compra de sêmen para melhoramento do rebanho, assistindo a 20 produtores. Apesar desses recursos, a produção pecuarista é carente de tecnologia. Apenas 20% dos proprietários entrevistados trabalham com inseminação e confinamento de rebanho.

Com o declínio da produção algodoeira, a atividade de criação ganhou espaço. Não que ela tivesse parado de crescer nas grandes propriedades, até mesmo por ter sido contemplada com o financiamento para engorda e recria de animais, mesmo assim representava uma atividade secundária. No entanto, a partir da crise da monocultura, o processo de pecuarização se torna uma alternativa. Os rebanhos passaram a receber maior atenção, raças têm sido melhoradas, tanto as orientadas para carne, caso do Nelore, como as de leite, caso do Girolando. A figura 29 mostra o progressivo crescimento da pecuária na microrregião de Guanambi; quanto ao município de Guanambi, a sua participação na microrregião, segundo o IBGE, corresponde aos seguintes percentuais: 1970, 10%; 1975, 8,3%; 1980, 9,1%; 1985, 7,9%; 1995/96, 7,6%.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006.

Figura 29: Bovino – efetivo de cabeça na microrregião de Guanambi

Quanto à lavoura, a tabela 11 nos mostra os principais produtos agrícolas do município de Guanambi. Dentre esses, de 1990 a 1999, o que apresentou maior crescimento de área plantada foi o feijão caupi (macassá). Esse crescimento não se limitou apenas ao município, o Vale do Iuiú, desde o

final da década de 80, tem apresentado expressividade. Tal expressão se justifica pela entrada do grande produtor no cultivo; diferente do pequeno, o grande produtor tem mercado garantido. Outro produto que se destaca no município é o sorgo, resultante dos programas de incentivo ao pequeno produtor (PRONAF).

Tabela 11: Principais produtos de lavoura no município de Guanambi (1990–1999)

Produtos	Ano / Área Colhida (ha)									
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Feijão Caupi	3.500	4.400	7.000	8.600	10.500	11.000	11.600	10.900	11.000	12.000
Arroz Irrigado	70	70	50	40	50	40	30	30	40	40
Arroz de Sequeiro	150	150	140	150	170	250	240	250	100	90
Feijão	230	250	200	230	250	250	295	370	380	400
Cebola	2	6	2	3	4	5	7	10	30	20
Mamona	150	40	10	10	28	20	25	26	50	150
Mandioca	150	150	60	800	900	1200	1300	700	800	750
Alho	-	-	3	5	5	6	7	7	5	10
Fumo	40	-	50	60	70	70	60	60	55	30
Sorgo	-	-	170	700	770	1000	900	800	900	1500
Tomate	10	8	25	-	30	25	24	25	30	40
Milho	10	-	800	1100	1150	900	1100	1150	950	1450

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA/Guanambi

Em relação à lavoura do algodão, só têm sido liberados recursos para a área de experimentos, que é o caso das UTD's e cursos de capacitação de produtores, daí a indicação de que o algodão não pode ser visto como saída para a crise, em função da exigência da cadeia produtiva, carecendo de maiores investimentos, para que ele se torne competitivo no mercado, embora a área de produção tenha se expandido no Vale do Iuiú, que apresentou na safra de 2002/03 9.500ha, havendo uma previsão para a safra de 2003/04 maior que 20.000ha, principalmente com a área de sequeiro. Quanto ao algodão irrigado, representa 1.500ha, sendo que 90% da água utilizada para irrigação vem do rio São Francisco e 10% de poços artesianos. A principal variedade utilizada é a Delta Opal, atingindo produtividade em torno de 200 a 300 arrobas por hectare, lembrando que isso é possível principalmente nas áreas subsoladas.

Quanto à utilização das terras no município de Guanambi, ao avaliarmos a tabela 12, podemos perceber que as pastagens plantadas em 1970 somavam 9.555ha, passando na década de 80 para 26.234ha; comparando estes dados com os da figura 20, percebe-se a coincidência com o maior crescimento do rebanho na microrregião; já no ano de 1995/96 a área sofreu um decréscimo, coincidindo com o menor percentual de participação do rebanho bovino de Guanambi na microrregião (7,6%); por sua vez, as pastagens naturais que em 1970, representavam 26.761ha, foram reduzidas em 1985 para 20.983 e em 1995/96 aumentaram para 23.819; isso denota a expansão e retração da cultura algodoeira, as terras em descanso vão reforçar a afirmação, sendo que em 1985 representavam 5.390ha e em 1995/96 aumentaram para 7.211.

Tabela 12: Utilização das terras no município de Guanambi

Área	Ano/Hectares				
	1970	1975	1980	1985	1995/96
Lavouras permanentes	137	100	141	203	444
Lavouras temporárias	10.144	11.748	13.028	19.884	16.772
Pastagens naturais	26.761	15.361	23.207	20.983	23.819
Pastagens plantadas	9.555	17.732	26.234	24.516	26.097
Terras em descanso	19.137	1.683	7.340	5.390	7.211

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96.

Quanto à atividade comercial, apesar dos reveses que se instauraram a partir de 1990, ela consegue, de forma gradual, reestruturar-se, estabelecendo-se como opção de emprego no município de Guanambi, contribuindo para que a população economicamente ativa nesse setor passasse de 3.780, em 1991, para 5.069, em 2000. Com referência à população, como ficou evidenciado na tabela 03, o maior crescimento aconteceu na década de 80, quando, de acordo com o Censo de 1991, se registrou uma população total de 65.592; isso significa uma taxa de crescimento de 43,85%, em 1991; contra 4,5%, em 2000. O crescimento demográfico, ocorrido na década de 1980, no município de Guanambi é fruto

do novo capital agroindustrial, somado a expropriação do homem do campo e ao apoio do governo local, como retrata Machada (1993), tratando da questão da fronteira amazônica afirma que a geopolítica do governo local utiliza de estratégias possíveis de serem elaboradas e as reconhece dentre as múltiplas territorialidades possíveis, o que favorece fundamentalmente a sua atuação.

4.13. Perfil dos produtores

O trabalho de campo se baseou na coleta de informações no local da pesquisa, que envolveu entrevistas com aplicação de questionários constituídos de indagações, *a priori* sobre o proprietário, *a posteriori* a respeito da propriedade e das relações de produção. O número de entrevistados abrange uma amostra de produtores rurais suficiente para representar a população estudada. As informações pertinentes à propriedade, ao proprietário e à produção, ou seja, à territorialização do algodão, contribuíram para a efetivação de parte dos objetivos propostos. A observação direta, em visita de reconhecimento no campo, teve o intuito de melhor entender as territorialidades no Vale do Iuiú com a expansão e recuo da cultura do algodão.

Os questionários aplicados aos pequenos produtores trazem indagações a respeito das condições sócio-econômicas, agricultura, propriedade da terra, problemas que dificultam o desenvolvimento de suas atividades. Cabe informar que apesar dos questionários terem sido extensos, a totalidade das perguntas não se fez necessária em todos os casos, uma vez que a conversa esclareceu alguns questionamentos anteriormente dúbios. Desse modo, foram trabalhadas com maior profundidade as questões e respostas mais relevantes para o âmbito da pesquisa.

Dos grandes produtores entrevistados, todos nasceram no município de Guanambi. Dos médios, a maioria também é originária da cidade de Guanambi. Dos pequenos produtores representados na Figura 30, a maioria é originária dos municípios do Vale do Iuiú e Guanambi.

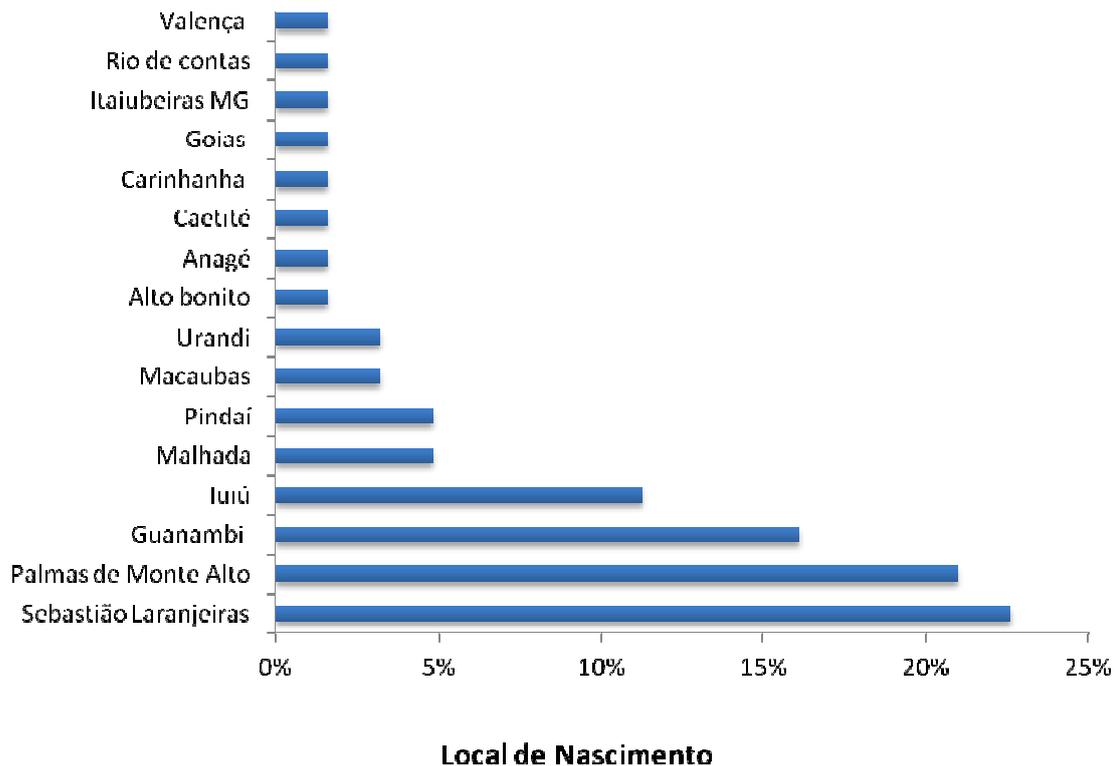


Figura 30: Distribuição dos pequenos produtores por local de origem.

Quanto ao número de membros da família, diferentemente do que ocorria no passado, em que o número de filhos era em média de 10 a 15 por família, hoje, o núcleo familiar rural é formado em média por quatro filhos, tendo sido encontrada apenas uma família composta por 12 membros, cujo filho mais velho possuía apenas 23 anos. Dos entrevistados que possuem filhos em idade escolar, todos estes frequentam a escola e são beneficiários do Programa Bolsa Família, 85% afirmam existir escola na comunidade e 91% usufruem de transporte escolar. Em algumas famílias, verificou-se que os filhos exercem atividades no meio urbano, principalmente, no comércio e prestação de serviços, sejam esses serviços públicos ou privados. Quando solteiro(a) essas pessoas ajudam a complementar a renda da família, ou então se utilizam dela somente para se sustentar na cidade. Na primeira situação, verifica-se a existência do trabalho acessório (termo utilizado por Graziano da Silva, 1999) em que o chefe da família, ou alguns de seus membros, necessitam trabalhar fora da propriedade para complementar a renda familiar.

A garantia da mão-de-obra na pequena propriedade é feita pelos membros da família que, além de trabalhar na sua propriedade, prestam serviço em médias e grandes propriedades. Os trabalhadores entrevistados alegam que cada dia fica mais difícil encontrar emprego nas grandes propriedades em função da redução das áreas de cultivo do algodão e do aumento da mecanização agrícola.

Com relação ao local de residência, os grandes e médios proprietários vivem nas cidades. Quanto aos pequenos produtores, o tempo de residência no estabelecimento, geralmente é superior a cinco anos, sendo que maioria reside no local desde o nascimento (figura 31). Mais da metade dos entrevistados afirmam que o elemento determinante para sua permanência no campo é o fato de possuírem uma unidade de produção. Muitas das famílias rurais que ficaram no Vale do Iuiú vivem da aposentadoria e outras estão no campo à espera do benefício. Eles manifestam o claro desejo de migrar para a cidade. Também é significativo o número de chefes de família que dizem estar satisfeitos com a vida no campo, alegando que a cidade é um espaço de violência, o que faz com que percebam seu lugar como um “pedaço do paraíso”. De certa forma, isso representa uma luta pela permanência da terra o que significa estratégia de resistência e manutenção do pequeno produtor em um território ao qual ele já fazia parte, ou seja, a terra representa a reafirmação da territorialidade de uma classe marginalizada pelo capital.

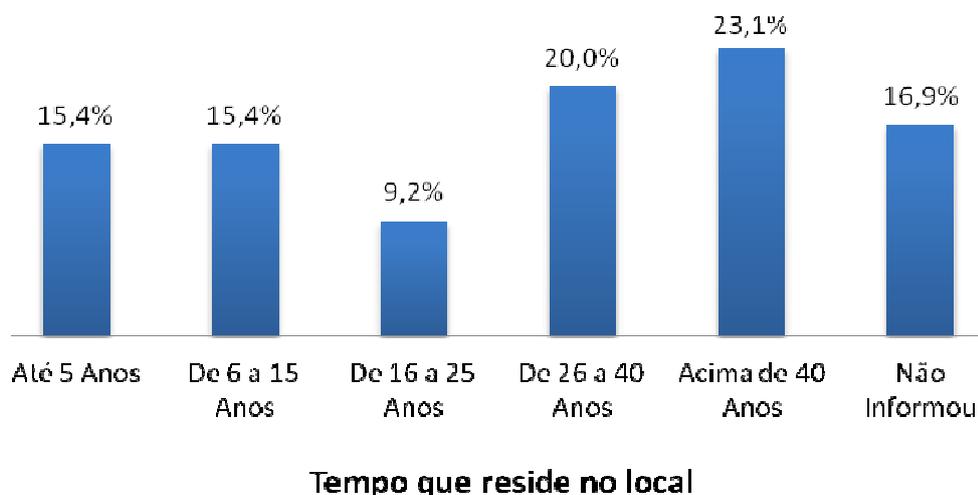


Figura 31: Tempo de permanência no campo dos produtores.

Na paisagem do Vale podemos perceber o processo de mudanças na fachada das residências. Analisando os jornais e as entrevistas com os moradores antigos ficou evidente que as habitações, na década de 1980 e início de 1990 no Vale do Iuiú apresentavam grandes discrepâncias; de um lado as imponentes casas de fazendas, do outro lado as casas de taipa e casebres à beira das estradas. Hoje, percebemos uma mudança de padrão, o que pode ser caracterizado como melhoria das condições sociais. As casas de taipa são propícias à proliferação da Doença de Chagas, pois o barbeiro, inseto hospedeiro do agente da doença, se alojava neste tipo de residência. O grande número de casos da doença chamou nossa atenção, assim recorremos à Secretaria Municipal de Saúde do município de Palmas de Monte Alto, a qual nos concedeu documentos comprobatórios do número de infectados, totalizando 132 pessoas. Apenas 1,64% das casas são de taipa e não possuem sanitário nem energia elétrica, entretanto, é necessário esclarecer que estes imóveis são utilizados apenas pelos trabalhadores durante a sua jornada de trabalho. Em relação ao material de construção 71% das habitações são de tijolos e apenas uma das casas não possuía piso de cerâmica. Nas visitas foi observado um grande número de reformas das casas da comunidade, o que significa que houve a implementação de melhorias nas condições de habitação (figura 32).

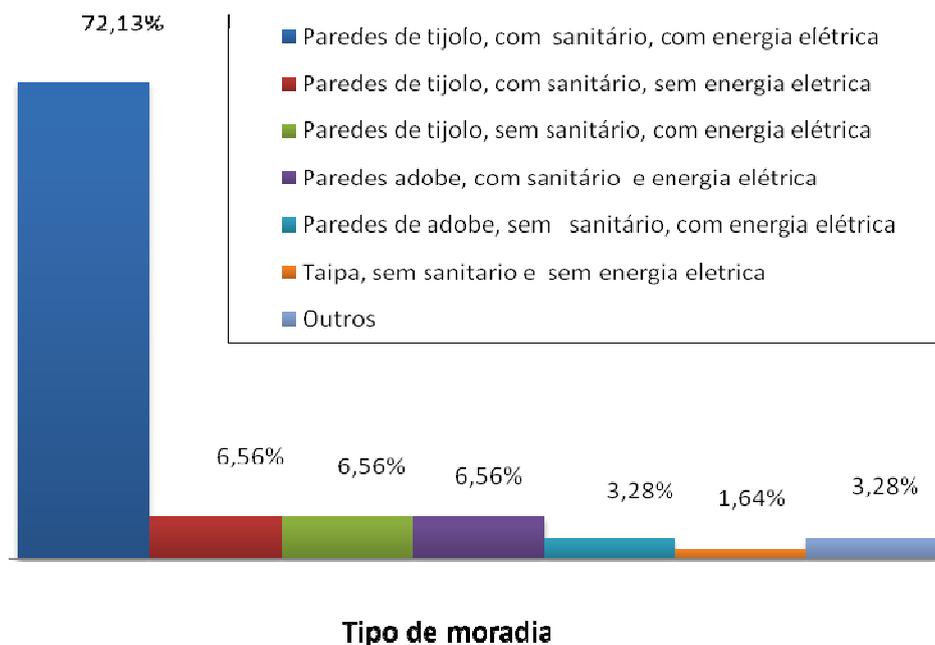


Figura 32: Características das habitações dos produtores.

Em relação ao acesso à propriedade foi verificado que a maioria dos entrevistados é proprietário da terra. Quando indagados sobre a origem da propriedade, 48% responderam que adquiriram a terra através de herança, enquanto 35% declararam que o acesso se deu pela compra (figura 33). Os assentamentos representam 3% e estão principalmente no município de Palmas de Monte Alto e Malhada. Parte desses assentamentos é resultante de terras advindas de grandes fazendeiros endividados com os bancos, o que resultou em negociação com os órgãos governamentais.



Figura 33: Forma de aquisição da terra pelos produtores.

As atividades desenvolvidas nas propriedades estão orientadas tanto para lavoura quanto para pecuária. Durante o ano, são plantados cultivos destinados à subsistência e à comercialização e/ou para o consumo de animais. A pecuária nas grandes propriedades tem ocupado o lugar da cultura do algodão. Para os pequenos, referenciados na figura 34, a lavoura representa a maior atividade exercida nos estabelecimentos. A lavoura e a criação (pecuária) sempre estiveram conjugadas nas pequenas propriedades, com objetivo de suprir as necessidades de consumo, e constituir poupança. De acordo com as entrevistas existe uma média de 7 a 10 cabeças de gado bovino, por proprietário. Também se identificou a presença de aves (galinhas) nas propriedades; o porco que era comum até a década de noventa, aparece em apenas duas propriedades. Os caprinos e ovinos são vistos esporadicamente no território pesquisado. Apesar das propriedades estarem ocupadas com a lavoura temporária, apenas 5% por cento dos produtores plantam algodão, e afirmam que essa não é mais uma lavoura de pobre, justificando que o custo produtivo é muito alto. Argumentam que os inseticidas são caros e falta assistência dos órgãos governamentais. Nessas propriedades são cultivados produtos agrícolas comerciais e de subsistência, como mandioca, feijão, milho, sorgo. O sorgo representa o maior percentual de crescimento da área de cultivo, como resultado da expansão da pecuária.

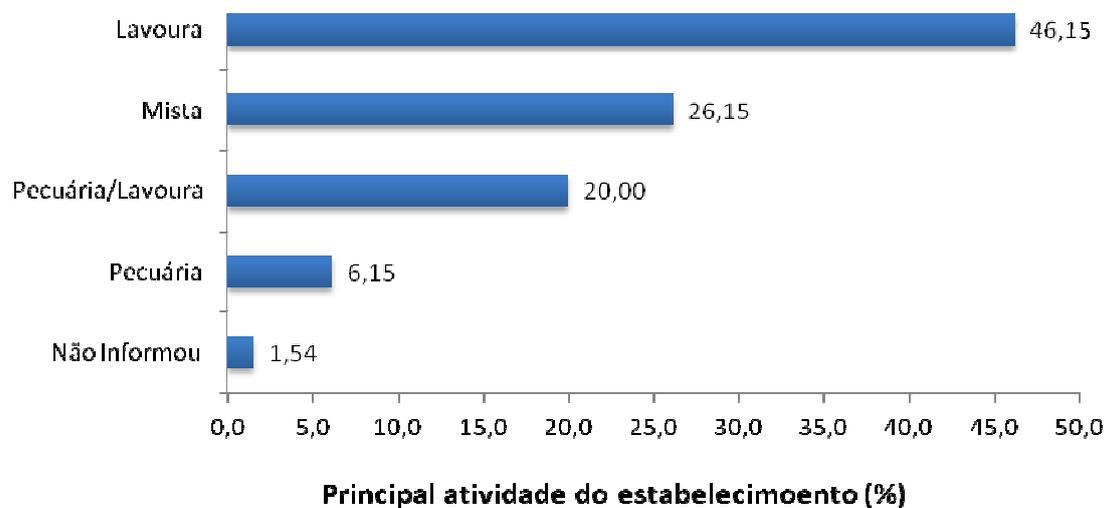
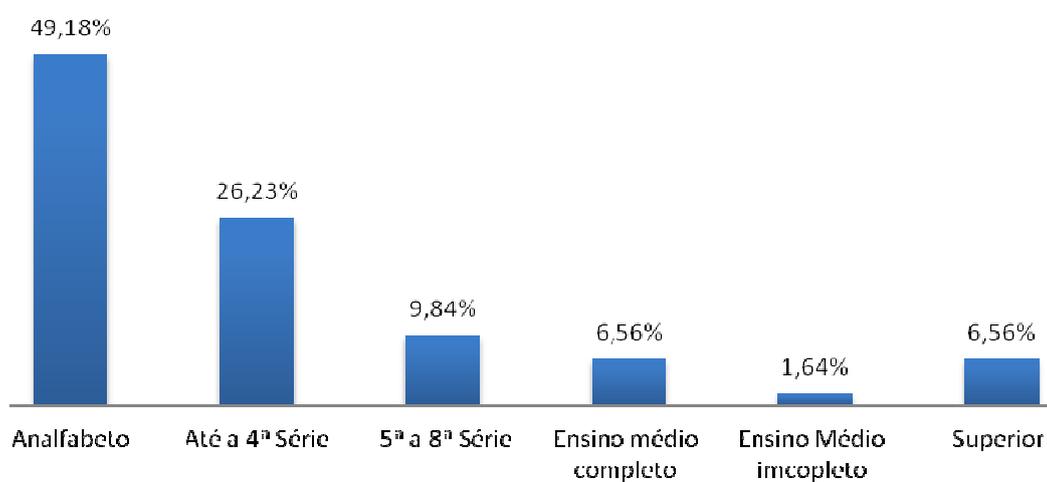


Figura 34: Distribuição da atividade agrícola nas pequenas propriedades.

Foi observado que o grau de instrução ou de escolaridade dos entrevistados corresponde ao mais baixo nível, como demonstra a figura 35. Prevalece o analfabeto com representação de 49,18% seguido pelos que concluíram até a quarta série (nível fundamental) com 26,23%. Os entrevistados que possuem o ensino médio e superior apresentam valores equivalentes (6,56%). Isso demonstra que os entrevistados são pouco instruídos, refletindo no seu nível de vida e no seu desenvolvimento social e econômico. Os padrões culturais das populações agrícolas são indicadores do comportamento e das tomadas de decisões sobre a agricultura, sendo definidor da intensidade da produção local.



Nível de escolaridade

Figura 35: Nível de escolaridade dos produtores.

Para a maior parcela do universo estudado, os pequenos produtores, constata-se a seguinte situação em relação à faixa etária: aproximadamente 40% dos pequenos produtores estão da faixa dos 55 aos 70 anos (figura 36). Esses dados são relevantes por permitirem informações diversificadas dos diferentes períodos e ciclos econômicos desenvolvidos no território, garantindo assim maior fidelidade às informações apresentadas. Todos os entrevistados nesta faixa declaram ter participado da fase áurea do algodão, fazem parte do universo de aposentados de onde provêm recursos para manutenção da família, incluindo filhos desempregados e netos menores.

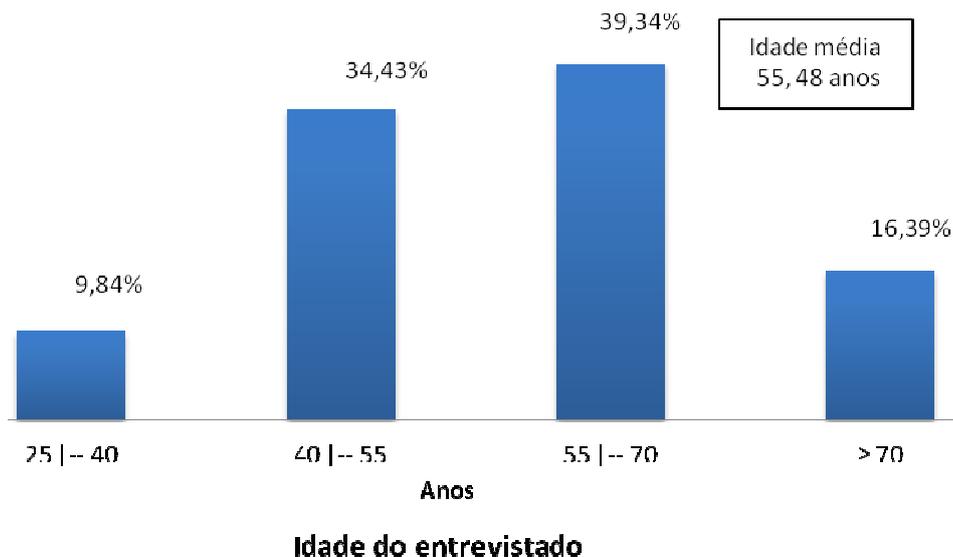


Figura 36: Distribuição dos produtores segundo a faixa etária.

Quando questionados se há uma preocupação em inovar, ou seja, usar técnicas agrícolas visando um aumento na produção, a maioria afirma que tem preocupação, entretanto 70% dos entrevistados afirmam não possuir assistência técnica e reclamam da falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local, como forma de atender o pequeno agricultor. Quase 50% dos pesquisados não fazem controle de produção. O controle do que se produz não é comum no processo produtivo. Isso retrata a inibição de novos comportamentos, capazes de modificar a curto prazo a condição de vida do pequeno produtor, denota falta de organização e a necessidade de interferência dos órgãos públicos através de extensão rural e planejamento do sistema produtivo. A difusão de novas tecnologias, criação de novos conhecimentos e insumos direcionados à agricultura familiar, permitirá maior produtividade e melhor rendimento às atividades agrícolas, impulsionando assim a inserção do pequeno produtor na economia local.

Os produtores, atualmente, alegam a incapacidade de se produzir atualmente sem a utilização de inseticidas, cujos preços elevam os custos do sistema produtivo do Vale.

Quando questionados sobre a qualidade das sementes utilizadas, mais de 60% alegam não possuir condições econômicas para adquirir

sementes de qualidade. Na pequena propriedade que ainda planta algodão, inexistente sistema de irrigação. Os 10% que declaram possuir área irrigada na propriedade, praticam cultivos direcionados para atender às feiras livres, com produtos de subsistência.

Foi constatado durante a pesquisa de campo entre os entrevistados que há uma preocupação primordial com a preservação do solo e da água, considerados para eles bens vitais para o desenvolvimento das atividades. A maioria dos informantes dos municípios analisados afirma que mesmo possuindo pouco conhecimento técnico, se preocupam com a conservação do solo. Acreditam que caso não cuidem do mesmo e o explorem de forma indiscriminada, num futuro próximo enfrentarão problemas relacionados à fertilidade e conseqüentemente redução na produção, dificultando até a subsistência. Afirmando não usar fertilizantes, mas efetuam consorciação e ou rotação de culturas.

Aos informantes, também foi perguntado se existem alguns fatos que venham emperrando as suas atividades. Foi colocada como resposta que a maior problemática para eles é a falta de crédito agrícola, porque sem capital de investimento, torna-se difícil desenvolver as atividades, principalmente a agricultura. Também outros fatores foram mencionados relacionados à terra, à seca, à mão-de-obra, à área da propriedade, que de certa forma, estão atrelados à concessão de crédito agrícola e à liberação de verbas para resolvê-los. A escassez de chuvas tem prejudicado a agricultura e principalmente em função da predominância dos cultivos anuais. Assim foi perguntado qual o período ideal de chuva. A maioria dos entrevistados respondeu que esse período vai de outubro a janeiro, em função da fase de semeadura. Esse período corresponde ao período chuvoso natural da região. Mas diante das adversidades climáticas, o regime de chuvas pode se alterar, prejudicando o cultivo.

No Vale, é visível o atendimento às propriedades rurais da garantia de abastecimento de água por meio da construção de cisternas (figura 37), que constitui uma das principais ações do Programa Água para Todos. Esse programa foi lançado em setembro de 2007 com objetivo de enfrentar o problema do abastecimento hídrico no semiárido, aumentar a oferta de água de

qualidade e ampliar os serviços de saneamento, prioritariamente na região semiárida e tendo como beneficiários as populações carentes. Diversas Secretarias de Estado participam do Programa, dentre elas a SEDIR (Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional), na qual faz parte a CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional), responsável pelo Projeto Gente de Valor. Financiado pelo FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), este projeto visa promover o desenvolvimento de comunidades rurais das áreas mais carentes das regiões Nordeste e Sudoeste do Estado da Bahia. Uma das ações do Projeto Gente de Valor é promover a garantia do direito à água para consumo humano, valorizando a agricultura familiar de base agroecológica.



Figura 37: Cisterna para coleta e armazenamento da água da chuva (em segundo plano, à esquerda da casa).

Também foi perguntado se existem nascentes na propriedade, alguns responderam que já houve, mas hoje estão secas, e atribuem o fato a escassez de chuvas. Quando perguntado qual a importância da bacia do São

Francisco responderam que poderia ser a solução para a falta de água no Vale. Enfatizaram a necessidade de implementação de políticas públicas, que atendam de maneira igualitária os pequenos produtores e não somente os grandes capitalistas. Demonstraram ainda crença na qualidade da água, embora admitam não ter conhecimento sobre os seus parâmetros de qualidade e portabilidade. A maioria confirma beber água da cisterna de abastecimento público e fazem uso da água de poços cartesianos, que apresenta certa salinidade, e água da chuva.

Do ponto de vista dos entrevistados houve uma melhoria na qualidade de vida da população rural, principalmente com ajuda do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Confirmam que o acesso à propriedade mudou significativamente e 40% consideram que as estradas são boas, 23% regular e 37% ruim. Mais de 80% confirmam o desejo de manter a propriedade e deixá-la para os filhos (figura 38).



Figura 38: Expectativa de permanência na propriedade em 10 anos.

Observa-se que o pequeno produtor pouco tem se organizado e se consolidado, uma vez que continua a enfrentar grandes dificuldades no seu conjunto. Os produtores rurais entrevistados reconhecem que no período áureo do algodão havia muito incentivo do governo, embora não garantisse qualidade

de vida, pois grande parte da produção ficava embutida nos custos com os grandes fazendeiros que forneciam sementes, adubos, entre outros, o que os “obrigava” a vender a produção para o fornecedor, grande produtor. Hoje, quando se referem ao cultivo do algodão e às políticas públicas direcionadas para o pequeno, se autodenominam “esquecidos pelos governantes”, embora reconheçam que o governo tem incentivado o cultivo tradicional, através do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Mais de 80% acrescentam possuir dificuldade na comercialização dos produtos, uma vez que a política de comércio é bastante fragilizada pela instabilidade de preços, principalmente em função do controle de qualidade. Evidenciaram, na sua maioria, desânimo e insatisfação quanto às perspectivas do ramo agropecuário e mais especificamente, ao cultivo do algodão, declarando: “não tenho outra atividade e não sei fazer outra coisa além de mexer na agricultura, por isso, preciso permanecer como agricultor”.

Apesar dos problemas econômicos e sociais por que passa o Vale do Iuiú nas últimas duas décadas de crise da cultura algodoeira, a região registrou melhorias importantes em termos de instalações de serviços e equipamentos nos principais centros e núcleos urbanos. Melhorias aconteceram também no âmbito social, de saúde, educação e lazer, com implantação de hospitais, escolas, ginásios de esporte e centros sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O algodão vai ganhar status de cultivo de exportação no Brasil com a crise da indústria têxtil europeia. No entanto, anterior a esta fase, já estava presente na vida dos sertanejos, sendo cultivado por grandes e pequenos proprietários, estudiosos consideram que o algodão é por natureza uma cultura mais democrática que a cana de açúcar.

O algodão, produzido desde o momento em que o homem adentrou o sertão, é parte integrante da formação histórica e sócio-espacial do nordeste brasileiro, e no território do Vale do Iuiú a sua presença está atrelada à história local. Entretanto, é a partir da década de 1970 que a microrregião de Guanambi, representada principalmente pelo Vale do Iuiú, vai sustentar sua economia na monocultura algodoeira.

A cotonicultura na microrregião de Guanambi trouxe uma nova realidade à dinâmica territorial. A região passou a vigorar entre os principais produtores do país na década de 80. No entanto, a esse quadro de prosperidade econômica e social seguiu-se, pós-falência algodoeira. No período subsequente à crise, a economia não mais se reestruturou para alcançar o mesmo desenvolvimento.

O desenvolvimento do cultivo em base monocultora contou com a ação do Estado, através da política creditícia, tanto na atividade agrícola, garantindo a produção para a exportação, como na atividade industrial, buscando consolidar os CAI's. Essa política visava à inserção da agricultura dentro do modelo de desenvolvimento do capital monopolista. Para Guanambi, isso significou a concretização e expansão da atividade que gerou mudanças no espaço físico-social daquela localidade, atraindo novos capitais e expandindo a atividade comercial.

O algodão produzido em base monocultora deu ao Vale um novo arranjo paisagístico. A modernização do cultivo traz novas territorialidades, substituindo as antigas formas de territorialização. O processo de concentração da terra, atrelada a fatores de tecnologia, gerou evasão das pequenas

propriedades, criando uma mobilidade da população marginalizada. A maioria dessa população desterritorializada, seguiu principalmente em direção à cidade de Guanambi, passando a constituir uma reterritorialização. A saída da terra representou a perda do território de reprodução socioeconômico e cultural de parte da população do Vale.

A expansão do algodão na microrregião contou com a junção de fatores endógenos e exógenos, fatores que levaram a uma nova configuração geográfico-territorial. Essa configuração é resultado da expansão do capital no setor primário, favorecido pela abertura de mercados, política creditícia do governo, clima favorável, disponibilidade de terras férteis, principalmente no Vale do Iuiú, e o baixo custo da mão-de-obra. Este último fator é garantido pelo processo de concentração da propriedade, que libera mão-de-obra, e pelo pequeno agricultor que faz uso do trabalho familiar. A introdução da lavoura algodoeira, responsável pelo novo arranjo paisagístico e produtivo no Vale, cria novas territorialidades, pois essa cultura substitui as antigas formas camponesas e territorializou produtores capitalizados vindos, sobretudo de outros municípios, especialmente Guanambi.

O processo produtivo na microrregião de Guanambi se sustentou nas relações de caráter capitalista e não-capitalista de produção. Os pequenos produtores, expulsos do campo pelo processo de englobamento da pequena propriedade pela grande, foram convertidos em proletários, obrigados a migrar para as cidades, desencadeando um acelerado crescimento urbano na microrregião, principalmente no município de Guanambi. No município, a apropriação do solo urbano vai ocorrer dentro das contradições do sistema capitalista, com áreas valorizadas e habitadas pelas classes detentoras de poder econômico e status social, cabendo aos demais a segregação em áreas desprovidas de infra-estrutura.

A importância do algodão no município de Guanambi não se atribui à área de plantio, mas sim ao beneficiamento e comercialização, o que o tornou a sede da microrregião.

Na microrregião de Guanambi, a grande área de produção se concentra no Vale do Iuiú, favorecido pelas condições pedológicas, topográficas e climáticas, ideais para expressar toda sua potencialidade

genética. Em 1988, a área é tida como a de maior importância do ponto de vista agrônomo e socioeconômico da região, fato que levou o Estado da Bahia a receber o título de um dos maiores produtores de algodão do país. Depois da fase de glória iniciou-se, a partir dos anos 90, o declínio do setor produtivo em virtude de fatores estruturais e conjunturais, tais como: irregularidade climática, manejo incorreto dos solos; incidência da praga do bicudo e mosca branca; inadequada e ineficiente difusão da ação de pacotes tecnológicos, principalmente por falta de pesquisa apropriada para a microrregião; dificuldade de crédito; juros e inflação altos associados aos preços baixos pagos aos produtores. Estes fatores contribuíram decisivamente para a decadência da cotonicultura e, conseqüentemente, da economia local, resultando na migração da indústria para o Centro-Oeste brasileiro e Oeste baiano. Assim, a riqueza gerada pelo ouro branco passou a fazer parte do passado; passado que, ao longo de mais de dez anos, tem sido motivo de discussão e tem provocado planos de revitalização. Estes se voltam, principalmente, para a região do Vale do Iuiú, onde se concentram as grandes propriedades, tornando-se centro de pesquisas com emprego de prática de subsolagem. Nessa região a EBDA e a UFBA desenvolvem um trabalho experimental com resultados positivos, atingindo 200 arrobas por hectare.

Os programas de revitalização hoje passam pelo princípio de novas tecnologias, como acontece em outras áreas, a exemplo de Barreiras/BA, que adotou um pacote tecnológico mais racional e adaptado à realidade local, levando em conta o uso de sementes certificadas (deslintadas); variedades precoces e produtivas; defensivos específicos e seletivos; fertilizantes adequados e corretamente dosados, plantio adensado e subsolagem. Desta forma, o Vale fica impossibilitado de concorrer em igualdade com o alto nível tecnológico, o volume de recursos e o perfil empresarial da cotonicultura do Cerrado. Assim, questionamos os rumos da produção, como manter a viabilidade econômica em antigos territórios monocultores, a exemplo do Vale do Iuiú. Santos & Silveira (2008) colocam que hoje, ante a diminuição do crédito agrícola, a disponibilidade de recursos limita-se aos atores hegemônicos.

A absorção dessas tecnologias não encontra barreiras entre os grandes e médios produtores, ao contrário dos pequenos, que continuam plantando de forma tradicional, com utilização de sementes desqualificadas (caroços), deixando os restos culturais como soqueiras que facilitam a propagação do bicudo. Diante dessa situação, o pequeno produtor fica impossibilitado de ter acesso ao crédito, pois os resultados da produção serão insuficientes para liquidar o crédito. Assim, só lhe resta o alijamento do processo e a não inserção na cadeia produtiva. Para a saída da crise, faz-se necessária a participação de todos na estrutura produtiva para a retomada do crescimento e desenvolvimento da microrregião.

Tendo em vista a problemática da instabilidade agrícola da microrregião guanambiense, conclui-se que é imprescindível uma maior intervenção do Estado no sentido de amenizar as fragilidades e deficiências existentes. É preciso que o planejamento econômico e as políticas públicas voltadas para o setor produtivo considerem os atores menos capitalizados, traçando estratégias que levem à eliminação dos problemas e dificuldades enfrentados para que a opulência conseguida com o algodão não fique no passado, mas que seja uma realidade presente. Para tal é necessário perder um pouco do saudosismo e enxergar com maior clareza a conjuntura que constitui a cadeia produtiva do algodão, aproximando-se da realidade do município com a diversificação da produção e melhoramento da atividade pecuarista não como concentradora de renda, mas que vise à inserção das diversas categorias no sistema produtivo.

A retomada do cultivo do algodão em larga escala constitui-se um processo complexo. Enquanto os territórios monocultores recentes possuem um programa de incentivo e estímulo a produção, os produtores do Vale não gozam dos mesmos benefícios. Os produtores estão descapitalizados, e os poucos que produzem, o fazem à sombra de outras atividades. Diante do exposto, fica evidente que as territorialidades e reterritorialidades não terão como elemento propulsor a lavoura algodoeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de (1991) Atividades Produtivas. In: DINIZ, Diana M. (coord.) - *Textos para a história de Sergipe*. Aracaju:UFS/BANESE.

ANDRADE, Manoel Correia de (1986) *A terra e o homem do Nordeste*. 5ª ed. São Paulo: Ática.

ANDRADE, Manoel Correia de (1994) Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local – território – globalização – fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura - *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando (1998) *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

ANDREY, R. (1969) *The Territorial Imperative: a personal inquiry into the animal origins of property and nations*. Londres e Glasgow: Colins.

ANTONELLO, Ideni Terezinha (2001) *A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato*. São Cristóvão/SE: NPGEU/UFS.

ANUÁRIO Brasileiro do Algodão (2002) Funday/MT. Rondonópolis/MT: Gazeta Grupo de Comunicações.

TRABALHADORES no Vale do Iuiú. Jornal A Tarde. Salvador, 24jun. 1998..

BACKER, B.K. (1983) O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BACKER,B.K.; HAESBAERT,R.C.; SILVEIRA,C.(orgs) – *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: URFJ.

- BALANCO, Paulo (2003) A Globalização e a Produção: das configurações espaciais do capitalismo. In MENEZES, W.F. (org); BALANCO, P. et al. *Economia Global: Leituras sobre questões regionais e ambientais*. Salvador: UFBA/FCE/CM.
- BAREL, Y. (1986) Le social et ses territoires. In: Auriac, F. e Brunet, R. (orgs.) - *Espaces, Jeux et Enjeux*. Paris: Fayard e Fondation Diderotg.
- BELTRÃO, Napoleão E. de Macedo (1999) O agronegócio do algodão no Brasil. In: *Comunicação para transferência de tecnologia*, vol. 2. Brasília: EMBRAPA.
- BENKO, George (1996) *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. Tradução Antônio de Pádua Panesi. São Paulo: Hucite.
- BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, Wilton O. (2005) *Elementos da Amostragem*. São Paulo: Blucher.
- BOYER, Roberto (2009) *Teoria da regulação: os fundamentos*. Tradução Paulo Cohen. São Paulo: Estação Liberdade.
- BRANDÃO, Carlos (2007) *Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- CANABRAVA, Alice P. (1984) *O algodão em São Paulo: 1861-1875*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz.
- CANO, W. (1977) *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel.
- CARA, Roberto B. (1994) Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires. In: SANTOS, Milton (org.) - *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec.
- CASTRO, Iná Elias (2010) *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- CEPAL(1950) *Estudio Económico de América Latina*, 1949. Nueva York: Naciones Unidas.
- CIRO, C. Carvalho; MARLON, A. Luft (2002) Algodão: uma cultura complexaporém rentável. In: *Revista Atualidades*. Basf, set.
- COBEN, D. (1998) *Radical Heroes: Gramsci, Freire and the politics of adult education*. New York: Garland Publishing Inc./Taylor Francis.
- CORREIA, Roberto Lobato (1994) Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton (org.) -*Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec.
- DALLABRIDA, Valdir Roque; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro (2008) *Desenvolvimento Territorial: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo.
- DANIEL, Celso (1988) Poder Local no Brasil Urbano. *Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n. 24, pp. 26 - 39.
- DEMATTEIS, Giuseppe (1963) L'organizzazione del território nelle utopie sociali di T. Moro, T. Campanella, F. Bacone. *Revista Geográfica Italiana*, n.70, pp. 395-442.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (2006) *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix (1976) *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro, Editora Imago.
- DINIZ, José A. F. (1986) *Geografia da agricultura*. 2ª ed. São Paulo: DIFEL.
- FREIRE, Paulo; BETO, Frei (2000) *Essa escola chamada vida*. (Série Educação e Ação) 11 ed. São Paulo: Ática.

- FURTADO, Celso (1985) *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, Celso (1998) *O Capitalismo global*. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- FURTADO, Celso (2002) *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra.
- FURTADO, Celso (2007) *A economia latino-americana*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- FURTADO, Celso (2009) *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado.
- GARCIA JR., Afrânio Raul (1989) *O Sul: Caminhos do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora Universidade de Brasília; MCT-CNPQ.
- GEIGER, Pedro P. (1994) Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, M.; SOUZA, Maria Adelia A. de; SILVEIRA, Maria Laura - *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec.
- GERARDI, Lucia H. de Oliveira (1980) Algumas reflexões sobre modernização da agricultura. In: *Revista Geografia*. São Paulo, vol. 5, n. 9-10, pp. 19-34, out.
- GIANNINI, P. C. F.; RICCOMINI, C. (2000) Sedimentos e processos sedimentares. In: TEIXEIRA, W. et al (orgs.) – *Decifrando a Terra*. São Paulo: Oficina de textos, pp. 167-180.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa (2008) Sobre territórios, escalas e responsabilidade. In: HEIDRICH, A. L. et al. - *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: UFRGS, pp. 37-46.
- GONÇALVES, José Pedro Rodrigues (1993) *Determinações sócio-econômicas da introdução do uso intensivo de agrotóxicos no Brasil*. Cuiabá, Instituto de Saúde Coletiva UFMT, Monografia (Especialização em Saúde e Ambiente).

- GONZALES, Élbio N.; BASTOS, Maria Inês (1982) O trabalho volante na agricultura brasileira. In: *A mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo: CNPq/UNESP/Polis, pp. 35 - 76.
- GOTTMANN, Jean (1973) *The significance of territory*. Charlottesville: University Press of Virginia.
- GRAZIANO NETO, Francisco (1985) *Questão agrária e ecológica, crítica da moderna agricultura*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- GUATTARI, F. (1985) Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço & Debates*, São Paulo, vol. 5, n.16, pp. 109-120.
- GUIMARÃES, Elísio Cardoso (1991) *Leocádia: romance histórico*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas.
- HAESBAERT, Rogério (1997) *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EDUFF.
- HAESBAERT, Rogério (2002) *Territórios Alternativos*. São Paulo: CONTEXTO.
- HAESBAERT, Rogério (2006) *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HARVEY, David (1990) *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica.
- HARVEY, David (1993) *A condição pós – moderna*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- HARVEY, David (2006) *A produção capitalista do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Annablume.
- IANNI, Octavio (1984) *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- IANNI, Octavio (1992) *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

IANNI, Octavio (1997) *A Era do Globalismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (1970/1975/1980/1985) IBGE - *Censo Comercial*.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (1970/1975/1980/1985) IBGE - *Censo Industrial*.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (1970/ 1975/ 1980/ 1985/ 1995/9) IBGE- *Censo Agropecuário*.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (1995/96) IBGE CD ROOM, BA. - *Censo Demográfico da Bahia*.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (1970/1980/1991/2000) IBGE - *Censo Demográfico da Bahia*.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (1970/2006) IBGE- *Censo Agropecuário da Bahia*, Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/tabela1_3_16.pdf> Acesso em 12 fev. 2011.

KARMANN, I.; TEIXEIRA, W. (2001) Decifrando a Terra. In: TEIXEIRA, W. et al - *Oficina de textos*.

KASSAB, Álvaro Luiz (1986) *Algodão: do artesanato indígena ao processo industrial*. São Paulo: Ícone.

LACOSTE, Yves (1993) *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas/SP: Papirus.

LEBORGNE, D.; LIPIETZ, A. (1988) *New technologies, new modes of regulation: some spacial implications*. Environment and Planning D: Society and Space.

LEITE, Ana Cristina (1994) *O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial 1850-1880*. Fortaleza: SECULT.

LÉVY, Jacques et al (1992) *Le monde: espaces et systèmes*. Paris: Presses de La Fondation Nationale des Sciences Politiques Dalloz.

LIPIETZ, Alain (1988) *Miragens e milagres*. 2ª ed. São Paulo: Nobel.

LIPIETZ, Alain (1991) *Audácia: uma alternativa para o século 21*. São Paulo: Nobel.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. (1986) *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.

MACEDO, Roberto S. (2004) *A Etnopesquisa Crítica e Multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação*. 2ª ed. Salvador-BA: EDUFBA.

MACHADO, L. (1992) A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 2, pp. 27-55, abr./jun.

MARTIN, Paulo S. (1985) *Agricultura suicida: um retrato do modelo brasileiro*. São Paulo: Cone.

MARTINS, J. de S. (1986) *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República*. São Paulo: Hucitec.

MARTINS, R.G.O. (1942) *Algodão na Bahia: e uma síntese da situação algodoeira mundial*. [S.l.]: [s.n.], p.86.

MARTINS, Gilberto de Andrade (2011) *Estudo de Caso*. Adaptação da obra de Robert K. Yin Case Study Research: design and methods [s.d.] Disponível em: <http://www.focca.com.br/cac/textocac/Estudo_Caso.htm> Acesso em: 22 fev.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1998) Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) - *O manifesto comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

MEIRA, Dulce da Silva (1999) *Rimando a história*. Guanambi/BA: Graphset.

MENEZES, Ana Virgínia Costa de. (1999) *Estado e a organização do espaço semi-árido sergipano*. Aracaju: NPGeo/UFS.

MENEZES, Wilson F. (2003) *Economia global: leituras sobre questões regionais e ambientais*. Salvador: UFBA/FCE/CME.

MODANESE, Ione Aparecida Zucchi (2009) O Anti-Édipo: o capitalismo, a esquizofrenia e o território na perspectiva das máquinas desejanças. In : SAQUET, Marcos Aurélio; SOUSA, Edson Belo Clemente de - *Leituras do conceito de território e de processos espaciais*. São Paulo: Expressão Popular.

NEVES, Erivaldo Fagundes (1998) *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio* (um estudo de história regional e local). Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. (1987) *Modo capitalista de produção e agricultura*. 2ª ed. São Paulo: Ática.

PASSOS, M.S. de G (1977) *Algodão*. Campinas-SP: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. P.425.

PAVIANI, Aldo (1994) A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS, M.; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, pp. 182-209.

PEET, Richard (1991) *Global capitalism: theories of societal development*. London: Routledge.

PICINATTO, A.C. et al (2009) Território na abordagem geográfica de Bertha Becker. In: SAQUET, M.A.; SOUZA, E.B.C. de. (orgs) - *Leituras do conceito de território e de processos espaciais*. São Paulo: Expressão Popular.

POPP, J.H. (1995) *Geologia geral*. 4ª ed. Livros técnicos e científicos. Editora S.A.

PRADO JR. Caio (1973) *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 13ª ed. (1ª ed. 1942). São Paulo: Brasiliense.

PRADO JR. Caio (1987) *A Revolução Brasileira*, 2ª ed. São Paulo: Brasiliense.

PREBISH, Raul (1950) *Problemas teóricos y prácticos del desarrollo económico*. Santiago: CEPAL.

QUAINI, Massimo (1974) *Marxismo e geografia*. Firenze: La Nuova Italia.

RAFFESTIN, Claude (1993) *Por uma Geografia do Poder*. Ática, São Paulo.

REZENDE, J. de O. (1997) - Compactação e adensamento do solo, metodologia para avaliação e práticas agrícolas recomendadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO SOLO, 26, *Palestra*. 22p. CD ROM.

REVISTA Integração Bahia (1995) *O drama dos catadores de algodão*. Guanambi: Integração Jornalismo e Editora, maio/jun, p. 9.

RIFKIN, Teremy (1997) *La fin du travail*. Paris: La Decouverte,

RODRIGUES, Maria João (1988) *O sistema de emprego em Portugal: crise e mutação*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

RONCAYOLO, Marcel (1986) - Território. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8, Região. Lisboa: Casa da Moeda.

SACK, R. (1986) *Human territoriality, its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press.

SANTOS, Milton (1985) *Espaço e método*. São Paulo: Nobel.

SANTOS, Milton (1988) *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, Milton (1989) *Materiais para o estudo da urbanização brasileira no período técnico-científico*. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, n.67, pp.05-16.

SANTOS, Milton (1994) O retorno do território. In: SANTOS, Milton (org.) - *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, Milton (1997) O lugar e o cotidiano. In: *A natureza do espaço técnico e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, pp. 251-263.

SANTOS, Milton (2008) *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton (2011) *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 20ª ed. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura (2008) *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record.

SAQUET, Marcos Aurélio (2003) *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST Edições.

SAQUET, Marcos Aurélio (2009) Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, Eliseu Savério - *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, pp. 73-94.

SAQUET, Marcos Aurélio (2010) *Abordagens e concepções de território*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular.

SENE, Eustáquio de (2007) *Globalização e espaço geográfico*. 3ª ed. São Paulo: Contexto.

SCHEIBLING, Jacques(1994) *Qu' est-ce que la géographie?* Paris: Hachette.

SILVA, José Graziano da (1982) *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar.

SILVA, José Graziano da (1996) *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas/SP: Unicamp.

SILVA, José Graziano da (1999) *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS.

SOJA, Edward (1993) *Geografia pós-moderna: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar.

SOUZA, Marcelo José Lopes de (2001) O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (orgs.) - *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SPOSITO, Eliseu Savério (2008) A noção de território: uma leitura pela noção de desenvolvimento. In: HEIDRICH, A. L. et al - *A emergência da multiterritorialidade: ressignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: UFRGS, pp. 63-75.

STORPER, Michael (1994) Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, Luis César de Queiroz (org.) - *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 23-61.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos (2000) *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro: Sergipe 1850-1930*. Aracaju: FUNCAJU.

TEIXEIRA, Dário Cotrim (1994) *O distrito de paz do Gentio e a histórica sucinta de sua decadência*. Montes Claros/MG: Editora e Gráfica.

TEIXEIRA, Domingos Antônio (1991) *Respingos históricos*. Salvador: Arembepe.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da (1998) Agentes, redes e territorialidades urbanas. *Revista Território*. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, ano 3, n 5, jul./dez.

TRIVIÑOS, A.N.S. (2006) *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.

UEDA, Vanda (2008) - O território organizado pelas redes. In: HEIDRICH, A. L. et al - *A emergência da multiterritorialidade: ressignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: UFRGS, pp. 74-83.

VARGAS, Maria Augusta Mundim (1999) *Desenvolvimento regional em questão: o baixo São Francisco revisitado*. São Cristóvão: NPGeo/UFS.

WALLERSTEIN, Immanuel (1979) *El moderno sistema mundial*. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores.

WALLERSTEIN, Immanuel (2007) *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (1979) Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira. In: WANDERLEY, Maria de N. Baudel et al - *Reflexões sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 15-40.

ZAMBRONI, F. A. D. (1986) "Perigosa Família" - *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, n. 4, jan/fev, pp. 22-44.

ANEXOS

Anexo I - Questionário - Territorialidade do Estabelecimento Rural

UNIVERSIDADE DO PORTO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERRITORIALIDADE DO ESTABELECIMENTO RURAL

Entrevistado: _____ Questionário Nº. _____

INFORMAÇÕES GERAIS:

Localização da propriedade (GPS)

Latitude: _____

Localidade: _____

Longitude: _____

Distância da sede: _____

Município: _____

Área total da propriedade (há): _____

INFORMAÇÃO SOBRE A PROPRIEDADE:

Histórico da propriedade:

MORADIA E INFRA-ESTRUTURA:

a) Área construída: _____

b) Número de cômodos: _____

c) Tipo de construção: () tijolo () adobe () taipa () outros : _____

d) Instalação sanitária: () sim () não _____

e) Energia elétrica: () sim () não _____

f) Estradas – acesso: () bom () regular () ruim

g) Saneamento:

() rede de esgoto () fossa () a céu aberto () água encanada

() cacimba () cisterna () tanque () lagoa

- h) Qualidade da água:
 boa salobra contaminada sem tratamento
- i) Origem da água:
 rede pública poço poço artesiano nascente rio outros. Especificar: _____
- j) Faz análise da água: sim não Freqüência: _____
 Tipo de contaminação: _____
- k) Disponibilidade:
 abundante suficiente insuficiente sempre falta em algum período
- l) Bens domésticos:
 fogão a gás fogão a lenha geladeira freezer rádio
 televisão batedeira liquidificador aparelho de som outros
 Citar quais: _____
- m) Destino do lixo doméstico: _____

PROPRIETÁRIO:

- a) Idade do produtor: _____
- b) Local de nascimento: _____
- c) Local de residência: _____
- d) Grau de escolaridade: _____
- e) Condição do produtor:
 proprietário arrendatário parceiro ocupante outra. _____
- f) Tempo de residência no local: _____
- g) Número de pessoas residentes na propriedade: _____
- h) De que forma adquiriu a propriedade: _____
- i) Quantos adultos moram na propriedade? _____
- j) Quantas crianças moram na propriedade? _____

SEGURANÇA:

- a) Poupança: sim não Finalidade: _____
- b) Previdência:
 Funeral sim não
 Plano de Saúde: sim não
 Seguro de vida: sim não
- c) Expectativa quanto a manter a propriedade daqui a 10 anos:
 certamente provavelmente se for possível dificilmente.

SAÚDE

- a) Uso de remédios caseiros: sim não Por quê? _____
- b) Casos de intoxicação agrotóxicos/produtos veterinário: sim não Número de vezes: _____

- c) Saúde preventiva:
Médico regularmente: () sim () não
Dentista: () sim () não
- d) Tem algum tipo de doença na família? () sim () não Se sim, qual o tipo? _____
- e) Tem PSF no município? () sim () não.
- f) Qual o tipo de assistência que recebe desse programa? _____

ACESSO A SERVIÇOS:

Tipo de Serviço	Utilização (sim ou não)	Local (se sim)	Distância (se sim)	Instituição (Pública/privada)
Escola				
Telefone				
Assistência técnica				
Transporte coletivo				
Energia elétrica				

PARTICIPAÇÃO:

- a) É associada a alguma instituição como: () Cooperativas; () associações; () sindicato;
- b) Participa de alguma: () associação de comunidade; () associação municipal; () mutirões; () partidos políticos.
- c) Se não, gostaria de participar de que tipo de instituição e por quê? _____

CIDADANIA:

- a) Qual o dia de descanso da família? _____
- b) Quais as atividades de lazer? _____
- c) Você faz controle da produção? () sim () não Como sabe seu ganho anual? _____

DIVISÃO DO TRABALHO:

Gênero/Função	Propriedade	Casa	Trabalho externo agrícola	Trabalho externo não agrícola
Homens				
Mulheres				
Crianças				

CAPACITAÇÃO:

- a) Já participou de algum tipo de capacitação? () não () sim. Se sim quando? _____
- b) Procura participar de eventos relacionados à produção de caprinos? () não () sim.
- c) Se sim, quando foi o último evento que participou? _____
- d) Quem promove capacitação nesse município? _____
- e) Já fez algum curso sobre controle de produção? () não () sim.

Se sim, pratica o que aprendeu? _____

CONFLITOS:

a) Existem conflitos nessa localidade: () sim () não

Tipo: () Família () Vizinhos () Outros

Se sim, qual o motivo dos conflitos? _____

FINANCIAMENTO:

a) Fez algum tipo de financiamento? () sim () não

Freqüência: _____ Agente financiador: _____

b) Existem linhas de créditos específicas para a ovinocaprinocultura? Se sim qual? _____

c) No período em que estava buscando financiamento no banco quantas vezes o técnico visitou sua propriedade? _____

d) Ficou satisfeito com as orientações recebidas? () sim () não

Seguiu as instruções? () sim () não

e) Houve visitas e acompanhamento do técnico durante a negociação do crédito? () sim () não.

Essas visitas continuaram no período seguinte à saída do crédito? _____

ATIVIDADES PRINCIPAIS E MÃO-DE-OBRA

a) Qual a atividade principal do estabelecimento? () Pecuária () Lavoura () Mista

b) Qual a outra atividade desenvolvida no estabelecimento? _____

c) Possui mais de um estabelecimento? () sim () não.

d) Se sim, em que localidade e qual a atividade principal? _____

e) Sobra mão de obra? () sim () não Quando? _____

Por quê? _____

f) Falta mão-de-obra? () sim () não Quando? _____

Por quê? _____

PRORPIEDADE:

a) Número de pessoas empregadas na propriedade: _____

b) Número de pessoas da família que trabalham na propriedade: _____

c) Tem criança trabalhando na propriedade? () sim () não.

Se sim, que tipo de atividade desempenha na lida com a terra? _____

d) Utiliza irrigação? () sim () não.

Se sim, qual a área irrigada? _____

e) Qual o tipo de cultivo feito na propriedade? _____

f) Possui máquinas e equipamento próprio? () sim () não.

Se não, aluga ou empresta algum tipo de máquina e/ou equipamentos? () sim () não.

Se sim, quais? _____

g) Utiliza sementes selecionadas? () sim () não.

Se sim, onde as adquire? _____

h) Faz adubação () sim () não.

Se sim, qual o tipo? () orgânica () químico () outro _____

i) Utiliza defensivos? () sim () não. Se sim, quais? _____

j) Faz análise do solo? () sim () não.

k) Faz correção do solo? () sim () não.

l) Existe alguma preocupação com a conservação do solo? () sim () não.

m) Há nascente na propriedade? () sim () não.

Se sim, quais os cuidados de preservação das matas ciliares? _____

n) Qual o tipo de vegetação natural? _____

o) Possui assistência técnica? () sim () não.

Se sim que tipo? _____

p) A propriedade apresenta erosão? () sim () não.

Se sim, que tipo? () voçoroca () ravina () laminar

q) Quais as técnicas utilizadas para controle da erosão? () plantio direto () curva de nível () terraços () cobertura morta () outros _____

MUDANÇAS:

a) Como considera a sua capitalização em relação aos últimos 10 anos?

() aumentou () ficou igual () diminuiu

b) Quais os investimentos feitos nesse período? _____

c) Em termos de investimentos públicos Houve mudanças nesta localidade nesse período? () sim () não .

Se sim, com você considera essas mudanças?

() não houve mudanças () foi satisfatória () não atendeu as necessidades do lugar.

PERSPECTIVAS E VISÃO DE FUTURO DO PRODUTOR:

a) Visão da qualidade de vida: () muito boa () boa () razoável () ruim

b) Visão da vida rural em relação à vida urbana: () melhor () igual () pior () não sabe

c) Ao falar em futuro, o que seus filhos desejam? _____

d) Seus pais eram agricultores? () sim () não

Possuíam terra? () sim () não

Nessa localidade? () sim () não

e) Se casado, sua esposa é filha de agricultores? () sim () não

Possuíam terras? () sim () não

Nessa localidade? () sim () não.

f) As terras ficarão para seus filhos? () sim () não

É suficiente para sobreviver? () sim () não.

Qual a área mínima para uma família sobreviver nestas condições? _____

g) Já tentaram outra atividade? () sim () não Deu certo? () sim () não Por quê? _____

h) Se tivessem recursos hoje no que investiriam? _____

i) Quais as vantagens de ser agricultor? _____

j) Quais as desvantagens de ser agricultor? _____

k) Quais os seus projetos para os próximos anos?

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DAS PROPRIEDADES

1. Instrumentos de trabalho, observando a existência de galpões e os arredores da moradia.
2. Qualidade da habitação e benfeitorias (estado de conservação, pintura, cuidados com a propriedade).
3. Desmatamento e preservação de áreas verdes e dos mananciais.
4. Riscos de poluição por agrotóxicos e fertilizantes nos canais de drenagem.
5. Destino dos dejetos (verificar instalações de apriscos e locais de depósito de lixo).
6. Nível de degradação do solo (erosão, uso do solo de acordo com a capacidade, cobertura vegetal)

Anexo II - QUESTIONÁRIO APLICADO NO VALE DO IUIÚ - PRODUTOR RURAL

UNIVERSIDADE DO PORTO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

QUESTIONÁRIO APLICADO NO VALE DO IUIÚ PRODUTOR RURAL

Entrevistado: _____ Questionário N°. _____

1. Estabelecimento: _____
2. Nome do produtor: _____
3. Local do nascimento: _____
4. Residência do produtor:
 no estabelecimento
 na zona rural
 na zona urbana
5. Condição do produtor em relação às terras do estabelecimento:
 proprietário
 arrendatário
 parceiro / meeiro
 ocupante
 outra condição: _____
6. Como adquiriu a terra?
 compra
 herança
 outros: _____
7. Qual o tamanho da propriedade? _____
8. Qual o tamanho da área cultivada?
 pecuária
 lavoura

() algodão

9. Utiliza terra fora do seu estabelecimento? ()Sim ()Não

10. Utiliza consorciação de cultivo? ()Sim ()Não

Qual? _____

11. Quando o algodão começou a ser plantado na região?

12. Na propriedade, quando iniciou o cultivo de algodão?

13. O que o levou a plantar algodão?

14. Quais as variedades cultivadas?

15. Utiliza máquinas no período de plantio e colheita?

16. Como são adquiridas as sementes?

17. Qual o período de plantio e colheita?

18. Recebe assistência técnica? Qual?

19. Há influência dos fatores climáticos no plantio e colheita?

20. Para quem vende a produção e qual a quantidade?

21. É beneficiário de crédito rural? ()Sim ()Não

Como? _____

Qual política? _____

22. Utiliza o sub-produto para a alimentação de animais?

23. Quem trabalha na propriedade?

24. Além do cultivo do algodão exerce outra atividade como complemento da renda familiar?

25. Quais os maiores problemas enfrentados no cultivo do algodão?

26. Qual a importância dos órgãos públicos para o cultivo do algodão na área?

Anexo III - Questionário Aplicado no Vale do Iuiú - Beneficiadores de Algodão

UNIVERSIDADE DO PORTO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

QUESTIONÁRIO APLICADO NO VALE DO IUIÚ BENEFICIADORES DE ALGODÃO

Entrevistado: _____ **Questionário N.º** ____

1. Estabelecimento:
2. Nome do beneficiador:
3. Local do nascimento:
4. Quando foi instalada a usina?
5. O que o levou a escolher Guanambi para implantar a usina?
6. Quem são os fornecedores?
7. Como é feito o beneficiamento e qual destino final do produto – escoamento?
8. A usina trabalha com tecelagem?
9. O beneficiamento é subsidiado pelo governo?
10. Qual o destino do caroço do algodão?
11. Como funciona a taxaço de impostos para exportação?
12. Existe controle de qualidade do produto?
13. A forma de produço clássica interfere na produço do algodão?
14. Qual a importância dos órgãos de pesquisa e extensão para a região?
15. Também planta ou plantava algodão?
16. Qual a capacidade de absorço de algodão pelas usinas locais?
17. Como é feito o armazenamento?
18. Quais as suas expectativas para a agricultura do Vale do Iuiú?

Anexo IV - Roteiro de Entrevista- Governantes

UNIVERSIDADE DO PORTO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistado: _____ **Questionário Nº.** _____

1. Qual a importância do algodão para o município?
2. Além do algodão quais os principais produtos da agropecuária do município?
3. De onde vem os custos para a agricultura?
4. Quais os principais problemas enfrentados na execução das atividades produtivas no município?
5. Os recursos destinados à agricultura foram todos empregados nesse setor?
6. Quais os principais problemas enfrentados pelos agricultores?
7. As pragas e doenças foram responsáveis pelo declínio do algodão?
8. Na sua opinião qual(is) a(s) alternativas para a retomada do crescimento do município?

Anexo V - Roteiro de Entrevista - Moradores Antigos

UNIVERSIDADE DO PORTO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

MORADORES ANTIGOS

Entrevistado: _____ **Questionário N°** _____

1. Qual a importância do algodão para o crescimento da malha urbana de Guanambi?

2. O aumento da população em Guanambi tem relação direta com a produção do algodão?

3. Quando o algodão começou a ser plantado o que mudou na vida das pessoas?

4. O comércio cresceu em função da produção algodoeira?

5. A distância de Guanambi de um centro mais dinâmico interferiu nas transformações que ocorrem na cidade?

6. Tem conhecimento de projetos de desenvolvimento urbano ou rural no município?

7. Qual a principal atividade econômica do município antes e após o declínio da atividade algodoeira?

8. Qual o papel da prefeitura no incentivo a produção?
